



PROFHISTÓRIA

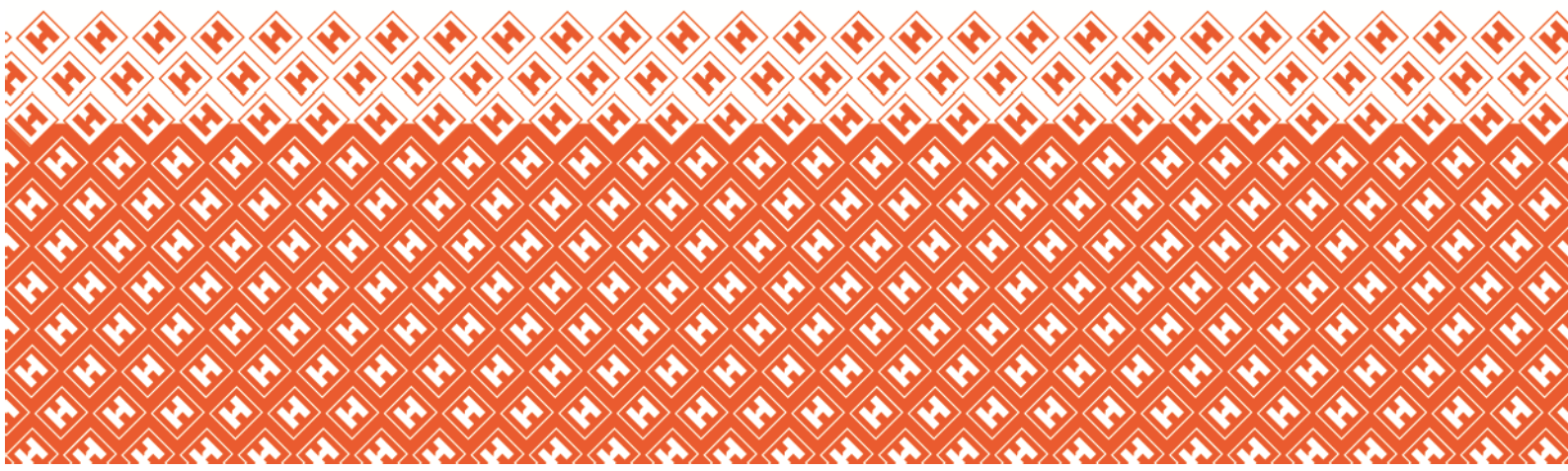
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

CARLOS VIRGÍLIO CAVALCANTE FREITAS

ECOMUSEU DE MARANGUAPE, ESTADO DO CEARÁ, BRASIL: EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL E PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

MOSSORÓ, RN

2024



CARLOS VIRGÍLIO CAVALCANTE FREITAS

**ECOMUSEU DE MARANGUAPE, ESTADO DO CEARÁ, BRASIL: EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL E PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL**

Trabalho apresentado à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, como requisito para a obtenção do título de Mestre no Programa do Mestrado Profissional no Ensino de História – PROFHISTÓRIA.

Linha de pesquisa: Saberes históricos em diferentes espaços de memória.

Orientador: Prof. Dr. Valdeci dos Santos Júnior.

MOSSORÓ, RN

2024

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

C376e Cavalcante Freitas, Carlos Virgílio
ECOMUSEU DE MARANGUAPE, ESTADO DO
CEARÁ, BRASIL: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E
PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL.
/ Carlos Virgílio Cavalcante Freitas. - Mossoró, 2024.
135p.

Orientador(a): Prof. Dr. Valdeci dos Santos Júnior.
Dissertação (Mestrado profissional em Programa de
Pós-Graduação Profissional em Ensino de História).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Programa de Pós-Graduação Profissional em
Ensino de História. 2. Ecomuseu. 3. Educação Patrimonial.
4. História Local. I. Santos Júnior, Valdeci dos. II.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

CARLOS VIRGÍLIO CAVALCANTE FREITAS

**ECOMUSEU DE MARANGUAPE, ESTADO DO CEARÁ, BRASIL: EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL E PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, como parte das exigências do Programa de Mestrado profissional em Ensino de história – PROFHISTÓRIA, para a obtenção do título de Mestre.

Data de defesa: 18/12/2014.


COMISSÃO EXAMINADORA

VALDECI DOS
SANTOS JÚNIOR

Assinado de forma digital por
VALDECI DOS SANTOS JÚNIOR
Dados: 2024.12.26 16:19:47
-03'00'


Professor Dr. Valdeci dos Santos Junior (Presidente e Orientador)

ProfHistória Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
 ANDRÉ VICTOR CAVALCANTI SEAL DA CUNHA
Data: 21/12/2024 11:49:31 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Dr. André Victor Cavalcanti Seal da Cunha (Membro Interno)

ProfHistória Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
 CARLOS CELESTINO RIOS E SOUZA
Data: 19/12/2024 16:45:55 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Dr. Carlos Celestinos Rios e Souza (Membro Externo)

Universidade do Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial minha esposa, Margarida, e minhas filhas Lia e Ana, razão de todos os meus esforços e sacrifícios. Agradeço também à minha mãe, Nonata, que, dentro de sua simplicidade, nunca mediu esforços para apoiar meus estudos.

Aos meus amigos por toda a inspiração e pelo amor aos estudos e ao conhecimento.

Aos meus colegas de trabalho pelo apoio e pela compreensão nesse momento tão complexo que é a pesquisa e a escrita da dissertação.

Aos colegas do mestrado pelos debates e momentos alegres e descontraídos nos encontros informais.

Ao meu orientador, Professor Valdeci dos Santos Júnior, pela paciência, pela compreensão e pelas orientações.

Aos membros da banca, Professor Dr. André Victor Cavalcanti Seal da Cunha e Professor Dr. Carlos Celestino Rios e Souza, pelas orientações e contribuições para aprimoramento deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho investiga a relação entre a museologia comunitária, a Educação Patrimonial e os impactos culturais e educativos do Ecomuseu de Maranguape, localizado no município de Maranguape, no Ceará, Brasil, com enfoque na Nova Museologia e na sua aplicação local. A pesquisa organiza-se em análises que abordam os fundamentos teóricos e históricos da museologia comunitária, a sua evolução, as ações do Ecomuseu e as potencialidades da educação patrimonial no ensino de História local. Foram abordados os principais conceitos da Nova Museologia, destacando o papel dos ecomuseus e museus comunitários em promover práticas de valorização cultural e de preservação do patrimônio comunitário. Tendo o estudo de caso da comunidade rural da Cachoeira como referência, apresenta uma linha do tempo das mobilizações locais que impulsionaram a criação de organizações como o Comitê Agrícola da Cachoeira e o Centro Comunitário da Cachoeira, essenciais na formação social e política da comunidade. A análise avança para a história crítica de Maranguape e o processo de colonização e ocupação da região desde o século XVIII. Esse contexto evidencia a fundação e as atividades do Ecomuseu de Maranguape, revisitando as iniciativas museológicas e educativas implementadas pelo Ecomuseu, desde 2007 até 2020. A cronologia de ações inclui projetos de documentação fotográfica, culturais, audiovisuais e educativos, com destaque para a Comunidade Educadora de Cachoeira e a participação em jornadas formativas em museologia comunitária, assim como os projetos "Curadoria Educativa" e "Projeto CONSIGO: Juventude e Patrimônio Cultural", destacando o papel da Educação Patrimonial como ferramenta interdisciplinar que integra Geografia, Sociologia e História. Foram detalhadas as fases e as metodologias dos projetos implementados em parceria com a Secretaria de Educação de Maranguape, envolvendo cerca de 25 escolas de 17 distritos. Os resultados apontam que tais iniciativas enriqueceram o ensino da História local, estimulando práticas pedagógicas que valorizaram o patrimônio cultural e social de Maranguape, evidenciando a relevância do Ecomuseu de Maranguape e de seus projetos educativos como elementos-chave para o fortalecimento identitário e educacional da comunidade, sugerindo um modelo inovador de ensino de História local.

Palavras-chaves: Ecomuseu, História Local, Educação Patrimonial.

ABSTRACT

This work investigates the relationship between community museology, Heritage Education and the cultural and educational impacts of the Maranguape Ecomuseum, located in the municipality of Maranguape, state of Ceará, Brazil, focusing on the New museology and its local application. The research is organized in analyzes that address the theoretical and historical foundations of community museology, evolution, actions of the Ecomuseum and the potential of heritage education in local history teaching. The main concepts of the New museology were addressed, highlighting the role of ecomuseums and community museums in promoting practices of cultural valorization and preservation of Community Heritage. Taking the case of the rural community of Cachoeira as a reference, it presents a timeline of local mobilizations that boosted the creation of organizations such as the Agricultural Committee of Cachoeira and the community center of Cachoeira, essential in the social and political formation of the community. The analysis advances to the critical history of Maranguape and the process of colonization and occupation of the region since the eighteenth century. this context highlights the foundation and activities of the Ecomuseum of Maranguape, revisiting the museological and educational initiatives implemented by the Ecomuseum, from 2007 to 2020. The chronology of actions includes photographic, cultural, audiovisual and educational documentation projects, with emphasis on the Cachoeira Educator Community and participation in training sessions in community museology, as well as the projects "Curadoria Educativa" and "Projeto CONSIGO: Juventude e Patrimônio Cultural", highlighting the role of heritage education as an interdisciplinary tool that integrates geography, sociology and history. The phases and methodologies of the projects implemented in partnership with the Department of Education of Maranguape and involving about 25 schools in 17 districts were detailed. The results indicate that such initiatives enriched the teaching of local history, stimulating pedagogical practices that valued the cultural and social heritage of Maranguape, evidencing the relevance of the Ecomuseum of Maranguape and its educational projects as key elements for the identity and educational strengthening of the community, suggesting an innovative model of local history teaching.

Keywords: Ecomuseum, Local History, Heritage Education

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREMC: Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários.

AEL: Arranjos Educativos Locais

AICE: Associação Internacional das Cidades Educadoras

CAIC: Centro de Atenção Integral a Criança

CETEC: Centro de Treinamento da Cachoeira

CNRC: Centro Nacional de Referência Cultural

DCN: Diretrizes Curriculares Nacionais

EEMTI: Escola de Ensino Médio de Tempo Integral

EMEIF: Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental

IBERMUSEUS: Museus Ibero-Americanos.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico

IBRAM: Instituto Brasileiro de Museus

ICOM: Conselho Internacional de Museus

IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INCE: Instituto de Cinema Educativo

INL: Instituto Nacional do Livro

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPAC: Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

LDB: Leis de Diretrizes e Bases

MEC: Ministério de Educação e Cultura

MINC: Ministério da Cultura

NSE: Nível Sócio Econômico

ONG: Organizações Não Governamentais

OSCIP: Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais

PNC: Plano Nacional de Culturais

PME: Plano Municipal de Educação

PNE: Plano Nacional de Educação

PRONAC: Programa Nacional de Apoio a Cultura

PPP: Projeto Político Pedagógico

SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica

SECULT: Secretaria da Cultura do Ceará

SME: Secretaria Municipal de Educação

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SPAECE: Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará

SPHAN: Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trem carregado de fardos de algodão	36
Figura 2 – Praça Dr. João Pessoa (atual Praça Capistrano de Abreu)	41
Figura 3 – Igreja Matriz de Maranguape, por volta de 1951	43
Figura 4 – Casarão da Cachoeira	47
Figura 5 – Plenárias da Agenda 21, no ano de 2005, no Casarão da Cachoeira.....	54
Figura 6 – Mapa da regionalização do Patrimônio Cultural de Maranguape	92

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CAPÍTULO 1 – SOBRE ECOMUSEUS E MUSEUS COMUNITÁRIOS: NOVOS OLHARES SOBRE O PASSADO	14
2.1	A questão dos ecomuseus	17
2.2	O conceito de patrimônio cultural	23
2.3	A educação patrimonial x memórias x identidades x História Local	25
3	CAPÍTULO 02: ECOMUSEU DE MARANGUAPE: ROMPENDO PARADIGMAS ...	30
3.1	Breve História Crítica de Maranguape	30
3.2	A gênese do Ecomuseu de Maranguape	45
3.3	Os objetivos e a missão do Ecomuseu de Maranguape	59
3.4	As primeiras experiências museológicas do Ecomuseu de Maranguape.....	62
4	CAPÍTULO 3: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL	82
4.1	O Projeto CONSIGO.....	88
4.2	O APP CONSIGO e sua utilização na Educação Patrimonial e ensino de História	96
5	CONSIDERAÇÕES	102
	REFERÊNCIA.....	105

1 INTRODUÇÃO

Faz algum tempo que historiadores têm pesquisado outros espaços de produção histórica para além da academia. Essa tendência reflete, de certa forma, uma necessidade de grupos historicamente excluídos, inclusive do próprio espaço escolar, recontarem suas histórias e resistirem a tentativa de silenciamento a que foram submetidos. Por outro lado, as lutas dos movimentos sociais organizados – associações comunitárias e Organizações Não Governamentais – suscitaram uma série de ações e reivindicações sobre o direito à história, à memória e ao patrimônio cultural, além de sua relação com a formação das identidades. As buscas por essas demandas resultaram em experiências de produção de saber histórico, materializado em espaços culturais, bibliotecas e museus comunitários.

Essas lutas estão atreladas à organização social e popular contra as diversas formas de exclusão pelo direito a terra, à memória e à valorização da cultura das populações tradicionais, bem como representam uma forma de resistência aos processos de desterritorialização e de desenraizamento, fenômenos que afetam aquilo que chamamos de identidade territorial, gerando a ideia e a percepção de um “não-lugar” ou “não-território”:

Esses “não-territórios”, culturalmente falando, perdem o sentido de espaços aglutinadores de identidades, na medida em que as pessoas não mais desenvolvem laços simbólicos e afetivos com os lugares em que vivem. Além disso, na construção de suas identidades culturais, cada vez menos estariam participando as referências espaciais ou a relação com um espaço de referência identitária. (HAESBAERT, 2003, p. 17).

Nessa perspectiva de organização comunitária, surge em 2005, em Maranguape (CE), no distrito da Cachoeira, distante 20 km da sede do município, na zona rural, o Ecomuseu de Maranguape, nascido em razão de uma articulação entre duas organizações comunitárias – o Comitê Agrícola da Cachoeira e o Centro Comunitário da Cachoeira – e a comunidade escolar da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José de Moura (EMEIF José de Moura), uma vez que boa parte dos funcionários, professores e estudantes são moradores dessa comunidade e passaram a trabalhar, também, no Ecomuseu.

A proposta do Ecomuseu de Maranguape – inaugurado em 12 de outubro de 2006 – é a promoção da Educação Patrimonial, Difusão Científica, Luta pela Memória e Emancipação Social. Entre as diversas ações museológicas, educacionais e culturais desenvolvidas ao longo de 15 anos de atuação, destacam-se as visitas guiadas, as oficinas e os encontros formativos; entretanto, dois projetos se destacam, em função do seu potencial pedagógico para o ensino de História Local: o projeto da Curadoria Educativa dos Agentes Jovens do Patrimônio Cultural e o Projeto CONSIGO.

O Projeto CONSIGO é um projeto sobre educação patrimonial desenvolvido pelo Ecomuseu de Maranguape, derivado do projeto de Curadoria Educativa, sendo premiado pelo Programa Ibermuseus de Educação em 2020, tendo como parceiros a Secretaria de Educação do município de Maranguape, o Conselho de Educação de Maranguape e 25 escolas de Ensino Fundamental II da rede municipal.

A relevância tanto da experiência museológica do Ecomuseu de Maranguape quanto da Curadoria Educativa e do Projeto Consigo de Educação Patrimonial é percebida em razão de serem as primeiras experiências de ecomuseu comunitário e de produção de fontes primárias de pesquisa e experiências pedagógicas sobre educação patrimonial, e, por extensão, da possibilidade de produção de conteúdo e materiais didáticos para a História Local de Maranguape, campo do conhecimento histórico ainda pouco explorado pelos professores do município.

Do ponto de vista subjetivo, a opção por analisar um ecomuseu comunitário situado num distrito rural de uma cidade da região metropolitana de Fortaleza está vinculada, em primeiro lugar, a uma noção de pertencimento identitário, uma vez que minha família é oriunda do sertão maranguapense; em segundo lugar, ao reconhecimento de um importante trabalho de educação patrimonial e salvaguarda de patrimônio cultural, com potencial de desenvolver a produção de conteúdos de História Local para estudantes e professores do município.

Nessa perspectiva, o presente estudo tem os seguintes objetivos:

- Analisar o conceito de Ecomuseu, enquanto representação de museu comunitário, e suas diversas formas de atuação institucional, tanto no desenvolvimento de atividades museológicas, quanto nas ações de educação patrimonial, especificamente as desenvolvidas pela Curadoria Educativa e pelo Projeto CONSIGO;
- Buscar possibilidades e potencialidades para produção de conteúdos e de material didático para o aprimoramento do ensino e da aprendizagem de História, especificamente de História Local;
- Analisar o desenvolvimento das ações elaboradas pela Curadoria Educativa e pelo Projeto CONSIGO, bem como a contribuição desses projetos para a construção da consciência histórica e a percepção da identidade cultural entre os estudantes;
- Observar a implementação, o desenvolvimento e a execução desse projeto no contexto escolar, com foco em seus impactos educacionais e sociais;
- Analisar, de forma tangencial, outras ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo Ecomuseu de Maranguape, desde que dialoguem com o Projeto CONSIGO. Nesse aspecto,

se inserem as ações complementares, como Maranguape Cidade Museu, também desenvolvido de forma piloto na Escola Municipal José de Moura.

Um dos principais documentos disponíveis para consultar a memória da fundação do Ecomuseu de Maranguape é o seu *blog* institucional. Embora um *site* ou *blog* represente a narrativa e o discurso oficial da instituição, no caso específico do Ecomuseu de Maranguape, houve a preocupação de documentar, por ordem cronológica, as etapas de mobilização e criação do Ecomuseu, além de descrever os projetos, as premiações e as ações pedagógicas e museológicas desenvolvidas pela instituição ao longo dos anos. Foi observado, também, que o *blog* é constantemente alimentado e atualizado, fornecendo importante subsídio para entender sua estruturação e atuação.

O Projeto CONSIGO foi premiado em 2020 com 11º Prêmio Ibermuseus de Educação, sendo bem documentado, tanto no *blog* da instituição, quanto em documentos produzidos pela museóloga e coordenadora geral do Ecomuseu de Maranguape, a senhora Nádia Almeida. A análise de seu alcance e impacto também pode ser mensurado por intermédio da EMEIF José de Moura, que, além de ser escola-piloto na aplicação do projeto, incorporou em seu Projeto Político Pedagógico, uma disciplina chamada Arranjos Educativos Locais (AEL).

Quanto à metodologia de pesquisa, foram utilizadas as técnicas de observação direta nas instituições pesquisadas, no caso, o Ecomuseu e a EMEIF José de Moura. Com relação à pesquisa documental, foi usado não só o *site* do Ecomuseu, mas também os materiais didáticos, as atas, os relatórios, os projetos pedagógicos e os demais documentos disponibilizados pelas instituições, produzidos para fins pedagógicos com vinculação à temática desenvolvida nesta pesquisa. Também foram efetuados registros fotográficos das práticas e temáticas vinculadas ao objeto desse trabalho. Em razão das variáveis, tais como, tempo e disponibilidade dos entrevistados, pois se trata de investigar uma instituição escolar, na zona rural, com suas singularidades e ritmos próprios, foram realizadas observações diretas e entrevistas com coordenadores do Ecomuseu.

Em referência à estrutura dos capítulos desta dissertação, a proposta foi de uma sequência analítica que atendesse tanto os conceitos essenciais sobre os temas abordados na museologia, sobretudo na Nova Museologia e na Educação Patrimonial, quanto uma cronologia que viesse não só abranger a fundação do Ecomuseu de Maranguape e a implementação dos principais projetos e das ações museológicas, mas também culminar na análise, nos impactos e nas possibilidades de uso e de diálogos interdisciplinares do Projeto CONSIGO de Educação Patrimonial e da Curadoria Educativa.

Portanto, no primeiro capítulo, intitulado “Sobre Ecomuseus e Museus Comunitários: Novos Olhares sobre o Passado”, foram traçados, de forma sintética, os principais conceitos elaborados pela museologia, enfatizando as concepções desenvolvidas, no caso, a que chamamos de Nova Museologia e a que abrange percepções e práticas museológicas comunitárias, entre elas, o do Ecomuseu e outras

formas de museus comunitários. Também foi traçada a cronologia das lutas sociais que constituíram a história de organização política e social da comunidade da Cachoeira, cujo marco inicial foi a criação do Comitê Agrícola da Cachoeira e do Centro Comunitário da Cachoeira.

O segundo capítulo, intitulado “Ecomuseu de Maranguape: Rompendo Paradigmas”, está dividido em dois tópicos: o primeiro tópico, “Breve História Crítica de Maranguape”, analisa o histórico de ocupação e colonização da cidade de Maranguape, ainda no século XVIII, bem como os aspectos culturais e sociais da região que vão moldar a sociedade e a cultura de Maranguape; o segundo tópico, “A Gênese do Ecomuseu de Maranguape”, descreve as primeiras experiências museológicas do Ecomuseu, entre as quais podem ser citadas:

- a) Pesquisa e Exposição fotográfica sobre Paisagens Culturais de Maranguape, desenvolvido em 2007;
- b) Ponto de Cultura, de 2008;
- c) Rede de Tecnologias Sociais de Maranguape, de 2010;
- d) Experiência de audiovisual do Festival do Minuto, em 2011 e 2012;
- e) Ação educacional chamada Rede Juntos pela Educação Integral, em 2013;
- f) IV Jornada de Formação em Museologia Comunitária, em 2015;
- g) Curadoria Educativa e projeto Sem Fronteiras pela Museologia e Educação Integral, em 2019;
- h) Cursos em ambiente virtual no formato *podcast*: PODCAST Nº 01 – Conservação Preventiva para Ecomuseus e Museus Comunitários de 2020.

Já no terceiro capítulo, intitulado “Educação Patrimonial e Perspectivas para o Ensino de História Local”, foram analisados os dois principais projetos desenvolvidos pelo Ecomuseu de Maranguape: a Curadoria Educativa e o Projeto CONSIGO: Juventude e Patrimônio Cultural. Esses projetos, principalmente o Projeto CONSIGO, por suas características interdisciplinares com foco na Educação Patrimonial, têm potencial para dialogar com a Geografia, a Sociologia e, nosso principal foco de estudo, a História Local. Inicialmente desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação de Maranguape, envolveu 25 escolas de 17 distritos, com público estimado de 2.500 estudantes. Foram analisadas as etapas do projeto, a metodologia adotada e como o Projeto CONSIGO poderá contribuir para os professores de História sobre a possibilidade de trabalhar a História Local em sala de aula, utilizando, para isso, o patrimônio cultural de Maranguape.

CAPÍTULO 1 – SOBRE ECOMUSEUS E MUSEUS COMUNITÁRIOS: NOVOS OLHARES SOBRE O PASSADO

A demanda por produções historiográficas sobre História Local está em franca ascensão no Brasil, tanto nos espaços acadêmicos de graduação e pós-graduação, quanto nas organizações sociais e comunitárias que desenvolvem ações educacionais em patrimônio cultural, educação patrimonial e museologia. As razões para esse fenômeno são múltiplas, e podemos, de forma sintética, estabelecer alguns motivos teóricos e metodológicos para essas mudanças de abordagens, são eles: a mudança do conceito de região, o esgotamento das macros abordagens históricas tradicionais, a ampliação dos cursos de pós-graduação, a formação de historiadores comprometidos com a temática local e algumas mudanças socioeconômicas (SILVA, 1990).

Para além das razões acadêmicas e historiográficas, é possível perceber que os principais fatores que promoveram essa demanda pela transformação nas abordagens historiográficas, foram os movimentos sociais, a museologia comunitárias, em que foi determinante a ideia ou a sensação de pertencimento a um lugar – a noção de identidade –, a percepção de uma memória coletiva e o reconhecimento de um patrimônio cultural comum.

Essa perspectiva de uma emersão da história dos excluídos, de uma história vista de baixo, associada às lutas pelo direito à memória, à identidade e ao patrimônio cultural, geraram uma necessidade de se construir uma História Local de sujeitos antes silenciados ou excluídos.

Mas por que pesquisar e elaborar uma História Local? Do ponto de vista historiográfico, Macedo nos lembra que “[...] conhecer a História Local é um dos pré-requisitos para se compreender melhor os processos históricos em nível regional, nacional e global, além do que [...] contribui para o fortalecimento das identidades das pessoas para com os lugares onde nasceram/habitam.” (MACEDO, 2017, p.61).

Existem vários meios e metodologias para se desenvolver uma produção historiográfica local. A pesquisa acadêmica geralmente é a forma mais usual, tanto pela finalidade específica da pós-graduação *stricto senso*, assentada na pesquisa, quanto pela especialização teórica e metodológica desenvolvida pelos pesquisadores.

Entretanto, outros atores e instituições, antes apenas “consumidoras” de pesquisas históricas, adquirem protagonismo social e passam a desenvolver as próprias pesquisas, como escolas públicas, museus comunitários e Organizações Não Governamentais. Particularmente,

entendemos que a escola pública é um *locus* possível e privilegiado para o desenvolvimento de pesquisas em História Local, o que já acontecia em alguns trabalhos vinculados a mestrados e doutorados acadêmicos, ocorrendo um aumento significativo na sua produção acadêmica devido ao aumento de mestrados profissionais, fato esse que aproximou a escola pública de outras instituições, como universidades, museus, centro culturais, associação de moradores. Segundo Paulo Freire:

“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo.” (FREIRE, 1996, p. 32).

De forma relativamente recente, outro ator institucional está participando e ampliando o debate historiográfico sobre pesquisa histórica, Educação Patrimonial e História Local. São os museus e, especificamente, os museus comunitários. Entre eles, o Ecomuseu, que, mediante ações museológicas e pesquisas, estreitaram as relações com a escola pública e com as comunidades locais. Esses museus são instituições de suma importância para preservação da memória e da história das sociedades. Seu conceito e suas abordagens sofreram mudanças ao longo do tempo. Seu nascimento está diretamente relacionado ao surgimento do Estado Moderno e da ideia de legitimação da nação, a partir do século XVIII (BREFE, 1998).

É possível perceber que a relação entre Museu e a produção historiográfica ocorreu a partir da perspectiva de que “o aparecimento do museu como um dos objetos privilegiados pelos debates historiográficos recentes não é aleatório, visto que essa instituição está estreitamente relacionada com as discussões sobre a nação, a história-memória nacional e o patrimônio” (BREFE, 1998, p. 284). Entretanto, a construção da ideia de nação, a valorização da história nacional e do patrimônio das elites justificaram o apagamento da história e da memória dos “povos sem história”, por não serem descendentes de europeus ou por não estarem dentro da noção de civilização ou cultura europeia.

Diante da negação do direito à história, à memória e ao patrimônio das populações marginalizadas ou excluídas (camponeses, quilombolas, pescadores, povos indígenas, marisqueiras, moradores da periferia das grandes cidades e operários) – em sintonia com as lutas anticolonialistas e com os movimentos contraculturais nos anos 1960-1970, ao tempo em que se questionava o museu tradicional com sua perspectiva elitista calcada na ideia de Estado-Nação, no patrimônio das elites e na fetichização/sacralização do prédio que as abrigava –, muitos historiadores, geógrafos, museólogos e sociólogos se rebelaram, e, a partir de diversas

experiências museológicas de cunho popular e etnográfico, criam o que foi denominado, posteriormente, de Nova Museologia.

Por volta dos anos 1950, o modelo de museu que predominava na Europa e no ocidente como um todo era o museu nacional; entretanto, como visto anteriormente, algumas transformações ocorridas na museologia entre os anos de 1960-70 ampliaram ainda mais a percepção do papel dos museus e dos atores sociais que conquistaram e adquiriram um novo protagonismo por intermédio do movimento museológico “Nova Museologia”, cuja definição é a seguinte:

A nova museologia caracteriza-se pela busca criativa e inovadora de alternativas museológicas mais de acordo com as mudanças que as sociedades experimentam na atualidade. Redefine o papel do museu na sociedade a partir de uma visão crítica e transformadora, possibilitando o surgimento do novo museu integral que devolve a condição de sujeito histórico à comunidade para a coleta, a preservação e a difusão de seu patrimônio cultural, gerando, assim, um processo de autogestão e liberação social (COELHO, 1997, p. 157).

Esse movimento da nova museologia se inicia em 1960 e se intensifica a partir dos anos 1970-1980, sendo referendada a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, organizada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM). Essa Mesa Redonda trouxe à tona uma série de conceitos e práticas experimentais de intervenções em museologia, entre elas, a noção de cogestão dos museus pela comunidade e pelo Estado, a ampliação dos conceitos e das abordagens dos museus, além da ideia de museu que considera a totalidade dos problemas da sociedade entre outras possibilidades, o denominado museu integral (IBRAM, 2012).

Nos anos de 1980, as experiências museológicas amplificaram suas abordagens na direção de um museu mais participativo, com caráter interdisciplinar, ampliando sua perspectiva educacional, incorporando ao seu corpus outras possibilidades e atores sociais. Como documento norteador dessa nova museologia, temos a Declaração de Quebec – Princípios de Base de uma Nova Museologia – de 1984. Nessa declaração, são citadas nominalmente as novas formas de museologia, chamadas de museologia ativa, inserindo nesse contexto os ecomuseus, os museus de vizinhança, os museus locais, a Casa-museu e outras experiências de museus comunitários.

Mas o que difere um museu, no seu sentido mais convencional, de um ecomuseu ou de um museu comunitário? Importante reforçar que não há um antagonismo ou dicotomia entre o museu tradicional e o Ecomuseu, pois ambos são experiências museológicas ou representações do fenômeno Museu (SCHEINER, 2012, p. 25). Para tanto, iremos definir cada um desses conceitos. Inicialmente será utilizada uma nova conceituação de museu, a partir da

Assembleia Geral Extraordinária da ICOM, em 2022. Segundo a definição no *site* do ICOM, o museu é:

“Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos” (ICOM, 2024, p. 18).

Essa conceitualização contemporânea e mais complexa de museu envolve outras terminologias como patrimônio material e imaterial, sustentabilidade, inclusão, diversidade, participação comunitária e atividades interdisciplinares, que são práticas democráticas e comunitárias que colocam o museu como local de produção de conhecimento, inclusão de setores da população que antes não tinham acesso a esse espaço, além da gestão democrática dessas instituições. Essa perspectiva rompe com a visão tradicional de museu como uma instituição que apresenta como acervo uma coleção de objetos pertencentes a membros da elite política e econômica.

Nas décadas de 60 e 70 do século passado, ocorreram intensas transformações na museologia, incluindo reformulações teóricas e conceituais sobre o papel dos museus. Entre essas transformações, estão algumas práticas experimentais de museologia comunitária, entre as quais, podemos destacar os ecomuseus, que, conjuntamente com outros modelos de museus comunitários, trouxeram algumas experiências inovadoras em práticas museológicas.

2.1 A questão dos ecomuseus

A primeira observação sobre os Ecomuseus é que sua definição e tipologia são recentes e objetos de debates e discordâncias. O termo Ecomuseu foi cunhado no final da década de 70 (COELHO, 1997, p. 157); entretanto, por ser um termo recente e por ter suas experiências ainda pouco popularizadas e divulgadas, há uma bibliografia relativamente reduzida sobre a temática, se compararmos com a bibliografia sobre os museus convencionais.

Alguns autores consideram o Ecomuseu um dos modelos de museus comunitários ou mesmo como um modelo de museu integral. Contudo, utilizaremos o termo Ecomuseu, por respeito à nomenclatura adotada e pelo projeto coletivo envolvido.

Do ponto de vista conceitual e teórico, dois intelectuais se apresentam como os principais expoentes da nova museologia e criadores do conceito de Ecomuseu: George Henri Riviére e Hugues de Varine. Deste último autor, tomaremos alguns conceitos e análises sobre a nova museologia, os museus comunitários e os Ecomuseus:

A Ecomuseologia é uma palavra, também não codificada, que abrange uma série de práticas de gestão do patrimônio por uma comunidade em um território. Essas práticas são conhecidas por diversos nomes: ecomuseus propriamente ditos, museus comunitários, museus locais. Elas assumem formas mais ou menos experimentais, inventando modos de ação e educação patrimonial relacionados aos territórios culturais, sociais, ambientais e econômicos. Ela não é respaldada em modelos, até porque não existem dois museus comunitários ou ecomuseus semelhantes: cada projeto, cada realização é única, porque cada comunidade, cada patrimônio e território são únicos (SANTOS & BRITTO, 2019, p. 324).

Na ausência de um conceito único de Ecomuseu, consideramos os seus principais elementos constitutivos para tentar compreendê-lo. Segundo Mathilde Bellaigue, os elementos constitutivos do Ecomuseu são o território (paisagem, imóveis, biomas), a população, que pode ser tanto o objeto de estudo quanto o agente do Ecomuseu e o tempo da ação museológica (BELLAIGUE, 1993).

Posteriormente, tomamos os dois conceitos das duas principais autoridades sobre ecomuseus, a saber: George Henri Riviére e Hugues de Varine, que, baseados nas próprias experiências pessoais de trabalho em museus comunitários e nas participações em diversos encontros, conferências e produção bibliográfica, chegaram ao entendimento de que:

O ecomuseu é previsto como um instrumento por meio do qual as populações podem se tornar, elas mesmas, objetos de sua investigação. Ele é, portanto, segundo a perspectiva desenvolvida por Riviére, um instrumento de autoconhecimento para a prática de uma museologia experimental com base no patrimônio local, visto como um conjunto integrado. Por sua vez, Varine se voltava para a estruturação do ecomuseu com base na população. Estas duas visões iriam se complementar (BRULON, 2015, p. 282).

O Ecomuseu tem como objetivo representar as relações entre as pessoas e a natureza ao longo do tempo em um determinado território. Ele abrange bens culturais e científicos reconhecidos pela comunidade, incluindo tantos espaços naturais, humanizados e construídos, quanto bens móveis e imóveis. Além disso, sua estrutura central compreende diversas funções, como recepção, pesquisa, conservação, exposições, ações culturais e administração, além de laboratórios de campo e outros órgãos voltados para a conservação do patrimônio territorial (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 67).

Desse modo, o Ecomuseu e sua população não podem ser dissociados, pois o público, em um Ecomuseu, não é visto simplesmente como um visitante que paga pelo ingresso ou que consome um bem cultural apenas, que, ao final da visita, vai embora, mas como um dos integrantes da simbiose social, ou seja, em conjunto com o Ecomuseu, formam um processo. De acordo com um dos criadores do conceito Ecomuseu, Hugues de Varine:

Como o próprio desenvolvimento, o museu de comunidade é mais bem descrito como um processo. Ele certamente não é uma instituição ou uma estrutura acabada. É um ser vivo, como a própria comunidade, em constante movimento para se adaptar às mudanças que acontecem nela e em seu ambiente, seja ele regional, nacional ou global. É por isso que ele não pode ser trancado num edifício, restrito a uma coleção e uma exposição ou administrado por profissionais competentes sem conexão ou comunicação com a comunidade (VARINE, 2014, p. 29).

Apesar de alguns elementos em comum com o conceito mais contemporâneo desenvolvido pelo Conselho Internacional de Museu (ICOM), há diferenças entre o museu tradicional e os ecomuseus e demais museus comunitários. Grosso modo, podemos apontar as diferenças do museu tradicional e do Ecomuseu em três vertentes:

Uma vertente é o realce dado ao território, seja meio ambiente ou local, em vez de se realçar o prédio institucional. Outro ponto está na ênfase colocada no patrimônio, em vez de ser dada à coleção e por fim, a importância dada a comunidade em oposição ao enfoque dado aos visitantes nos museus tradicionais. (PEREIRA & NORA, 2014, p. 400).

Interessante perceber que os Ecomuseus e demais museus comunitários têm outras perspectivas acerca do seu conjunto arquitetônico edificado, da perspectiva educacional do patrimônio cultural e da participação da comunidade local. Vale ressaltar que os museus convencionais também estão ampliando suas ações culturais com vistas a desenvolver a educação voltada para o patrimônio cultural, também conhecida como Educação Patrimonial. Como observado, não há um antagonismo entre museus tradicionais e museus comunitários, mas abordagens específicas.

Embora estejam ressaltadas as diferenças de abordagens dos museus convencionais e Ecomuseus, é fulcral entender o tripé constitutivo dessas instituições. Os Ecomuseus estão ancorados em três vertentes, a saber: território, patrimônio e comunidade. Por comunidade, entendemos: “Em um ecomuseu a comunidade é o grupo de pessoas que vivem naquele território e se assemelha, passa por dificuldades parecidas e busca algo em comum” (SILVEIRA, 2010, p. 21).

No caso dos Ecomuseus e museus comunitários, a população/comunidade não é somente o público-alvo ou o objeto de estudo, mas também são atores ativos na elaboração e na escolha do acervo, das ações educacionais e da própria gestão museológica, ou seja, é estimulada a participação comunitária para compor algo próximo à gestão democrática de um museu:

A comunidade é um conjunto complexo de atores que se inventam como gestores, conservadores e, ocasionalmente, como público do museu. Nos museus comunitários, são atores todos aqueles que, ao mesmo tempo, vivem e fazem da vida objeto musealizado, ou patrimônio que é simultaneamente vivido e observado no presente (BRULON, 2015, p. 283).

Outro elemento importante na proposta dos Ecomuseus é o território, que é compreendido como espaço onde se encontra o Ecomuseu, além da paisagem e das relações sociais estabelecidas nesse espaço. Aqui esse conceito é assim entendido: “Nessa região se encontram o ecossistema, a arquitetura, a comunidade, e os acervos a serem preservados, ou seja, o território além de ser definido pela área geográfica, também é definido pela afinidade cultural da população.” (SILVEIRA, 2010, p. 22).

Um questionamento que nos cabe fazer, obviamente não esperando um conceito ou resposta definitiva, é por que uma comunidade se organiza para desenvolver ou criar um Ecomuseu? As razões são várias, entretanto pode-se apontar os motivos a partir de um sentimento de pertencimento, a necessidade de salvaguardar um patrimônio material ou imaterial importante para aquela comunidade, entre outras razões. Em síntese, pode-se destacar que “os benefícios poderão ser intangíveis, como uma maior autoconsciência ou orgulho no território, tangíveis (o salvamento de fragmentos de recursos patrimoniais, por exemplo) ou econômicos.” (ALVES & CARVALHO, 2014, p. 06).

É possível observar que os Ecomuseus trabalham com três vertentes principais: território, comunidade e patrimônio: entretanto, além desses três conceitos trabalhados e vivenciados pelos Ecomuseus, que são elementos primordiais para sua existência e atuação, existem outros princípios que devem ser observados na práxis dos museus comunitários. Esses museus, via de regra, não possuem um vasto acervo material e geralmente são mantidos pela própria comunidade ou por uma fundação, sendo que suas ações se baseiam muito mais no desenvolvimento de práticas pedagógicas, museológicas e culturais do que no uso e na apropriação do acervo ou do patrimônio material edificado:

O reconhecimento das identidades e culturas de todos os grupos humanos; a utilização da memória coletiva como referencial para entender e transformar a realidade; o incentivo à apropriação e reapropriação do patrimônio; o desenvolvimento de ações museológicas que tenham como ponto de partida as práticas sociais e não os acervos (como nos museus tradicionais); a socialização da função de preservação; a interpretação da relação entre o homem e o meio ambiente; e o diálogo entre os técnicos e grupos comunitários (SANTOS, 2017, p. 64).

Todavia, as ações de um Ecomuseu não estão necessariamente circunscritas a um território definido, pois suas ações e abrangência podem ultrapassar seus limites territoriais, bem como ampliar seu conceito de público-alvo, alargando-se a perspectiva do local para o regional, tendo como base a relação de sua população com os aspectos culturais e históricos mais ampliados.

Um importante elemento constitutivo dos Ecomuseus e museus comunitários, de um modo geral, é a participação democrática dos seus membros e de sua comunidade na tomada de decisões sobre seu acervo, sobre suas ações pedagógicas e museológicas ou sobre as decisões na elaboração dos projetos e nas formas de captação e financiamento de suas ações e atividades. Diferentemente de uma instituição museal pública ou privada em que um diretor, uma diretoria, uma coordenação ou as Associações Amigos do Museu decidem sobre as atividades e operações de um museu, nos museus comunitários, segue-se outra lógica.

Em um Ecomuseu ou museu comunitário, a tomada de decisões é feita, via de regra, por membros da própria comunidade que, juntos aos profissionais especializados – como educadores, museólogos, pedagogos, historiadores e geógrafos – e, em parceria com uma coordenação, ao coletivo ou a uma associação comunitária, tomam as decisões e ficam responsáveis pela preservação e pela promoção de seu patrimônio cultural e de suas ações museais.

Em alguns casos, são ONGs, associação de moradores, sindicatos, curadoria comunitária ou instituições públicas que apoiam a estrutura dos museus. Essa coordenação fica responsável pelas atividades de conservação, pesquisa, captação de recursos, educação patrimonial e articulação comunitária. Geralmente, nos museus comunitários, as tomadas de decisões são coletivas e horizontais, mas sempre a comunidade local tem um papel ativo nessa tomada de decisões. O objetivo da participação no Ecomuseu é:

Politicamente, ele tinha como objetivo maior romper com o jogo de poder estabelecido em uma comunidade, tornando a totalidade da população consciente de sua autonomia e de seu próprio desenvolvimento. Neste sentido, o ecomuseu é um instrumento de apropriação patrimonial, por meio do qual é possível repararem-se

danos do passado e reformulem-se as próprias narrativas em que as pessoas estão historicamente inseridas e a partir das quais se constroem os valores do grupo (BRULON, 2015, p. 284).

Outro elemento fundamental para se compreender os ecomuseus e os museus comunitários é sua perspectiva de estimular o desenvolvimento local. A nova museologia influenciou os museus convencionais/tradicionais em vários aspectos. As mudanças de concepção do papel dos museus na sociedade vinculadas à percepção de participação comunitária, enfoque no patrimônio imaterial, à abordagem interdisciplinar, museus como centros de educação, sobretudo educação patrimonial, e à gestão participativa, foram elementos novos que abalaram as concepções e as práticas dos museus convencionais e os obrigaram a repensar sua abordagem junto ao público. Contudo, existe um objetivo dos ecomuseus e museus comunitários que ainda não foi incorporado aos museus tradicionais, que é o desenvolvimento local.

Um dos fatores para a criação dos primeiros ecomuseus, e, no caso específico, a criação do primeiro Ecomuseu, conhecido como Écomusée du Creusot Montceau-Les-Mines, em 1971, foi o desenvolvimento local a partir do turismo cultural na região. Hugues de Varine argumenta que o Ecomuseu, ao envolver diretamente a comunidade local na preservação e na gestão de seu próprio patrimônio, promove uma forma de desenvolvimento sustentável que supera a simples preservação histórica, abrangendo áreas como a educação, a economia e o fortalecimento da identidade cultural. Segundo Hugues de Varine, desenvolvimento local:

(...) é um processo pelo qual um território detecta e utiliza todos os recursos disponíveis (naturais, humanos, culturais), por meio da mobilização das forças ativas da comunidade: oficiais eleitos e funcionários públicos, mão de obra, atores econômicos, grupos vocacionais etc. Esse processo implica planejamento técnico, insumos de fontes externas e recursos, integração em sistemas e economias regionais, nacionais e mesmo internacionais, mas precisa ser controlado localmente (VARINE, 2016, p. 26).

Para Varine (2016), alguns fatores devem estar presentes na comunidade para que o desenvolvimento local ocorra, por exemplo: a participação comunitária, a educação e a formação dessa comunidade, o desenvolvimento econômico sustentável – ou seja, o desenvolvimento não predatório das comunidades e dos visitantes/turistas – e a preservação do meio ambiente.

Um termo imprescindível na compreensão dos Ecomuseus é seu patrimônio cultural e sua derivação imediata e principal forma de divulgação, a Educação Patrimonial. Mas, antes

de falarmos sobre Educação Patrimonial, é imprescindível definir o conceito de patrimônio, que é um termo polissêmico, usado inicialmente no direito romano para definir aquilo que pertence a alguém, do ponto de vista de herança e sucessão.

2.2 O conceito de patrimônio cultural

De forma gradual, esse termo sofreu mudanças de significados ao longo do tempo, tendo sido associado, durante um longo período, à categoria de bens imóveis e, por extensão, a monumentos históricos; contudo, por volta da década de 50 do século XX, foi incorporada a esse conceito a noção intangibilidade e imaterialidade do patrimônio, resultando em conceitos como patrimônio cultural, patrimônio artístico, bens imateriais etc. (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013).

Do ponto de vista conceitual, o termo mais contemporâneo do que seja Patrimônio Cultural, foi definido durante a Conferência Mundial Sobre as Políticas Culturais, em 1985, no México. Como fruto dessa conferência, foi promulgada a chamada “Declaração do México”, em que se desenvolveu uma série de conceitos a serem entendidos como princípios, que serviram como parâmetros para pesquisadores e que influenciaram a elaboração de legislação brasileira sobre Patrimônio Cultural, na Constituição Federal:

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido a vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985).

Importante ressaltar que existem duas perspectivas sobre o que seja patrimônio. Neste trabalho, devemos entender que patrimônio pode ser um sinônimo para patrimônio cultural. Uma dessas perspectivas aplica-se para museus convencionais, e a outra concepção se insere na concepção dos ecomuseus e museus comunitários. Essa diferença é determinante na relação do público com esse patrimônio e na própria forma de gestão desse patrimônio.

Nos museus tradicionais, o patrimônio é concebido como os objetos que compõem ou comporão as coleções do museu, sendo definido principalmente pelo museólogo-conservador. Este profissional utiliza seu saber científico, preferências estéticas e interesses culturais para determinar quais objetos são relevantes, independentemente de haver uma ligação com a população da região onde o museu se encontra.

O valor e a raridade dos itens justificam a prioridade da conservação, sobrepondo-se a outras funções, como à de educação ou de difusão cultural (VARINE, 2005). Diferentemente do que ocorre nos museus convencionais, em que o patrimônio é escolhido por especialistas (museólogos, historiadores, pedagogos), nos museus comunitários, a definição de patrimônio passa por outros critérios. Nos museus comunitários, como ecomuseus ou museus territoriais, o patrimônio é reconhecido pela própria comunidade e seus membros, sendo considerado um capital cultural coletivo, vivo e em constante evolução. Esse patrimônio é utilizado para promover o desenvolvimento cultural do território e da comunidade. A tarefa de conservação é uma responsabilidade coletiva da comunidade, enquanto os profissionais do museu atuam como suporte técnico e científico. (VARINE, 2005).

Um elemento fundamental para compreensão do que é patrimônio para os museus comunitários e ecomuseus se assenta na diferenciação entre patrimônio cultural material e patrimônio cultural imaterial. A maioria dos museus comunitários e seus correlatos não estão sediados necessariamente num imóvel de valor histórico, arquitetônico ou monumental. Muitos ecomuseus e museus de territórios estão sediados em imóveis pertencentes a camadas populares e imóveis comerciais ou fabris. Nesse sentido, a concepção adotada de patrimônio, para além de um acervo, está relacionada à concepção de patrimônio cultural imaterial, cujo conceito foi elaborado na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003):

“Entende-se por *patrimônio cultural imaterial* as práticas, representações, expressões, conhecimentos e saber-fazer – assim como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como fazendo parte de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial transmitido de geração em geração é recriado permanentemente pelas comunidades e grupos em função de seu meio, de sua interação com a natureza e de sua história, e lhes confere um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 75, grifo dos autores).

Portanto, para os ecomuseus e demais museus comunitários, o saber fazer, os estilos de vida tradicionais, a paisagem natural, as técnicas, as festas populares, as manifestações religiosas, a culinária tradicional, as manifestações artísticas ou a medicina popular têm grande valor cultural e, portanto, são merecedores de salvaguarda comunitária.

2.3 A educação patrimonial x memórias x identidades x História Local

Definido o que é patrimônio cultural, será abordado o uso pedagógico desse conceito, que é a Educação Patrimonial. Para tanto, será utilizado o Guia Básico de Educação Patrimonial, do IPHAN, que é uma publicação de referência em Educação Patrimonial e que pontua:

Trata-se de um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento**, **apropriação** e **valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural**. (HORTA, 1999, p. 04, grifo nosso).

Portanto, a Educação Patrimonial tem como objetivo proporcionar, por meio do Patrimônio Cultural, para as pessoas de todas as faixas etárias, a produção do conhecimento, seu usufruto e a valorização da herança cultural. Isso nos remonta a uma percepção de identidade, pois só podemos herdar aquilo que pertenceu a nossos antepassados, a quem nos identificamos por laços culturais, sociais ou comunitários.

Diante dessa relação entre herança cultural e identidade, cabe à Educação Patrimonial mediar o acesso dos cidadãos ao Patrimônio Cultural, o fortalecimento de sua identidade e de pertencimento a um grupo social, pois “Ao denominar e considerar os sujeitos sociais como detentores, atores e autores dos bens culturais, confirma-se, sobretudo, sua condição de cidadão, de membro ativo de uma sociedade/grupo social.” (SIVIERO, 2015, p. 33).

Se a Educação Patrimonial pode estreitamente se relacionar com a identidade, como esse conceito pode ser definido? E qual a relação entre Educação Patrimonial e construção de uma identidade? Foi visto anteriormente o que é Educação Patrimonial e sua relação com a identidade; existe, no entanto, um outro elemento que se vincula à Educação Patrimonial e à Identidade, que são as Memórias:

As memórias constituem a nossa capacidade de perceber e reunir experiências, saberes, sensações, emoções e sentimentos que, por um motivo ou outro, escolhemos para guardar. Elas são essenciais a um grupo porque estão atreladas à construção de sua identidade. São o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é

importante para o sentimento de continuidade e de experiência, isto é, de identidade. (TOLENTINO, 2013, p. 07).

Importante perceber que não se trata apenas da memória individual, que é importantíssima do ponto de vista da subjetividade, mas da memória coletiva, que, segundo definição acima, ajuda a construir a noção de identidade, de pertencimento de um grupo social; por isso, os museus e as escolas, com a Educação Patrimonial, devem desenvolver ações para fortalecer e “preservar” a memória comunitária, a coletiva, seus símbolos e signos.

Sobre a memória coletiva, elemento constitutivo da identidade, e mesmo de “identidades”, pois transitamos entre vários grupos, com diferentes signos, existe uma relação entre memória coletiva e as memórias individuais, porque, segundo definição do sociólogo Maurice Halbwachs (1990, p.51), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.

Outro elemento constitutivo do Patrimônio Cultural seria a identidade. Vinculado à memória, permite aos sujeitos terem uma perspectiva de pertencimento ao se verem como integrantes de um grupo, localidade, valores, parentesco ou outro vínculo ou significados que permitam esse reconhecimento. Vejamos:

A identidade é o sentimento de um indivíduo ou grupo em pertencer a uma determinada região, prática social, ideia ou sistema de valores. A identidade cultural é construída a partir do conflito da visão de mundo do “outro” como diferente da visão do mundo do “eu”, ou seja, das diferentes identidades. Pode-se acrescentar, ainda, que as identidades expressam uma postura e ação de afirmação (étnica, local, ideológica, etc) no jogo político do cotidiano. (TOLENTINO, 2013, p. 07).

Portanto, para que o Patrimônio Cultural possa ser salvaguardado, preservado, pesquisado e sua fruição democratizada, é necessário que a Educação Patrimonial, por intermédio do seu braço pedagógico e educacional, possa atuar como um mediador entre os sujeitos, suas memórias na perspectiva de construção ou reconstrução de suas identidades.

Embora a Educação Patrimonial seja aplicada em todas as faixas etárias e possa ser desenvolvida por várias instituições, seus principais atores sociais são o museu e a escola, sendo seu principal público-alvo estudantes. Tem o objetivo de, primordialmente, permitir que crianças e adolescentes, ao conhecer a cultura de seu povo, suas manifestações artísticas, culturais, sua culinária, técnicas e saberes tradicionais, possam constituir afetos, organizar suas experiências e permitir que esses sujeitos sintam-se pertencentes a um grupo, fortalecendo a luta pela memória, seu direito de existir e constituir seu lugar no mundo.

Outro elemento importante no desenvolvimento da Educação Patrimonial é a História Local. Existe uma conexão entre Patrimônio Cultural, Memória, Identidade e História Local. Geralmente, esses quatro conceitos são desenvolvidos a partir de uma vivência coletiva local ou regional. Outro elemento também se conecta a essa rede de saberes históricos, mas como uma consequência da inter-relação entre esses conceitos, que é a Consciência Histórica. Será analisada mais à frente.

A maioria dos museus e centros culturais se especializaram em desenvolver ações no âmbito local ou regional, produzindo pesquisas ou exposições sobre a comunidade, seus padrões culturais, relações de poder, saberes e memória. Os ecomuseus e os museus comunitários, além dos museus temáticos, organizam seu acervo e estruturam suas ações a partir de suas realidades e da História Local.

Mas o que é História Local? Como podemos desenvolver estudos e pesquisas em História Local? Como a Educação Patrimonial pode dialogar com a História Local? Dessa forma, será utilizada uma definição do historiador francês Pierre Goubert (1988, p. 70), que usa um conceito mais objetivo, delimitando algumas possibilidades geográficas:

Denominamos História Local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um contado italiano, uma land alemã, uma bailiwick ou pays francês).

Por outro lado, José D'Assunção Barros (2009), em seu artigo, apresenta uma definição mais flexível, permitindo delimitar sem ficar restrito a uma região geográfica ou administrativa, pois fronteiras são convenções que não necessariamente comportam uma delimitação física, uma vez que as trocas culturais não necessariamente respeitam as delimitações geográficas ou administrativas. Barros (2009, p. 07) pondera que:

[...] as regiões definidas a partir de critérios da geografia física tradicional podem se mostrar igualmente não-operacionais. Tal como já foi dito anteriormente, a região é em todos os casos uma construção do próprio historiador, que pode ou não coincidir com um recorte administrativo ou com uma região geográfica preconizada por uma Cartografia oficial. É preciso, portanto, que o pesquisador – ao delimitar o seu espaço de investigação e defini-lo como uma ‘região’ – esclareça os critérios que o conduziram a esta delimitação.

Essa perspectiva de História Local permite analisar as interações existentes entre o campo e a cidade, podendo ajudar a compreender de que forma é construída pelos estudantes,

majoritariamente pré-adolescentes e adolescentes, a percepção do que é viver no distrito da Cachoeira, na zona rural, e, ao mesmo tempo, enxergar-se como maranguapense, para entender as conexões do que seja um patrimônio cultural comum e a construção de uma memória e identidades de pertencimento a esses dois lugares, que, à primeira vista, pode parecer contraditório, porém carregam conexões mais amplas e complexas. Nesse aspecto, estudar História Local poderá contribuir para ajudar a construir uma noção de pertencimento e de identidade, que são alguns dos objetivos do ensino de História, além de sua relação com a memória, base da construção dessa noção de identidade. Em termos gerais, essa perspectiva está presente na análise, pois:

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. (...) O papel do ensino de História na configuração identitária dos alunos é um dos aspectos relevantes para se considerar ao proporem-se estudos da história local. (BITTENCOURT, 2008, p. 168).

Pode-se perceber que todos esses elementos estão diretamente relacionados, ou seja, Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial, Memória, Identidade e História Local mantêm diálogo permanente, de forma dialética, cujo resultado seria a construção de um outro elemento, de um outro conceito, a Consciência Histórica:

Afirmado sucintamente, a história é o espelho da realidade passada na qual o presente aponta para aprender algo sobre seu futuro. A consciência histórica deve ser conceituada como uma operação do intelecto humano para aprender algo neste sentido. A consciência histórica trata do passado como experiência, nos revela o tecido da mudança temporal dentro do qual estão presas as nossas vidas, e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança. (RUSEN, 2010, p. 06).

A Consciência Histórica é essa bússola da consciência social e da identidade histórica, porque, ao compreender as conexões que nos ligam ao passado, entendemos o que somos, os conflitos que permeiam as relações sociais, a percepção do que somos enquanto grupo social e, sobretudo, o entendimento da complexidade do presente e dos caminhos que devemos percorrer para o futuro. Entende-se que a História escolar deve cumprir esses objetivos ao permitir a construção de um arcabouço intelectual, obedecendo às etapas de desenvolvimento intelectual e de construção moral respectiva a cada faixa etária dos estudantes.

Compreende-se, também, que, ao propor uma análise em uma pesquisa histórica sobre o papel da Educação Patrimonial e sua contribuição na construção da História Local,

desenvolvem-se não somente as competências e habilidades propostas nos currículos oficiais, mas também a percepção de como esse campo do conhecimento poderá contribuir para o ensino e a aprendizagem de História, sobretudo de História Local.

Dessa forma, é de interesse coletivo perceber como uma instituição organizada pela sociedade civil está construindo uma ação pedagógica interdisciplinar, a partir de percepções e práticas de museologia comunitária, tendo potencial para desenvolver, nos estudantes do ensino básico, a elaboração de conceitos de Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial, Memória, Identidade e História Local, aliando a vivência à experiência histórica comunitária. Assim, há uma contribuição para o ensino e a aprendizagem de História.

CAPÍTULO 02: ECOMUSEU DE MARANGUAPE: ROMPENDO PARADIGMAS

Para falarmos sobre a importância dos museus comunitários e de sua relação com a produção de História Local, e sobre, no caso desta pesquisa, a importância do Ecomuseu de Maranguape para salvaguardar a história e a memória das populações historicamente excluídas, sobretudo as populações indígenas e afrodescendentes – silenciadas e omitidas da narrativa oficial, das crônicas dos memorialistas e da História Política do município –, precisamos entender a ocupação do seu território e as relações de poder de Maranguape nos séculos XIX e XX, quando as relações de poder foram modeladas pelas atividades econômicas e pela ocupação das terras.

3.1 Breve História Crítica de Maranguape

A formação territorial e econômica de Maranguape definiu muitos aspectos da dinâmica demográfica e social e pôde explicar muitas lacunas e silenciamentos históricos observados na historiografia sobre o município. Para compreender todos esses nuances, faz-se necessário entender, mesmo de forma sintética e superficial, como foi estruturada a ocupação do seu território, suas atividades econômicas, os conflitos e os silenciamentos das populações historicamente excluídas.

Para um observador atento, surgem muitos questionamentos acerca da história e da memória de Maranguape, entre eles estão: i. por que o município não possui políticas museais que salvaguardem a história da cidade?; ii. por que há a descaracterização urbanística e arquitetônica do seu Centro histórico, mesmo que as edificações desse local contenham a história das elites?; iii. por que a memória dos povos indígenas e das populações escravizadas tem sido esquecida ou negligenciada?; iv. por que essas populações são omitidas ou silenciadas nos livros de história política do município?

Por ser um território de ocupação relativamente antiga, Maranguape ocupou um papel importante na História do Ceará, seja por sua proximidade com a capital, seja pela sua dinâmica política, econômica e cultural. A cidade fica a 27 km do Centro da sua capital, Fortaleza. A fundação oficial data de 17 de novembro de 1851. Com uma área total de 583,505 km², ocupa uma zona de transição entre o litoral e o interior, com características de semiárido (IPECE, 2022).

Geograficamente, Maranguape se destaca por ter a sede do município cercado pelas serras de Maranguape, Serra da Aratanha e o início do Maciço de Baturité. Em razão das serras, há vários riachos e rios formando um vale fértil, propício à agricultura. Essa característica geográfica determinou a ocupação do seu território ao longo do período colonial, bem como definiu, de certa forma, os conflitos e as relações de poder estabelecidos entre as elites e a população em geral, sobretudo os povos indígenas e os afrodescendentes.

A etimologia do nome Maranguape tem algumas possibilidades linguísticas oriundas do Tupi-Guarani, destacando-se quatro variações mais difundidas, apresentadas por Matos (1963, p. 107): “árvore que de nenhuma maneira se come”, segundo o autor, essa seria a etimologia menos aceita; “guerreiro, sabedor da guerra”, termo difundido pelo escritor José de Alencar, no seu livro *Iracema*; “mato fechado, cerrado”; e, por fim, “no vale ou baixa de batalha”.

Por razões das temáticas nacionalista e indianista vinculadas ideologicamente ao Romantismo e por uma visão idealizada das relações étnicas entre portugueses e povos indígenas, prevalece-se, na história oficial do município, a tese de José de Alencar de que o nome Maranguape provém do Maranguab, um suposto cacique Potiguara, personagem do romance *Iracema*, cuja tradução poderiam significar “o Sabedor da Guerra”. Essa versão foi consolidada no hino do município e repassada nas pesquisas escolares sobre a cidade.

Essa versão mascara os conflitos pela posse das terras existentes no período Colonial e no Brasil Império, nega a luta dos povos indígenas pelas suas formas de existência e cria uma visão idealizada desses povos. Apesar de essa espécie de mito fundador de Maranguape ter prevalecido, várias lacunas não foram respondidas por essa narrativa, destacando as seguintes: onde estão os descendentes dos povos indígenas de Maranguape? Por que Maracanaú, Pacatuba e Caucaia, municípios vizinhos, têm territórios indígenas e Maranguape não? Qual o papel dos aldeamentos de Soure (atual Caucaia), Arronches (atual Parangaba, bairro de Fortaleza) e Aldeia Nova dos Pitaguary (atual Santo Antônio do Pitaguary), na supressão de seus modos de vida?

Antes da chegada dos portugueses, o território da atual cidade de Maranguape era ocupado pelos povos indígenas potiguara, grupo étnico que resistiu fortemente ao projeto colonial europeu de usurpação de seu território e subjugação de sua cultura. Segundo Estevão Pinto (1935), essa etnia era conhecida como *petiguaras*, ou *potiguaras*, ou *pitiguaras*, e

habitava a região entre o Paraíba e o Jaguaribe. Ultrapassou este último rio e atingiu a serra de Ibiapaba e, até mesmo, o Maranhão.

Maranguape se insere na lógica capitalista de forma incipiente ainda no século XVII, com a invasão holandesa. Segundo a historiografia oficial (IBGE, 2024), Matias Beck chegou à foz do Rio Pajeú, no atual Centro de Fortaleza, onde estabeleceu uma fortificação de paliçadas conhecida como Forte Schoenenborch. Ao fazer contato com os povos indígenas que habitavam o litoral, os holandeses ficaram sabendo da existência de uma suposta mina de prata no monte Itarema, na serra da Aratanha, próximo à serra de Maranguape; entretanto, os esforços de prospecção foram em vão, não encontrando o minério no local indicado, bem como não ocorrendo efetivamente a colonização do território pelos holandeses.

Um segundo momento de tentativa de colonização do atual território de Maranguape está vinculado às concessões das sesmarias junto ao governo português e datam do século XVIII. Em ordem cronológica, no dia 12 de julho de 1707, ocorreu a primeira cessão de sesmaria outorgada ao Tenente Pedro Silva e Amaro Morais pelo Capitão-Mor Gabriel da Silva Lago; em 29 de dezembro de 1711, o Capitão-Mor Francisco Duarte de Vasconcelos outorga terras a Jorge da Silva; em 17 de julho de 1717, o Capitão-Mor Manuel da Fonseca Jaime outorga terras ao Capitão Soares de Oliveira; e, por fim, em 1790, o Capitão-Mor Luis da Mota Féo e Torres concede a sesmaria a José Gonçalves Ferreira Ramos e a Felipe Lourenço. (MATOS, 1963).

Do ponto de vista do projeto colonial português, a ocupação das terras correspondentes ao atual município de Maranguape, ocorreu de forma mais intensa a partir do século XIX, em razão da produção agrícola desenvolvida no vale, no sopé da serra, onde a terra era fértil e dispunha de água proveniente dos riachos e, principalmente, dos rios Pirapora e Gavião. Segundo dados fornecidos pelo site do IBGE, a ocupação se deu efetivamente partir da primeira metade do século XIX:

O processo definitivo de povoamento das terras de Maranguape somente ocorreu no despertar do século XIX, com a chegada do português Joaquim Lopes de Abreu. Com ele nasceu o núcleo original da atual cidade de Maranguape, um arruado à margem esquerda do riacho Pirapora, ao lado de uma capelinha a Nossa Senhora da Penha, erguida pelo colonizador lusitano para que os moradores das suas terras pudessem rezar.

O aglomerado recebeu o nome de Alto da Vila, hoje denominado Outra Banda. Em 1760 foi rebatizado como Maranguape. (IBGE, s.d.).

Do ponto de vista administrativo, considerando-se os processos de formação de território, desde sua subordinação administrativa de Fortaleza e, posteriormente, de

desmembramento da capital para se transformar inicialmente numa vila e, posteriormente, na condição de cidade, temos a seguinte cronologia:

O distrito de Maranguape foi criado pela Provisão de 1º de Janeiro de 1760 e Ato Provincial de 18 de Março de 1842. Com território desmembrado do Município de Fortaleza, por efeito da Lei Provincial nº 553, de 17 de Novembro de 1851, que elevou a vila a Povoação de Maranguape, foi criado o município do mesmo nome. A Vila de Maranguape recebeu foros de cidade em consequência da Lei Provincial 1.282, de 28 de setembro de 1869. (MATOS, 1963, p. 115).

Pode-se perceber que existiu uma relação direta entre crescimento populacional em Maranguape e atividades econômicas voltadas para a agricultura comercial. Documentos oficiais como Códigos de Postura, ofícios e cartas de autoridades da primeira metade do século XIX demonstram que Maranguape começava a se inserir na lógica mercantil, tanto pela chegada de colonos brancos, quanto pela intensificação dos conflitos entre colonos e indígenas.

As relações entre povos indígenas e colonos em Maranguape foram permeadas por conflito e violências, sobretudo em função da disputa e posse das terras mais férteis, com o avanço da ocupação do território maranguapense pelos colonos e pela agricultura comercial, como podemos observar no Ofício à Câmara de Arronches (Parangaba), em 30/03/1821:

Consta-me que dentro e a roda do Districto de Maranguape há muitos (...) terrenos que os índios se achão a posse, que novas plantações não deixão plantar, por que algum tem hu pé de (...) laranjeira, bananeira, mamoeiro ou qualquer outra arvore. Que há muitos extranaturaes que podem e querem plantar e por o terreno em fertilidade, o que os índios nunca farão (...) Ordeno a Vmce que vejão pessoalmente os ditos terrenos, e que aqueles que os índios não plantarem, ou não puderem plantar os hajão de dar aquelles que os plantarem e desfrutem sem que os seus donos percão o direito que tiverem ao terreno pois que esta província só he para que os melhores terrenos desta capitania não fiquem por plantar em hum país onde os invernos são escassos. (PORTO ALEGRE; MARIZ; DANTAS, 1994, p. 58).

Pode-se observar, nesse documento, que existiam duas concepções de mundo: a dos indígenas, que utilizavam a terra para fins de subsistência, e a visão dos colonos, orientados para a agricultura com fins comerciais, com claro interesses em ocupar as terras indígenas. Esse trecho demonstra o avanço da agricultura comercial em Maranguape e a intensificação dos conflitos em razão da posse das terras.

A relação entre colonos e povos indígenas em Maranguape possuía a mesma lógica da ocupação das outras regiões do território cearense, ou seja, a tentativa de desapropriação das terras dos povos originais, apesar do aldeamento de Arronches (Parangaba) servir, de certa forma, como retaguarda dos povos indígenas contra as investidas territoriais dos colonos.

Porém, apesar desse caráter de “proteção”, os aldeamentos foram diretamente responsáveis pela desestruturação de seu modo de vida e de sua perda identitária devido a processos de aculturação, o que pode explicar, parcialmente, a extinção de todas as línguas indígenas no Ceará.

Entretanto, a repressão continuou sendo uma ação constante movida pelos colonos contra os indígenas, como relata este ofício para o aldeamento de Arronches (Parangaba), datado de 04/04/1821: “Officio ao Sargento-Mor José Agostinho [Arronches]. Ordena a prisão de índios sob sua direção por desrespeito a Manuel Francisco Ramalho de Alexandre, José de Souza, como relatou o Comandante de Maranguape.” (PORTO ALEGRE; MARIZ; GÓIS, 1994, p. 58).

À medida que a ocupação dos solos do município para a agricultura comercial se expandiu, principalmente nos terrenos férteis do vale entre os rios Pirapora, rio Gavião e riachos menores, e posteriormente para a serra, a convivência entre indígenas e não indígenas vai-se tornando mais conflituosa, em função dos interesses antagônicos dos grupos em questão. De um lado, os indígenas resistem as ofensivas e abusos dos colonos. Do outro lado, havia a tentativa dos colonos de pressionar os indígenas para expandir as suas terras, forçando ou questionando os limites das propriedades e soltando propositalmente animais para destruir as plantações dos indígenas.

O ápice desse conflito vai ocorrer em setembro de 1822 quando ocorreu um levante indígena motivado por questões políticas locais, conflitos resultantes dos abusos provocados pelos colonos e boatos sobre uma contraofensiva portuguesa contra Dom Pedro I, que poderia resultar no retorno da escravidão dos indígenas.

A revolta indígena foi dirigida contra José Agostinho Pinheiro, diretor geral dos índios, e Joaquim Lopes de Abreu, português, juiz de fora e sesmeiro que ocupou vastas extensões de terra em Maranguape, considerado o fundador da cidade. Não à toa, as duas figuras em questão representavam exclusivamente os interesses dos colonos e a tentativa de controlar os povos indígenas e usurpar suas terras.

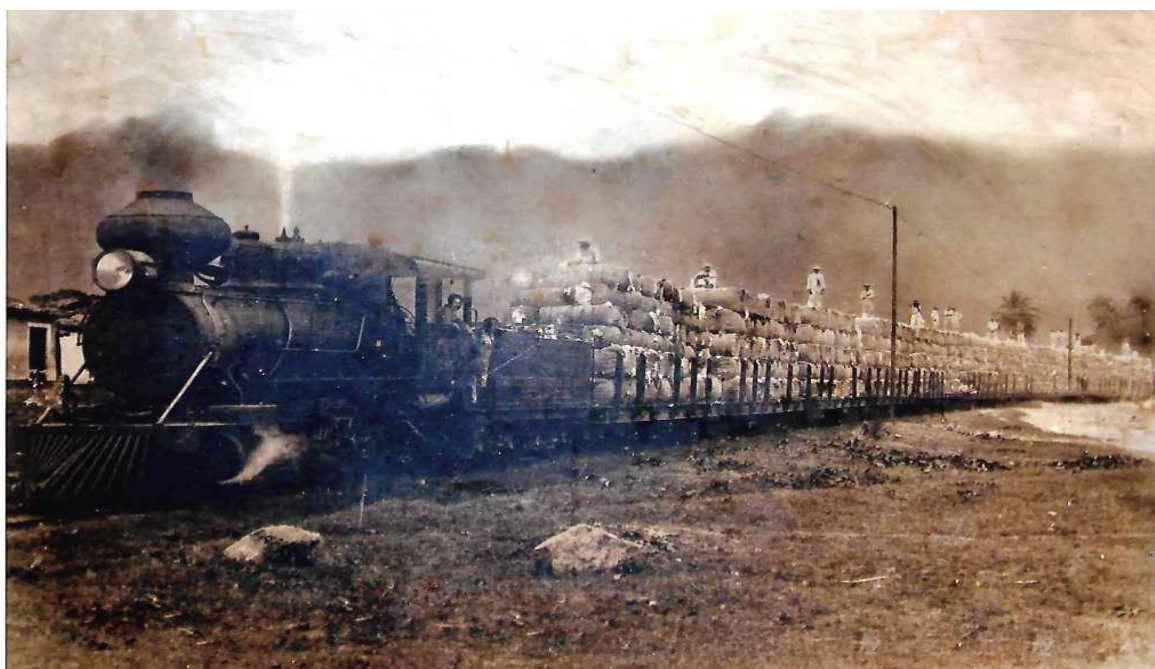
Esse levante foi a mais bem documentada rebelião indígena do Ceará e um marco histórico dos povos indígenas na luta pelas suas terras e seu modo de vida. Apesar da repressão, que foi de castigos físicos a prisões, esse levante foi um exemplo de organização e resistência indígena, silenciada pela historiografia oficial do Maranguape.

Como já analisamos, Maranguape representou, no século XIX, uma área de desenvolvimento econômico e geográfico estratégico, com consequente valorização de suas terras, por várias razões: a proximidade com o maciço de Baturité, grande produtor agrícola de abastecimento de gêneros da capital Fortaleza, e com o Sertão Central, região pecuarista e de produção de cereais; a existência da região do sertão, áreas dos atuais distritos de Maranguape, que produziam de algodão a criação de gado; o café produzido nas serras de Maranguape e Aratanha, sobretudo a partir de 1829; a produção de algodão, a partir da década de 1820, no sertão e nos vales das serras das Lages e Jubaia, além dos vales da Serra de Maranguape; e as produções de mandioca e de cana-de-açúcar nos vales e nos pés de serra, além de legumes e frutas nas serras.

Além dessas condições naturais, sua posição geográfica permitiu que Maranguape se tornasse entreposto comercial e região de abastecimento agrícola para Fortaleza. Essa configuração geográfica e econômica elevou o valor das terras do município e intensificou a disputa pelas terras dos vales e das serras, ocupadas historicamente pelos povos indígenas.

Para termos uma ideia do intenso crescimento econômico de Maranguape, por volta de 1859, Maranguape possuía 60 estabelecimentos agrícolas, que produziram 9.000 arrobas de algodão (135 mil kg) (Figura 1); 130 estabelecimentos comerciais de café que produziram 79.070 arrobas de café (1.186.050 kg) e 47 estabelecimentos que produziram 63.200 arrobas de açúcar (948.000 kg) e 54.600 canadas de aguardente (109.200 litros) (BRASIL, 1997).

Figura 1 – Trem carregado de fardos de algodão



Fonte: Neide Nunes, 2021¹.

Nota: Estação de Maranguape, aproximadamente em 1920. O algodão, plantado principalmente no sertão, foi responsável pela implantação de uma pequena indústria de transformação têxtil. Também foi responsável pela construção do ramal da Estrada de Ferro de Baturité, importante meio de desenvolvimento econômico, ligando a produção algodoeira do sertão ao porto do Mucuri, principal porto de exportação dessa matéria-prima.

A expansão da agricultura comercial necessitava da apropriação das terras férteis tanto no vale, ao redor dos rios, sobretudo para a produção de cana-de-açúcar, quanto na própria serra, locus ideal para produção de café e frutas (laranja, banana, mamão, tangerina). Tal situação fez os indígenas, proprietários seculares dessas terras, apelar ao Estado para dirimir conflitos de demarcação de limites. Situação que pode ser percebida na petição a seguir, datada de 07/02/1862:

“ Diz Antonio Pais Pereira de Mello Algodão, indio, morador no Gavião do Districto de Maranguape, q'elle tem no dito lugar sua casa de telha, fruteiras, e outras lavouras, onde habita a perto de 12 annos, e por que tema ser perturbado na posse d'lugar recorre a esta illustre Camara, protetora dos índios, para que mande passar ao supplicante um titulo, que lhe designando o lugar, como distribuindo para nelle plantar e morar, visto que não pode o supplicante ser foreiro da Camara por ser indio da familia Algodão ou então um titulo do modo, que esta Camara entender mais compativel com o interesse do suplicante,, e espera ser attendido (...). (PORTO ALEGRE; MARIZ; GÓIS, 1994, p. 42).

¹ Disponível em: <https://neidenunes.wordpress.com/2021/04/11/o-troctroc-do-trem/>. Acesso em: 1º out 2024.

É fulcral fazer uma ressalva sobre a resistência e a organização dos povos indígenas em Maranguape, frente ao assédio dos colonos e ao outorgamento da Lei de Terras de 1850, um dos mais duros ataques institucionais aos seus territórios. Podemos perceber dois períodos de conflitos com colonos e de resistência indígena. O primeiro período de 1821-1822, em que eclode a primeira revolta indígena em Maranguape; e o segundo de 1854-1862, período em que os indígenas mudam suas estratégias do enfrentamento direto para o uso dos mecanismos legais. Em alguns desses documentos datados entre 1854 e 1862 (petições, termos de registro), os indígenas reivindicam a posse de suas terras, conforme documento abaixo:

476 - Data: 07/02/1862 “Passo as mãos de V.Exa. para que se digne fazer chegar ao alto conhecimento de S.M o Imperador uma petição documentada de diversos índios e extranaturaes habitantes do termo de Maranguape nesta Província, em que pedem providencias para garantia de seus direitos em uma questão de propriedade territorial (PORTO ALEGRE; MARIZ; GÓIS, 1994, p. 42).

Entretanto, o governo provincial do Ceará não somente referenda a ocupação das terras indígenas, como também extingui, em um decreto, toda a população indígena do Ceará, incluindo os povos indígenas potiguaras ou pitaguaris de Maranguape e Pacatuba, na época distrito de Maranguape. Conforme Cunha Figueiredo Júnior, no Relatório provincial do Ceará de 1863:

Já não existem aqui indios aldeados ou bravios. Das antigas tribos de Tabajaras, Cariris e Pitaguaris, que habitavam a Província, uma parte foi destruída, outra emigrou e o resto constituiu os aldeamentos. (...) É neles que ainda hoje se encontra maior número de descendentes das antigas raças; mas acham-se hoje misturados na massa geral da população. Composta na maxima parte por forasteiros que excedendo-os em número, riqueza e indústria, tem havido por usurpação ou compra as terras pertencentes aos aborígenes (CUNHA FIGUEIREDO JÚNIOR, 1863, n.p.).

As tentativas de apagamento e silenciamento das comunidades indígenas não foi a única herança deletéria do crescimento econômico de Maranguape no século XIX. Paralelamente a isso, a mesma lógica capitalista que expropria povos indígenas de suas terras e nega sua existência inseriu Maranguape no sistema escravista, gerando números estarrecedores sobre a proporção de pessoas escravizadas (Tabela 1).

Tabela 1: Censo populacional com proporção da população livre e escravizada

1860				
Município	Livres	Escravos	Total	% Escravos
Fortaleza	32.512	2.861	35.373	8
Maranguape	17.389	2.443	19.832	12
1872				
Município	Livres	Escravos	Total	% Escravos
Fortaleza	29.189	1.183	30.372	6
Maranguape	15.626	645	16.271	4

Fonte: Sousa e Gonçalves, 2007, p.112.

Nota: Apesar de sediar o primeiro congresso abolicionista do Brasil no ano de 1881, a cidade de Maranguape possuía, em 1860, proporcionalmente mais pessoas escravizadas que a capital, Fortaleza. Aproximadamente 12 anos antes da abolição no Ceará (25/03/1884), Maranguape ainda possuía 4% da sua população escravizada.

Em meados do século XIX, segundo Souza e Gonçalves (2007), Maranguape, que possuía 55% da população de Fortaleza, detinha 2.443 escravizados, perfazendo 12% de sua população total, contra 8% da proporção de escravizados em Fortaleza. A década de 1860 representou o período com maior número de pessoas escravizadas. Ela coincide com o período de implementação das culturas agroexportadoras ou comerciais, como a produção de café, açúcar e algodão, embora não se descarte a possibilidade de parte desse contingente de pessoas terem sido escravos domésticos, símbolos de status e riqueza.

Independente da forma de escravização, entende-se que existe essa memória sensível da escravidão em Maranguape, e que, apesar do silenciamento imposto pela historiografia oficial ou da ausência de marcos para lembrar aquilo que se quer esquecer, não podemos negar o direito à memória dos afrodescendentes e a luta pela reparação histórica dessa população frente aos abomináveis anos de escravização.

Como a cidade não possui políticas públicas voltadas para a memória das populações excluídas (pobres, indígenas, afrodescendentes, mulheres), os discursos e as memórias coletivas são distorcidos, manipulados ou silenciados. A ausência de trabalhos acadêmicos voltados para a histórica local perpetua preconceitos e nega conflitos cujas raízes estão localizadas na exploração e na violência sobre os corpos escravizados no século XIX, em Maranguape.

Vários questionamentos podem ser feitos sobre a escravidão em Maranguape: por que a cidade possuía uma quantidade expressiva de pessoas escravizadas e quem eram essas pessoas? Por que foram silenciadas? Apesar de não termos nenhum exemplo de arquitetura escravocrata (senzalas) ou de instrumentos de tortura da época, podemos falar que houve uma escravidão

“humanizada” no município? Por que não temos referências claras a esse período nas crônicas ou nos livros que tratam da história de Maranguape?

A primeira observação a ser feita é que a escravidão tem como principal forma de controle a violência, seja física seja simbólica. Logo, a escravidão em Maranguape não fugiu dessa regra, pois manter parcela considerável da população sob trabalho compulsório exigia forte repressão. Para entender como funcionava o controle social exercido contra os corpos escravizados, foram utilizadas as fontes mais comuns sobre as relações entre senhores e escravos: os anúncios de fugas de escravos e os inventários pós-morte. Nesses anúncios, era perceptível o preconceito, os estereótipos e os sinais de violência de diversos tipos contra homens, mulheres e crianças escravizados. Entretanto, alguns senhores que tinham um número grande de escravizados negavam o argumento de que a escravidão no município foi mais branda e doméstica. Como pode ser constatado na descrição:

“José Ferreira Maciel, natural do Aracaty, interior da província, era filho de Simão Ferreira Maciel e Anna Maria da Conceição. Com Maria Francisca do Espírito Santo havia se casado em segundas núpcias. O casal vivia no sítio "Trapiá", em Maranguape. Entre seus bens foram arrolados 23 escravos.” (ASSUNÇÃO, 2002, p. 33).

Além disso, outros proprietários de escravos possuíam menor quantidade de cativos, muitas vezes dois, três ou quatro escravos. Provavelmente, esses escravos eram domésticos, mas não se descarta a possibilidade de terem sido empregados na agricultura, em alguma roça ou mesmo os chamados escravos de ganho; entretanto, lendo alguns inventários, percebe-se que ter escravos estava relacionado a um status e que, nesses casos, provavelmente, os escravizados eram utilizados para trabalhos domésticos ou eram escravos de ganho. Como é o caso de Dona Rosa da Cunha Prata, que era residente em Maranguape e proprietária de duas escravas, ou o caso de Ana Perpétua de Nojosa, que deixou, entre seus bens, uma escrava de nome Josefa, preta-crioula de 40 anos e uma "caza de taipa e telha, velha" (ASSUNÇÃO, 2002, p. 36).

Além da própria naturalização da escravidão, algo por si só abjeto e moralmente condenável, a violência praticada contra as pessoas escravizadas mostra o grau de brutalidade e a violência aos quais eram submetidas essas pessoas em Maranguape. Tais violências podem ser observadas nos classificados de escravos fugidos nos jornais de Fortaleza, cuja descrição das características físicas denunciavam as torturas e as sevícias praticadas:

Fugio do abaixo assignado, em dias de outubro, do anno passado, desta povoação de Maranguape, huma escrava de nome Thereza, com os seguintes signaes: Cabra, 40 annos pouco mais ou menos, magra com os dentes da frente quasi todos podres e quebrados, beiços grandes, olhos grandes, com algumas siccatis pelas costas (...) Vigário Pedro Antunes Alençar Rodvalho- 02 de janeiro de 1856 – Jornal O Commercial. (CAMPOS, 1982, p.107).

Além das marcas das torturas e outras sevícias, como dentes quebrados, cicatrizes nas costas, queimaduras, pés quebrados, os anúncios de escravos fugidos carregavam consigo forte teor racista e preconceituoso, termos pejorativos que desqualificavam características fenotípicas próprias das etnias negras. No anúncio a seguir, é possível ver alguns termos racistas utilizados pelos escravocratas, como pachola (preguiçoso, vadio), nariz chato, crioula (escravizada). Em alguns anúncios, também aparece o termo cabra, pardo e outros termos depreciativos da negritude:

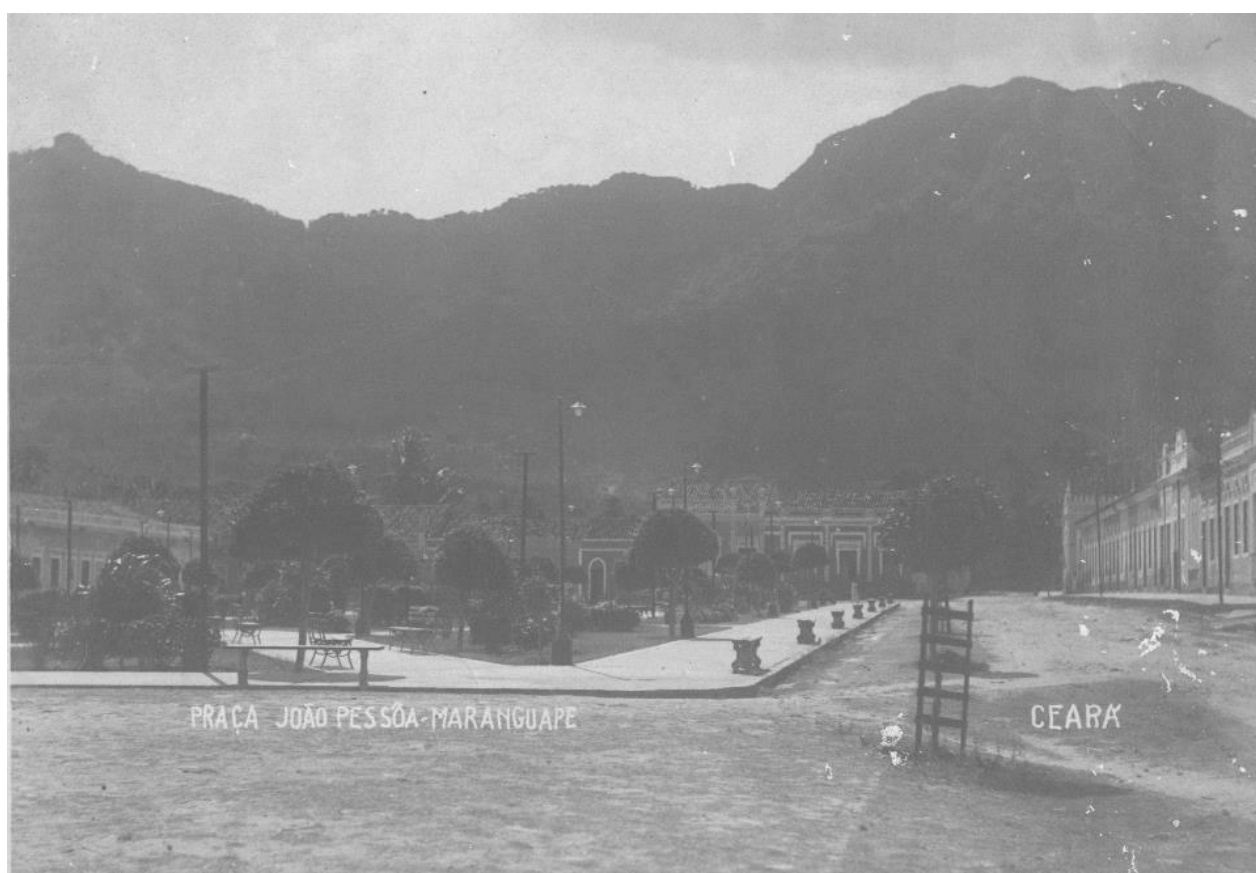
Fugio no dia 06 do corrente a escrava do abaixo assignado, de nome Iminência, crioula de 22 a 23 anos, bem parecida, e pachola, baixa, grossura regular e nariz chato; tendo falta de 2 a 3 dentes na frente e senais de sevícias sobre as costas (...) costuma fazer uso de aguardente e vinho. (...) Pe. Vicente da Rocha Motta (Jornal Pedro II, 3 de março de 1868. (CAMPOS, 1982, p.126).

De 1870 a 1880, percebe-se um declínio da população escravizada. Existem alguns fatores que podem explicar esse declínio, por exemplo: a epidemia de cólera morbus em 1862, que vitimou 2850 pessoas (MACIEL, 2011); a dinâmica econômica da província; o movimento abolicionista; e os impactos da seca de 1877. A partir desse período, ocorre uma queda do número de escravos em Maranguape, e, paralelamente, ocorre um outro fenômeno social e econômico, a venda e, não necessariamente, a alforria de parte da população escravizada. Outro fato pouco explorado pelos memorialistas e pelos livros de história tradicionais sobre Maranguape é que o município, além de ter participado do movimento abolicionista em 1883/1884, era um dos principais centros de vendas de escravizados para a atual região Sudeste. Crê-se que muitos foram vendidos para a lavoura cafeeira:

Mas onde flagramos os assentamentos mais realistas do comércio de escravos é em livro do Escrivão Vaz Manoel de Souza, do Cartório de Maranguape, que, guardando no Arquivo Público do Estado (número de ordem 1597), esclarece na abertura de seus precisos assentamentos: “Este livro a de servir para Escripturas especiais de escravos, o qual vai por mim robricado e nomerado; cuja rubrica é Vaz de Souza – do qual uzo e no termo de inserramento direi o nº de folhas deste livro. Maranguape, 27 de dezembro de 1875.” (CAMPOS, 1982, p. 21).

A construção da identidade local em Maranguape está relacionada não só ao conhecimento acerca do passado da cidade, sobretudo das temáticas sensíveis relacionadas ao apagamento da memória das populações indígenas, mas também à história da escravidão, que culminou com a marginalização dessas populações. A ocupação da cidade no século XIX definiu as relações de poder e de dominação das elites sobre as camadas populares, bem como separou geograficamente os bairros de periferia, ocupados pelas populações pobres, do Centro da cidade, cuja população foi eminentemente formada pela elite política e econômica (Figura 2).

Figura 2 – Praça Dr. João Pessoa (atual Praça Capistrano de Abreu)



Fonte: Maranguape Fotos²

Nota: A fotografia (aproximadamente na década de 1940) revela a reformulação urbana de Maranguape que ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX. A ocupação do Centro ocorreu em detrimento da decadência econômica e política do Alto da Vila (atual bairro da Outra Banda) e estava relacionada às atividades da produção de café, cana-de-açúcar e, sobretudo, do algodão. Aqui podemos perceber um hábito de sociabilização das elites de Maranguape, e um traço cultural ainda vivo no município, o passeio na Praça.

² Fotografia extraída do blog Maranguape Fotos. Disponível em: <https://maranguapefotos.blogspot.com/2016/01/maranguape-decada-de-30.html>. Acesso em: 16/10/2024.

Outros aspectos relevantes da história de Maranguape precisam ser pesquisados para preencher lacunas, como a significativa tradição intelectual, historiográfica e sociológica do município, representada pelas obras do historiador Capistrano de Abreu, pelo trabalho do sociólogo, jurista e economista Djacir Menezes, pela atuação da abolicionista e sufragista Elvira Pinho, e pela contribuição de pioneiros da fotografia e da fotocolagem, como Miguel de Moura Cavalcante e sua filha, Lygia Nogueira Cavalcante, primeira fotógrafa do Ceará.

Apesar dessa tradição intelectual, a sede do município de Maranguape não possui um museu público ou outra instituição com atividade permanente voltada à Educação Patrimonial, tampouco abriga um acervo significativo sobre a história política, econômica ou cultural. O Museu da Cidade teve parte do seu acervo extraviado nas mudanças ao longo dos últimos 30 anos. A Sociedade Artística e a Biblioteca Pública possuem poucas atividades culturais. Esse é o atual cenário de quase todos os bens públicos de relevância histórica e cultural do município.

No Centro de Maranguape, estão os principais equipamentos culturais da cidade, entre eles: o Museu da Cidade (antiga cadeia pública), a Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu, o antigo Paço Municipal, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha (Figura 3), o complexo religioso formado pelo Salão Paroquial, Casa Paroquial, Prédio Vicentino, o Teatro Municipal Pedro Gomes de Matos (fechado há mais de 10 anos), a Sociedade Artística de Maranguape, a Praça Capistrano de Abreu, a Praça Francisco Colares, a Praça Pontes Vieira, o Solar dos Correias, a antiga Padaria Luzitana, o Arquivo Público Municipal, o Mercado Público, além de alguns exemplares do casario histórico, como o imponente Solar da família Sombra, hoje sem uso, e o Solar dos Fernandes Vieira, em estado de abandono.

Figura 3 – Igreja Matriz de Maranguape, por volta de 1951



Fonte: Acervo IBGE – Maranguape³.

Nota: A igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha constitui um importante patrimônio histórico e arquitetônico de Maranguape. Marco da ocupação do Centro da cidade pelas elites políticas e econômicas que enriqueceram com o café, a cana-de-açúcar e o algodão, Matriz é um símbolo do poder da Igreja Católica na história do município. Além de um símbolo de Maranguape, o conjunto arquitetônico formado pela Igreja Matriz, Escola Vicentina, Solar dos Correias e Padaria Luzitana tem importante valor como patrimônio histórico-cultural do município e mesmo do estado do Ceará.

Esses espaços têm sido pouco explorados sob a perspectiva histórica e cultural, apesar da presença, no Centro e nos bairros vizinhos, como Guabiraba e Parque Santa Fé, de 10 instituições de ensino, incluindo escolas e cursos superiores, que poderiam promover pesquisas e ações interdisciplinares. Torna-se necessária, portanto, uma mobilização da sociedade para preservar e salvaguardar esse importante patrimônio, que possui relevância municipal e estadual, além de grande potencial turístico e comercial.

Atualmente, inexistem políticas públicas voltadas à preservação, à conservação ou à salvaguarda desse patrimônio. As últimas iniciativas de tombamento em âmbito municipal, bem como a atribuição de uma função social a esses bens, ocorreram durante a gestão de Marcelo Silva (1997-2005). Nesse período, foi realizada a restauração da antiga cadeia pública, transformada no Museu da Cidade, do Solar Bonifácio Câmara, que passou a abrigar a

³ Fotografia extraída do site IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/maranguape/historico>. Acesso em: 10 out. 2024.

Biblioteca Pública Capistrano de Abreu, e da Sociedade Artística Maranguapense, que, por muitos anos, sediou diversos espetáculos teatrais.

A cidade ainda preserva um patrimônio histórico edificado de relevância, mas que vem sendo descaracterizado devido às intervenções de particulares e à ausência de um programa de salvaguarda governamental ou privada que garanta sua preservação. Esse patrimônio apresenta grande potencial didático para a elaboração de roteiros históricos e aulas de campo, além de vivência das manifestações da religiosidade popular e da cultura imaterial.

Infelizmente, ainda hoje inexiste, em Maranguape, uma política de proteção e salvaguarda desse importante patrimônio material e histórico do município e do Ceará. Portanto, torna-se primordial que ações integradas e interdisciplinares sejam realizadas para permitir o mapeamento do patrimônio histórico do Centro, com seus casarões, prédios públicos e religiosos, praças e rio Pirapora, em cujas margens nasceu a cidade e separou fisicamente a elite política e econômica, que ficava no Centro da cidade, do bairro Outra Banda, que apresentava feições mais populares, contudo é o bairro mais antigo e precursor da colonização de Maranguape, conhecido, no século XIX, como Alto da Vila.

Além disso, o mapeamento de outros locais de memória de Maranguape poderá valorizar a formação das identidades locais e do que é o ser maranguapense, apontando suas características culturais, geográficas e sociais de cada região. Podemos citar locais de interesse histórico, cultural e paisagístico de Maranguape também nas periferias. Entre esses locais de interesse, podemos citar o açude Vavaú, construído no final dos anos 1870, possivelmente com mão de obra escrava.

Outro importante lugar de memória do município é o Cemitério São João Batista, que sepultou os mortos da grande epidemia de cólera morbus entre 1862-63, bem como a existência de alguns cemitérios familiares no sertão de Maranguape, como o Cemitério dos Andrades (Serrote do Mocoal) e o Cemitério dos Abreus (Columinjuba).

Na segunda metade do século XIX, precisamente entre 1862-63, Maranguape enfrentou um surto epidêmico de cólera morbus. A mortalidade foi tão elevada, algo em torno de 2.500 mortos numa população de 20.000 habitantes (12,5% da população), que deixou profundos impactos na religiosidade popular. Uma delas é que Maranguape passou a ter dois padroeiros. A primeira padroeira foi Nossa Senhora da Penha, escolhida pela elite econômica, cuja igreja matriz foi erguida no atual Centro da cidade. Entretanto, durante o surto do cólera e diante do desespero da população pelas dezenas de mortes cotidianas, o povo se apegou a fé e

recorreu a São Sebastião, reconhecido como protetor contra as pestes, para livrá-los de tão horrendo mal. Hoje se comemora com procissões tradicionais, com mais de 150 anos de existência, os dois padroeiros, São Sebastião, comemorado em 20 de janeiro, e Nossa Senhora da Penha, no dia 08 de setembro.

3.2 A gênese do Ecomuseu de Maranguape

O Ecomuseu de Maranguape está distante aproximadamente 25 km do Centro de Maranguape. Embora a comunidade de Cachoeira exista desde da segunda metade do século XIX, sua elevação a distrito ocorreu apenas em 1991. A região onde se localiza o Ecomuseu está situada na zona rural do município, com características ambientais e climáticas do semiárido. A vegetação é composta por remanescente de Mata Atlântica, Caatinga e mata seca (IPECE, 2022).

As terras que compõem o Ecomuseu são originárias de uma fazenda que pertenceu ao coronel José Antônio de Moura Cavalcante, um grande proprietário de terras que migrou do Icó, Centro-Sul do Ceará, na primeira metade do século XIX, para Maranguape, tendo adquirido essas glebas em 1839. Conforme visão romantizada de seu parente, Raimundo Girão, o Cel. Moura Cavalcante “Chegou ali por volta de 1839, naquele trecho de mataria, que adquirira para campo de sua tenacidade realizadora. Desbravou, plantou, colheu, e em 1854 começou o sobrado, que antes de 1860 já estaria concluído.” (GIRÃO, 1972, pág. 79).

Não foram identificadas pesquisas sobre como as terras foram adquiridas, porém a tradição oral cita a compra das terras por parte do Coronel José de Moura a uma senhora de origem indígena, o que pode sugerir, dada as condições históricas e sociais do período, que essas terras foram compradas, provavelmente, sob pressão contra os povos indígenas que habitavam o sopé e a serra da Aratanha.

O casarão da Cachoeira é uma das mais imponentes construções sertanejas de Maranguape, embora obedecendo a alguns padrões estéticos e arquitetônicos coloniais, como a existência de um alpendre, com uma colunata simples, compacta, que envolve toda a construção, local de parte da vida social da casa e solução arquitetônica para diminuir a sensação térmica do calor do sertão. Raimundo Girão assim descreve o casarão:

Uma perfeita Casa-grande, com senzala e tudo. Edificação muito sólida, cercada de alpendres amplos, sustentado de colunas brancas e roliças, a casa dominava a região toda, no flagrante de sua imponência, no patriarcalismo que se fez ao redor. A igreja de São José, acabada em 1862, integrou o sobrado no coração e na almada do povo da redondeza. (...) O açude consolidou o lastro econômico: os canaviais, o engenho de boi, a produção negociável (GIRÃO, 1984, p.79).

O casarão possui um piso superior. São duas janelas e uma porta ao centro, cuja singularidade está na ornamentação das janelas com arcos ogivais. Esse andar fica de frente para a nascente, voltado para a capela e a serra da Aratanha. Provavelmente a escolha da frente do casarão está relacionada tanto ao aproveitamento dos ventos, que correm no sentido leste-oeste, quanto à menor ocorrência dos raios solares, pois nessa posição a maior incidência dos raios solares ocorre pela manhã, ficando a parte dos fundos da casa, onde se localiza a cozinha, para o poente, que absorve mais calor.

Diante da casa, encontra-se a capela, uma construção de duas portas, com uma porta maior de duas bandas, com a fachada frontal ornada por uma espécie de frontão triangular. A outra porta, menor, fica na lateral da capela e apresenta arco ogival, dando acesso a um pequeno sino, que chamava os fiéis para as missas e novenas na fazenda. Separam a casa da capela um vasto terreiro, espaço em que ocorriam as atividades cotidianas, religiosas e sociais, vinculadas às festividades sazonais relacionadas à agricultura (festas juninas).

O casarão da Cachoeira (Figura 4), além de sua importância histórica, cultural e arquitetônica para o município de Maranguape, representa também um símbolo do patriarcalismo escravocrata que se constituiu como elite econômica, graças à produção de algodão e cana-de-açúcar. Sua imponência demonstra o poder econômico e político de seu proprietário, José de Moura Cavalcante.

Figura 4 – Casarão da Cachoeira



Fonte: Arquivo pessoal.

Nota: O Casarão do Coronel José de Moura Cavalcante é uma das construções sertanejas mais imponentes de Maranguape e um símbolo do patriarcado sertanejo, escravocrata e latifundiário. Representou uma elite sertaneja que estendeu seu poder e influência também na vida política da cidade.

Durante mais de um século, o casarão foi habitado pela rica família Moura Cavalcante, cujo patriarca, José Antônio de Moura Cavalcante, foi um grande proprietário de terras, escravocrata, que acumulou riqueza produzindo algodão, gêneros agrícolas sazonais, e explorando o comércio de armazéns do tipo secos e molhados. A agricultura comercial e o comércio renderam fortuna e influência política, como se pode observar:

Chefe político liberal foi Subdelegado de Polícia de Maranguape, vereador à Câmara Municipal local (1867). Deputado em duas legislaturas (1878/1879 e 1880/1881). Comandante da Guarda Nacional de Maranguape, por nomeação do Imperador, datada de 8 de maio de 1884, Contraiu matrimônio com três irmãs, Josefa (*01. jun.1820 † 13.09.1860), deixando três filhos; Jeronima, que deixou também três filhos; a terceira, Isabel; (*1844 † 07.10.1839), não deixando filhos. Elas eram filhas de Miguel Felipe Cavalcante e de Maria Felicia de Albuquerque. (MARQUES, 2006, p. 15).

Entretanto, após os membros remanescentes da família terem migrado para os centros urbanos e perdido o interesse pela propriedade rural ainda na década de 70 do século passado, um grupo de agricultores comprou os 300 hectares pertencentes aos herdeiros do Coronel Moura Cavalcante:

A organização comunitária da população de Cachoeira tem como marco histórico, sua emancipação fundiária quando da aquisição da terra onde moravam e trabalhavam. Para tanto, criou-se em 1973 uma associação de agricultores, o Comitê Agrícola de Cachoeira, que confere a um coletivo de 30 famílias locais, a gestão da terra e a condução dos projetos para agricultura familiar. Em simultâneo com a criação desta associação de agricultores foi constituída uma outra associação, o Centro Comunitário de Cachoeira (1972) para ocupar-se das questões de âmbito do apoio social (ALMEIDA, 2021, p. 01).

Essa comunidade tem uma historicidade e uma perspectiva de ancestralidade coletiva, girando em torno das terras em que seus antepassados moraram e trabalharam e do casarão que pertenceu a família Moura Cavalcante. Esses espaços foram adquiridos pelos camponeses dessa localidade, em uma das primeiras experiências de associativismo comunitário exitoso em Maranguape, personificada no Comitê Agrícola da Cachoeira, cuja vinculação identitária remonta de uma ocupação fundiária de base familiar-comunitária.

Sobre os fatores que explicam as condições que permitiram uma base de organização comunitária do distrito da Cachoeira, há um estudo realizado nessa comunidade sobre o conceito de confiança individual, apontando para uma organização social e comunitária decorrente de um indicador que seria:

(...) indicador de confiança individual da Comunidade de Cachoeira, por conseguinte, leva a crer que a maioria das pessoas acreditam uns nos outros. Analisando subjetivamente este Distrito, pode-se dizer que é uma comunidade estável onde as pessoas já moram há décadas, pois é um lugar tradicional, onde os mais novos também vão ficando e formando família com pessoas do próprio lugar, assim passando de geração a geração. (PETRUS & PEREIRA JÚNIOR, 2014, *on-line*).

Esses centros de participação comunitária permitiram que os membros dessa localidade criassem espaços de debate público sobre as decisões políticas, econômicas e culturais de cunho coletivo, personificados no Comitê Agrícola da Cachoeira e no Centro Comunitário da Cachoeira, espaços de participação comunitária que fortaleceram a noção de pertencimento e a identidade cultural.

Cabe também uma observação importante sobre o movimento comunitário no Brasil, nos anos de 1964 a 1985. Nesse período, o Brasil vivia uma Ditadura Civil-Militar, com supressão de partidos de oposição, repressão, censura, controle dos sindicatos, entre outras medidas de controle político e sociais características de um Estado de exceção. Nesse cenário, o governo militar brasileiro implantou políticas de desenvolvimento da comunidade, ideologia estruturada durante a Guerra Fria, que entendiam a pobreza como meio de propagação para as ideias comunistas. Para enfrentar essa ameaça, fazia-se necessário investir na melhoria as

condições de vida por meio do desenvolvimento comunitário e do assistencialismo dos governos às populações mais pobres.

Com essa intenção, foram implementados no Brasil projetos de desenvolvimento comunitário, geralmente com o apoio de agências internacionais e com a participação da Igreja Católica, dos sindicatos rurais, da associação de moradores e de outras organizações sociais. Entre esses programas, podem ser mencionados o Projeto Rondon, a Legião Brasileira de Assistência, os Conselhos Comunitários e o Centro Social Urbano. É nesse cenário que foram criados, na comunidade da Cachoeira, o Centro Comunitário de Cachoeira e o Comitê Agrícola de Cachoeira, respectivamente nos anos de 1972 e 1973.

Em relatos informais com voluntários do Ecomuseu, também presente numa postagem do *blog* do Ecomuseu de Maranguape, o grande articulador comunitário nos anos 1970-1980, que ajudou a criar a primeira escola da comunidade e que concebeu as duas principais organizações comunitárias (Centro Comunitário e Comitê Agrícola) da Cachoeira, foi o senhor Elias Cavalcante de Andrade, conhecido como professor Elias, que foi o articulador para a implantação da EMEIF José de Moura e o primeiro professor da escola (*Blog do Ecomuseu de Maranguape*)⁴.

Além disso, a articulação do professor Elias, que à época tinha vínculos com a Igreja Católica local, com a Legião Brasileira de Assistência e com a prefeitura de Maranguape, possibilitou, no ano de 1982, a inauguração do projeto social Centro de Treinamento de Cachoeira (CETEC), que funcionaria no Casarão da Cachoeira (ALMEIDA, 2021).

Infelizmente, apesar da importância da articulação do professor Elias junto à comunidade da Cachoeira, há apenas um relato de um parágrafo no *blog* sobre ele e sua relação com a comunidade da Cachoeira. Entende-se que a fulanização de determinados sujeitos frente a lutas comunitárias e sociais tende a criar narrativas personalistas; entretanto, compreende-se que os processos históricos também são construídos por sujeitos, que, oportunamente, podem atuar como articuladores e mobilizadores de práticas sociais.

Embora a organização comunitária durante a Ditadura Militar tenha sido manipulada no sentido de combater às ideias da esquerda, é notório perceber que, no caso da comunidade da Cachoeira, o fomento à criação do Comitê Agrícola, do Centro Comunitário, do Centro de Treinamento e da própria escola da comunidade, a EMEIF José de Moura, formou as bases para

⁴ *Blog do Ecomuseu Maranguape*. Disponível em: <https://ecomuseudemaranguape.blogspot.com/p/amigas-do-ecomuseu-de-maranguape.html>. Acesso em 17/07/2024.

a construção de um movimento social organizado, cujos desdobramentos deram origem ao Ecomuseu de Maranguape.

A história de luta pela memória e pela cultura dos moradores da Cachoeira se intensifica no início dos anos 2000, quando funcionários da EMEIF José de Moura e moradores da comunidade começaram a pensar e a discutir a ideia de um centro cultural comunitário na localidade. Esse desejo surgiu devido à influência dos movimentos ambientalistas inspirados pela Eco 92 (Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, sediada no Rio de Janeiro) e mobilizados pelas ações da Agenda 21 do município, importante catalisador político de práticas sociais ricas e complexas. No período citado, a cidade de Maranguape havia aderido à construção da Agenda 21 Local, durante o 2º Governo Marcelo Silva (2001-2004). De forma sintética, podemos conceituar a Agenda 21 Local como sendo:

(...) processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação, ali, de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, 2023).

Assim, entende-se que o distrito da Cachoeira possuía, naquele momento, as condições históricas e sociais ideais para o desenvolvimento e a organização comunitários. Historicamente, pode-se situar como gênese da atual organização comunitária do Ecomuseu a criação e a atuação do Centro Comunitário da Cachoeira e do Comitê Agrícola da Cachoeira, fundados, respectivamente em 1972 e 1973.

Há de se destacar também o protagonismo da Escola Municipal José de Moura, que possuía uma liderança local atuante, a senhora Graça Timbó, na ocasião diretora da escola; havia também uma situação política favorável, com a adesão do município de Maranguape a Agenda 21 Local durante o governo Marcelo Silva, do Partido Verde, que, dada a sua dinâmica de participação comunitária na construção das propostas no Fórum da Agenda 21, permitiu a mobilização de atores sociais locais. Nesse cenário, surge um novo protagonista: a Fundação Terra, Organização Não Governamental que atuava em projetos sociais na Cachoeira.

Essa organização comunitária, somada ao importante conjunto arquitetônico e paisagístico composto pelo Casarão, pela Capela e pelo Açude, cuja imponência da casa grande impressiona aos padrões sertanejos da época, chamou a atenção do governo municipal Marcelo

Silva, que, devido à articulação da primeira-dama, Virgínia Adélia, viu a oportunidade de se aproximar politicamente da comunidade da Cachoeira e a possibilidade de transformar essa experiência comunitária em uma vitrine para as agências nacionais e internacionais de financiamento de projetos sociais comunitários. Pode-se notar, então, essa percepção política da força e dinâmica social da comunidade da Cachoeira na citação de Virgínia Carvalho, na época, primeira-dama do município, sobre o potencial da organização comunitária, o patrimônio edificado e as práticas culturais locais:

Nessa comunidade, está localizado um casarão secular, restaurado e que serviu de cenário para um filme do cineasta Rosenberg Cariri. Hoje, o casarão abriga um Ecomuseu, bem como os eventos e reuniões comunitárias. Existe um projeto de agricultura orgânica e uma casa de farinha que realiza “farinhadas”, envolvendo a comunidade e visitantes que são saudados com atrações artísticas e culturais. Cachoeira é exemplo de uma comunidade que tomou impulso com o processo da Agenda 21 e foi internalizada pela comunidade a consciência de que a força está na união dos moradores (CARVALHO, 2009, p. 55).

É nessa configuração política, social e cultural que, no ano de 2003, realizam-se as planárias da Agenda 21 da comunidade da Cachoeira. Como dito anteriormente, um protagonista social participou de forma ativa nesse processo, a Fundação do Trabalho Educacional com Recursos Renováveis e Arte (Fundação Terra), uma Organização Não Governamental. Essa ONG participou da Agenda 21 Local no segmento sociedade civil, tendo tomado assento no Fórum Local de Desenvolvimento Sustentável, responsável pela elaboração do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável:

Convocando todos os setores e segmentos da sociedade. A Fundação TERRA foi uma das organizações não-governamentais do município, convidadas para representar este segmento dos grupos de trabalhos de elaboração de propostas. Foi nesta troca de experiências entre de instituições, lideranças e demais pessoas interessadas na temática que ocorreu o primeiro encontro entre a Fundação TERRA com a Comunidade de Cachoeira, na altura representadas por Nádia Almeida, então dirigente da ONG e Graça Timbó, na altura Diretora da Escola Municipal José de Moura, localizada no distrito de Cachoeira. Deste encontro dois anos depois tem início o processo que deu origem ao 1º Ecomuseu comunitário do estado do Ceará naquele distrito. O Ecomuseu de Maranguape. (ALMEIDA, 2020a).

Do quadro de dirigentes da ONG Fundação do Trabalho Educacional com Recursos Renováveis e Arte (Fundação Terra), destaca-se Nádia Almeida, museóloga e geógrafa, além de exercer a coordenação pedagógica da referida ONG. Nádia Almeida participou do Fórum Local de Desenvolvimento sustentável como representante da Fundação Terra, o que lhe possibilitaria, posteriormente, ter a necessária experiência em articulação institucional,

elaboração de projetos e captação de recursos – ações que o Ecomuseu de Maranguape utilizaria para estruturação dos seus projetos (ALMEIDA, 2020).

Por outro lado, a participação de professores e funcionários da EMEIF José de Moura nas Plenárias da Agenda 21 foi determinante para trazer para o debate as pautas comunitárias, históricas e culturais da comunidade da Cachoeira. Destacam-se, no corpo docente da escola, as atuações da então diretora Graça Timbó e da professora Leda Assis. Essas professoras desempenharam importante papel na mobilização comunitária e na proposição das temáticas nas plenárias da Agenda 21 Local.

Portanto, pode-se perceber a confluência de pautas e interesses comunitários promovidos por setores da sociedade local, aqui representados pela ONG Fundação Terra e pelos moradores locais, cujos representantes foram estimulados a participar por meio de uma agenda política participativa. Em comum, houve a percepção de que a comunidade da Cachoeira possuía, como elementos integradores, um território e seu patrimônio histórico-cultural, representados pelo conjunto arquitetônico e paisagístico – o Casarão, a Capela e o Açude.

A mobilização para a construção da Agenda 21 Local foi um passo importante para a futura criação do Ecomuseu de Maranguape, pois, devido ao Fórum Local de Desenvolvimento Sustentável, criou-se um espaço de reflexão, debate e construção de proposições comunitárias. O Fórum produziu um documento chamado Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, em que a comunidade construiu suas metas, diretrizes, visão estratégica, além de definir ações para sua implementação. A narrativa presente no *Blog* do Ecomuseu de Maranguape direciona para a perspectiva de que a comunidade percebeu que o desenvolvimento local da comunidade da Cachoeira apontava para o potencial histórico e patrimonial do Casarão:

Uma das principais diretrizes aprovadas pela plenária da Agenda 21 de Cachoeira foi a proposta de utilização do importante conjunto histórico arquitetônico do período colonial, construídos em meados do século XVIII, composto por um Casarão, uma Capela e um Açude. A ideia inicial foi de transformar este patrimônio arquitetônico em um equipamento cultural. Desta forma, o contributo principal da ONG Fundação TERRA, na altura coordena por Nádia Almeida, a proposta de criação de um Ecomuseu para aquele espaço. Proposta aprovada pela plenária, legitimando o processo comunitário do Ecomuseu de Maranguape desde sua origem. (ALMEIDA, 2020a).

A mobilização para as plenárias da Agenda 21 Local ocorreu de 2001 a 2005 e a proposta para a criação do Ecomuseu (que iniciou em 2003, por intermédio dessas plenárias) foi finalizada em 2005. Ainda segundo o *blog* do Ecomuseu, apesar da comunidade ter

percebido que o desenvolvimento local da Cachoeira passaria pelos aspectos culturais que poderiam ser desenvolvidos no imponente conjunto arquitetônico do Casarão da Cachoeira, não havia clareza do que poderia ser desenvolvido na comunidade. Coube à Nádia Almeida, então dirigente da Fundação Terra, a proposta para criação de um Ecomuseu, sugestão que foi aprovada pela plenária (ALMEIDA, 2020).

É possível, portanto, observar que a criação do Ecomuseu se inseria num momento político e cultural, em que Maranguape, durante a gestão do arquiteto e ambientalista Marcelo Silva (1997-2005), do PV (Partido Verde), implementava políticas públicas voltadas para a sustentabilidade ambiental, estimulando a gestão participativa e a valorização do patrimônio histórico e cultural, com a realização do tombamento a nível municipal das principais edificações de Maranguape.

A gestão Marcelo Silva também deu ênfase aos aspectos culturais do município. Nesse sentido, a dissertação da Virgínia Adélia, intitulada “A Agenda 21 no Município de Maranguape – Acertos e Dificuldades”, oferece-nos um resumo, mesmo que parcial, desse período sob a ótica dos gestores públicos, pois Virgínia Adélia é esposa de Marcelo Silva e ex-primeira-dama de Maranguape. Sua narrativa nos aponta para as razões que ajudaram a desenvolver as principais diretrizes da gestão e o programa “Maranguape – Município Cultural”, sendo, portanto, o registro em que são elencadas as principais manifestações culturais do município. Nesse aspecto, foi observado um *timing* da Fundação Terra com as diretrizes da gestão Marcelo Silva nas políticas culturais, especificamente no que se refere a escolha do eixo temático “dimensão sociocultural” da gestão municipal (CARVALHO, 2009).

Foi durante a gestão Marcelo Silva que também ocorreu o tombamento a nível municipal de 93 imóveis de valor histórico e arquitetônico do município, entre eles a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha, o Solar Bonifácio Câmara, o Solar dos Sombras, a Cadeia Pública Municipal, o prédio do Paço Municipal, o Solar dos Motta e o Casarão da Cachoeira; de certa forma, o tombamento do Casarão da Cachoeira e as filmagens do *Lua Grande Cambará* (2002), do cineasta cearense Rosenberg Cariry, no casarão podem ter estimulado a comunidade da Cachoeira perceber a importância cultural e histórica do casarão, favorecendo a mobilização para a fundação do Ecomuseu.

Figura 5 – Plenárias da Agenda 21, no ano de 2005, no Casarão da Cachoeira



Fonte: *Blog Ecomuseu de Maranguape*⁵.

Nota: As plenárias da Agenda 21 foram um importante espaço de tomada de decisão coletiva em que a comunidade da Cachoeira vislumbrou a possibilidade de transformar o Casarão em um centro cultural e, posteriormente, no Ecomuseu. Essa prática de participação popular deve permear as ações e objetivos dos Ecomuseus.

Como foi dito anteriormente, as plenárias no distrito da Cachoeira ocorreram no ano de 2003. Nessas plenárias foi elaborado o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que continha a visão estratégica, os objetivos, as oportunidades e as metas para implementar as ações; contudo, somente no ano de 2005, dois anos após o início das plenárias, iniciaram-se as mobilizações para a implementação do Ecomuseu.

Participaram desse momento, além de moradores da comunidade da Cachoeira, quatro instituições com atuação no referido distrito, a saber: a Fundação Terra, o Comitê Agrícola de Cachoeira, a EMEIF José de Moura e o Centro Comunitário de Cachoeira (ALMEIDA, 2020).

Uma observação pertinente é que sem a iniciativa do Comitê Agrícola da Cachoeira - cujas famílias são proprietárias das terras e do patrimônio edificado – em ceder o casarão da

⁵ Disponível em: <https://ecomuseudemaranguape.blogspot.com/p/amigas-do-ecomuseu-de-maranguape.html>. Acesso em: 10 out. 2024.

Cachoeira e sua Capela para uso do museu, possivelmente não haveria a constituição do Ecomuseu, pois não seria possível a concepção da característica de museu comunitário.

Por outro lado, sem a existência do Ecomuseu, possivelmente o Casarão e a Capela poderiam estar com seu patrimônio edificado ameaçado pelo desgaste provocado pelo tempo e pelas intempéries, haja vista o custo para manutenção do complexo arquitetônico ser alto, ficando muito complicado e caro para o Comitê Agrícola mantê-lo sem captação de recursos ou parcerias institucionais.

O Ecomuseu de Maranguape não surge de um momento histórico favorável ou de uma situação política que propiciava a participação popular. Dessa forma, deve-se olhar a constituição do Ecomuseu de Maranguape como resultado de quatro fatores: i. a organização social que se inicia ainda nos anos de 1970, com a fundação do Comitê Agrícola; ii. o protagonismo que o Centro Comunitário fomentou; iii. o potencial cultural da região; e iv. a melhoria na escolarização que a implantação da EMEIF José de Moura possibilitou à comunidade da Cachoeira. Essa confluência de fatores também foi observada pela cofundadora do Ecomuseu, como pode ser observado no trecho a seguir:

A organização comunitária da população de Cachoeira tem como marco histórico, sua ‘emancipação fundiária quando da aquisição da terra onde moravam e trabalhavam. Para tanto, criou-se em 1973 uma associação de agricultores, o Comitê Agrícola de Cachoeira, que confere a um coletivo de 30 famílias locais, a gestão da terra e a condução dos projetos para agricultura familiar. Em simultâneo com a criação desta associação de agricultores foi constituída uma outra associação, o Centro Comunitário de Cachoeira (1972) para ocupar-se das questões de âmbito do apoio social. Ambas instituições geriam nessa terra coletiva, um importante patrimônio histórico arquitetônico, um Casarão, uma Capela e um Açude, construído no período colonial, pelo trabalho escravo entre os anos de 1840 e 1860 (ALMEIDA, 2021, p. 01).

O Ecomuseu de Maranguape é formalmente registrado no dia 12 de outubro de 2006. Essa data foi escolhida em razão da Declaração de Quebec, que trata do reconhecimento das experiências museológicas da chamada nova museologia, que engloba museus de organização popular, formados por museus comunitários, entre eles os ecomuseus, os museus locais, os museus de vizinhança, os museus de cultura popular, entre outros.

Apesar de se tratar desde sua gênese de um museu comunitário, com intensa participação política e organização social, o projeto museológico do Ecomuseu de Maranguape foi da Fundação Terra, com a sua gestão compartilhada com as duas associações locais, no caso o Comitê Agrícola e o Centro Comunitário da Cachoeira (ALMEIDA, 2021). A gestão compartilhada ou cogestão é uma prática de gestão participativa, na qual se assentam os

ecomuseus e os outros museus comunitários. Como afirmado por Hugues de Varine⁶ (VARINE, 2017 *apud* SANTOS JR & BRITTO, 2019, p. 324), “A Ecomuseologia é uma palavra, também não codificada, que abrange uma série de práticas de gestão do patrimônio por uma comunidade em um território”; portanto, em um ecomuseu, cabe à comunidade tomar as decisões sobre práticas museológicas, acervo, exposições e ações pedagógicas e gerir seu patrimônio, conjuntamente com especialistas da área de museologia e História.

As diretrizes de fundação do Ecomuseu de Maranguape estão vinculadas a uma concepção e à vivência de experiências coletivas, que associam a tradição de organização política e comunitária dos moradores do distrito da Cachoeira, da necessidade de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico do Casarão da Cachoeira. Sua base organizacional está alicerçada na “organização comunitária local e trabalha para a salvaguarda do patrimônio cultural na perspectiva das lutas sociais pela memória e para o fortalecimento dos processos emancipatórios e de autodeterminação que se desenvolvem no território.” (ALMEIDA, 2021 p. 02).

Conforme discutido anteriormente, os Ecomuseus trabalham com três categorias distintas, a saber: território, comunidade e patrimônio. O Ecomuseu da Cachoeira possui essas três categorias: um território, que tanto pode ser a fazenda que abriga o casarão, a capela e o açude, quanto ser o território do distrito da Cachoeira, onde as relações sociais e históricas se processam e se interconectam, como também poderá atuar em outras regiões da cidade de Maranguape, dada sua perspectiva de pertencimento a categoria cidade, onde vários territórios se conectam por interesses sociais, religiosos, econômicos e culturais.

Possui uma comunidade, inclusive com uma organização social já estabelecida, fato que permitiu a implantação do Ecomuseu e um patrimônio edificado, composto pelo complexo arquitetônico colonial do Casarão, além de um importante patrimônio imaterial presente nas tradições e festividades da comunidade. Como afirmou Hugues de Varine (2005, p. 25), “Partindo da compreensão de que um museu ‘normal’ tem por objetivo servir ao conhecimento e à cultura, e que um ‘museu comunitário’ tem por objetivo servir à comunidade e ao seu desenvolvimento”.

Apesar de o Ecomuseu de Maranguape estar situado no semiárido, na zona rural do município, a proposta museológica e pedagógica não limitou seu acervo e suas ações para um

⁶ Entrevista concedida a Santos Jr e a Brito, em 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/24973/22040>. Acesso em: 20 maio. 2024.

museu rural, o que seria algo até “natural”, dada a origem social de sua comunidade e sua localização geográfica; entretanto, é possível perceber que a concepção do Ecomuseu da Cachoeira seguiu duas tendências museológicas pouco usuais na museologia do período, principalmente no Ceará, que é a concepção de um ecomuseu, quando o Ceará não possuía formalmente nenhum equipamento cultural nesse sentido. Outro aspecto importante sobre o Ecomuseu é seu eixo de atuação: educação, cultura e meio ambiente. Acerca disso, Almeida (2021, p 02) declara que:

Os objetivos, estruturam-se em três eixos-geradores e interdisciplinares: Educação, Cultura e Meio Ambiente, e para cada um deles, o Ecomuseu de Maranguape desenvolve iniciativas e projetos próprios, todavia, articulados. Os objetivos valem-se do paradigma da museologia de práxis comunitária e nas ideias de educação popular de Paulo Freire e expressam a função social do Ecomuseu de Maranguape. Ou seja, a missão do Ecomuseu de Maranguape orienta-se no sentido de dinamizar ações socioeducativas para a formação cultural e cidadã numa perspectiva crítica, criativa e da emancipação social da comunidade local e de visitantes em geral, visando educandos e educadores de escolas públicas como sujeitos ativos e dialógicos nos processos de transformação social.

Ao analisar os três eixos-geradores, é possível observar que eles dialogam com áreas importantes do ponto de vista social e governamental. O primeiro eixo é a educação, cuja ação tanto poderia ser desenvolvida pela educação patrimonial, quanto poderia advir de um parceria com a EMEIF José de Moura, que se transformou em importante parceiro e em um espaço de experimentação das ações pedagógicas e museológicas do Ecomuseu. O segundo eixo é a cultura, aspecto presente nas festas, nos festejos e nos saberes da comunidade rural da Cachoeira. O terceiro eixo é o meio ambiente, temática cara a Eco-92 e à Agenda 21 com sua perspectiva de desenvolvimento local sustentável.

Como foi observado anteriormente, o Ecomuseu da Cachoeira orientou suas ações em três eixos-geradores de atuação, sendo a educação um dos eixos mais dinâmicos e com maior número de atividades pedagógicas e museológicas desenvolvidas. Nesse aspecto, a parceria com a EMEIF José de Moura permitiu avanços pedagógicos à escola e ao tempo que fortalecia as ações de Educação Patrimonial do Ecomuseu.

Entende-se que, apesar da fundação do Ecomuseu ser fruto da articulação entre a Fundação Terra, o Centro Comunitário da Cachoeira e o Comitê Agrícola, foi, de fato, a presença da escola nessa comunidade que catalisou os principais projetos e ações museais desenvolvidos pelo Ecomuseu nos últimos anos.

O Ecomuseu de Maranguape se guia pelos princípios da Educação Patrimonial, Difusão Científica, Luta pela Memória e Emancipação Social. Ao analisar as ações desenvolvidas entre 2007 e 2020 é possível encontrar 11 atividades, entre projetos culturais, educacionais e museológicos. Percebe-se uma coerência entre os princípios norteadores do Ecomuseu e os projetos desenvolvidos:

Na trajetória de ações e projetos estruturantes desenvolvidos pelo Ecomuseu de Maranguape, cronologicamente destacam-se: Pesquisa e Exposição fotográfica sobre Paisagens Culturais de Maranguape (2007), Ponto de Cultura (2008), Rede de Tecnologias Sociais de Maranguape (Difusão Científica/2010), Festival do Minuto (Duas edições, 2011 e 2012), Rede Juntos pela Educação Integral (2013), Comunidade Educadora de Cachoeira (2015), IV Jornada de Formação em Museologia Comunitária (ABREMC/2016), Curadoria Educativa (2019), Sem Fronteiras pela Museologia e Educação Integral (Encontros formativos, presencias e online/2019), Cursos em ambiente virtual no formato PODCAST: Nº 01 - Conservação Preventiva para Ecomuseus e Museus Comunitários (2020), Projeto CONSIGO: Juventude e Patrimônio Cultural (2020) (ALMEIDA, 2021, p. 02).

Os projetos e as ações educacionais do Ecomuseu são, via de regra, interdisciplinares, envolvendo educação, cultura, museologia comunitária e cidadania; portanto, ao analisar as ações e os projetos do Ecomuseu, deveremos ter esse cuidado analítico. Além disso, depois de fazer um levantamento de forma superficial, podemos identificar quatro ações na área da cultura, cinco ações educacionais, quatro ações de museologia, que dialogam entre si e permeiam-se. Apesar da atuação em várias áreas, existe um elemento em comum, uma intersecção que une e permeia as ações do Ecomuseu, é a EMEIF José de Moura.

Observa-se que a EMEIF José de Moura foi uma instituição parceira e tornou-se um campo de experimentação, no sentido positivo, das ações educacionais e museológicas. Cabe salientar que a escola não foi sujeita passiva dos projetos e das ações do Ecomuseu, pelo contrário, a escola incorporou no seu Projeto Político Pedagógico (PPP) várias diretrizes oriundas das perspectivas pedagógicas do Ecomuseu, como o Projeto Arranjos Educativos Locais (AEL), a educação integral (não confundir com educação em tempo integral) e a interdisciplinaridade em sua prática pedagógica.

A implementação do AEL no Projeto Político Pedagógico (PPP) da EMEIF José de Moura ocorreu de modo orgânico, a partir da sinergia ocorrida entre as duas instituições nas práticas e nas vivências de Educação Patrimonial. A primeira citação do AEL no PPP da escola foi na dimensão pedagógica, em suas metas.

Em síntese, o objetivo é fortalecer a Educação Patrimonial para apoiar a identidade e diversidade cultural da comunidade escolar, por meio de encontros semanais chamado AEL, conduzidos por um professor com formação em educação integral e comunitária, preferencialmente do próprio distrito (EMEIF JOSÉ DE MOURA, 2023, p.41) Esse último ponto, no caso o professor do AEL ser do próprio distrito, é um dos mais complicados, sendo a razão de conflitos entre o Ecomuseu, a escola e a Secretaria de Educação.

Os objetivos propostos incluem a realização de aulas semanais diversificadas, adaptadas às demandas da comunidade escolar, promovendo um ambiente colaborativo e transdisciplinar para construir conhecimentos que apoiem o desenvolvimento integral da comunidade. Além disso, busca-se qualificar os aprendizados realizados em conjunto com a comunidade escolar, com foco em uma educação integral (EMEIF JOSÉ DE MOURA, 2023, p. 41).

Ao analisar os projetos desenvolvidos pelo Ecomuseu entre 2007 e 2020, foi observado que houve a participação direta de estudantes e professores da EMEIF José de Moura no planejamento e na execução das ações educacionais, culturais e museológicas do Ecomuseu. Essa relação entre o Ecomuseu de Maranguape e a EMEIF José de Moura permitiu que os projetos pensados pela Equipe de Coordenação do Ecomuseu se vinculassem a uma práxis interdisciplinar na produção de ações museológicas e de Educação Patrimonial.

3.3 Os objetivos e a missão do Ecomuseu de Maranguape

Para entender como ocorreu essa “simbiose” entre essas duas instituições, será preciso debruçar-se sobre os objetivos do Ecomuseu. Para tentar responder tal questão, é preciso também entender a missão do Ecomuseu da Cachoeira, tão bem apresentada por Almeida (2021, p. 2):

(...) a missão do Ecomuseu de Maranguape orienta-se no sentido de dinamizar ações socioeducativas para a formação cultural e cidadã numa perspectiva crítica, criativa e da emancipação social da comunidade local e de visitantes em geral, visando educandos e educadores de escolas públicas como sujeitos ativos e dialógicos nos processos de transformação social.

O Ecomuseu trabalha com uma forma de gestão horizontalizada nomeada de Museologia de Práxis Comunitária. Dessa forma, a gestão do Ecomuseu é compartilhada essencialmente entre moradores da comunidade e alguns funcionários da EMEIF José de Moura,

com a árdua missão de salvaguardar o importante patrimônio edificado composto pelo complexo do Casarão da Cachoeira.

Segundo Almeida (2021, p. 2), “A fundamentação teórica deste projeto procurou se valer do alinhamento entre as ideias de Paulo Freire e as premissas da museologia comunitária.”, isto é, a metodologia museológica desenvolvida pelo Ecomuseu de Maranguape, aplicada no Projeto CONSIGO, trabalha o empoderamento comunitário, a dialogicidade e o museu como processo, conceitos oriundos da teoria museológica de Hugues Varine em conjunto com as ideias de Paulo Freire sobre a práxis, composta dos conceitos de reflexão e ação, conscientização e educação como prática de liberdade.

Como um museu comunitário, não contando com o apoio técnico ou financeiro do poder público, nem com um amplo acervo material, o Ecomuseu de Maranguape desenvolve ações que se distinguem dos museus tradicionais que trabalham com o trinômio coleção-público-edifício, enquanto os ecomuseus trabalham com a noção de patrimônio-comunidade-território (PRIMO, 2008).

Nesse sentido, o Ecomuseu de Maranguape estrutura seus projetos e suas ações museológicas voltadas para a comunidade, os estudantes e os professores das escolas públicas. Portanto, se um visitante desejar conhecer o Ecomuseu de Maranguape em razão de um acervo convencional, por exemplo, de ferramentas agrícolas usadas pelos sertanejos, ou de instrumentos de punição e tortura de pessoas escravizadas, de roupas de época ou utensílios domésticos, não encontrará uma grande quantidade desses objetos, uma vez que os ecomuseus não contam com grandes acervos materiais; a coleção dos ecomuseus, conforme Coelho (2023), está relacionada ao modo de vida, aos hábitos culturais e, embora não seja seu foco ou objetivo principal, a constituição de um acervo material:

A coleção do ecomuseu é composta por tudo o que existir no território e tudo o que pertencer aos habitantes, tanto material quanto imaterial, móvel ou imóvel. É um patrimônio vivo, em constante mudança e em criação constante, que pertence aos indivíduos, famílias, pequenas comunidades. As equipes de ação cultural e de pesquisa podem se utilizar dessa coleção na medida de suas necessidades. A aquisição desse patrimônio não deve acontecer a não ser em casos de abandono ou perigo de alienação, o que é prejudicial para a comunidade. Essa é só uma solução eventual e a coleção própria do museu, no sentido institucional, não pode ser um fim em si mesma. (COELHO, 2003, p. 158).

Antes entender como é construída a perspectiva de patrimônio nos ecomuseus, cuja gestão é compartilhada com a comunidade local, é necessário compreender o que é considerado patrimônio na perspectiva dos ecomuseus e museus comunitários. Sem se ater em sua

conceituação, já discutida anteriormente nesse trabalho, a noção de patrimônio para os Ecomuseus está relacionada com hábitos culturais, modos de vida, memória coletiva ou história comunitária, sem distinção em grau de importância do que sejam materiais ou imateriais.

Para ilustrar essa perspectiva e entender como se organizam as ações culturais e museológicas do Ecomuseu de Maranguape, iniciaremos com a percepção do que é entendido como patrimônio do primeiro Ecomuseu a ser estruturado com essa terminologia, o Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines, em Borgonha, na França. Para isso, iremos entender como seu idealizador, Marcel Évrard, museólogo e etnógrafo francês, estruturou o seu acervo patrimonial:

A constituição do patrimônio comunitário, segundo a abordagem adotada por Évrard, era fundada na investigação daquilo que tinha valor e significado, não para os especialistas ou para os conservadores envolvidos no projeto de museu, mas para a própria população local. O patrimônio, assim, começava com uma pergunta e não com um acervo ou coleção pré-constituída por valores. Outros, de outro tempo, ou de outras pessoas. (...) Depois, quando o ecomuseu passasse a funcionar com o apoio e a colaboração de membros da comunidade, este patrimônio comunitário seria utilizado como suporte e material de ação do ecomuseu, um patrimônio apropriado no sentido de interrogar o grupo e ajudá-lo a encontrar as suas próprias respostas sobre o passado, a história e o valor mesmo de seu patrimônio (BRULON, 2015, p. 10).

Além da noção de patrimônio, outros conceitos são reelaborados pelo Ecomuseu, por exemplo, o conceito de acervo ou coleção, que, no museu tradicional, está baseado em objetos usados pelas elites ou vinculados à ideia massificadora e hegemônica de memória do Estado-Nação, desconsiderando, assim, a diversidade cultural, regional, etnológica, bem como seus aspectos ecológicos. Em contrapartida, esses são os pontos essenciais para os ecomuseus, pois, ao alisarmos o sertanejo do semiárido, o gaúcho dos Pampas, os diversos povos do mar ou o caboclo do Amazônia, percebe-se que há uma estreita relação entre o meio ambiente e as condições materiais dos povos:

Assim, um dos princípios fundamentais do ecomuseu é a sua relação com o meio ambiente natural e cultural que o rodeia, devendo refletir o desenvolvimento cultural e econômico de uma região, o que lhe dá o caráter regional. A região não é definida por seus limites administrativos ou jurídicos, mas em função de uma área que tenha uma certa homogeneidade de tradições culturais e de vida econômica. Não se limita a um edifício, podendo ser formado por um conjunto de unidades que visam a mesma finalidade. (COELHO, 2002, p. 158).

Portanto, o patrimônio constituído do Ecomuseu de Maranguape é não só o conjunto arquitetônico, formado pelo casarão, pela capela e pelo açude, mas também a integração paisagística do conjunto arquitetônico com a paisagem natural, formada pelo bioma caatinga e pela serra da Jubaia, integrante da Serra da Aratanha, e as manifestações culturais, como a Festa

do Feijão Verde, a organização social por meio do Centro Comunitário da Cachoeira e da Comitê Agrícola, ou, até mesmo, o tipo de telha e tijolos artesanais que formam a estrutura do casarão, além das antigas ferramentas dos agricultores locais.

3.4 As primeiras experiências museológicas do Ecomuseu de Maranguape

Entre os muitos desafios para estruturar um museu comunitário no Brasil está a conservação e manutenção do seu acervo e de seu patrimônio. Historicamente, os museus brasileiros foram criados, estimulados e financiados pelo Estado. Embora a pauta de financiamento do Ecomuseu não seja o objeto dessa pesquisa, faz-se necessário conhecer a história da institucionalização desses museus e sua luta política pela construção das formas de financiamento desse importante setor, gerador de emprego e renda, capaz de alavancar o turismo e o desenvolvimento regional e local.

Segundo o IBRAM (2010), a primeira instituição museal oficial no Brasil foi o Museu Real, criado em 1818, no contexto da vinda da família real portuguesa para o Brasil. Depois, houve a criação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, alguns anos após a Proclamação da Independência; contudo, na segunda metade do século XIX, com o Estado brasileiro se inserindo na lógica de vinculação dos museus com a construção e a afirmação de um projeto de Estado-Nação, foram criadas outras instituições museais, que mantinham alguma relação com instituições do Estado ou a ele relacionadas, como se pode observar com a criação do Museu do Exército, constituído em 1864, do Museu da Sociedade Filomática, de 1866, do Museu da Marinha, criado em 1868, do Museu Paranaense, de 1876, e do Museu Paulista, criado em 1895.

Segundo dados do IBRAM (2010), no início do século XX, existiam apenas 12 museus no Brasil. Contudo, a partir da década de 1930, houve um crescimento na criação de mais museus, fato que coincide com a criação do Curso de Museus (1932) e na criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934). Essas criações foram as primeiras experiências de políticas públicas museais cuja importância pode ser percebida na seguinte observação em relação a essas duas instituições: “O primeiro foi responsável pela institucionalização da museologia e dos estudos de museus no Brasil, enquanto o segundo acabou se tornando um dos embriões do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1936.” (IBRAM, 2010, p. 20).

Um segundo momento histórico de crescimento e institucionalização dos museus foram os anos 1970. A década de 1970 foi marcada pela ascensão dos regimes autoritários no Brasil e na América Latina. Entretanto, esse período também foi marco pela intensa atividade de resistência política e pelo estímulo a experiências democráticas e populares no campo da museologia.

Ainda segundo o IBRAM (2010), os Dados do Cadastro Nacional de Museus sobre a criação de instituições museológicas no Brasil, apontam que, de 1961 a 1980, foram criados 457 museus. Nos anos 1981-1990, a abertura de novos museus no Brasil seguiu um ritmo de crescimento mais intenso, registrando a abertura de 426 museus, tendência que se repetiu entre os anos 1991-2000, chegando ao ritmo de 669 inaugurações de novos museus e, nos anos 2001-2010, há uma consolidação desse crescimento, com 639 novos museus registrados.

Mesmo que o crescimento dos museus no Brasil tivesse ocorrido de forma mais intensa entre os anos 1990 e 2000, o financiamento ainda foi um grande desafio para a sustentabilidade dessas instituições. Vários fatores provocaram o aumento do custo desses espaços, haja vista que, nos últimos anos, os museus adquiriram outras funções que, até então, não eram vinculadas ao seu uso mais tradicional:

A proposta de atuação dos museus cresce e se torna cada vez mais ambiciosa: tornar-se digital; oferecer serviços de excelência; pesquisar; ser acessível; gerenciar os riscos ao patrimônio; expandir seu acervo ou preencher as lacunas a fim de construir uma coleção diversificada e significativa; melhorar a qualidade de vida local; capacitar pessoal; ter uma gestão transparente e profissional; participar da educação formal, ser espaço de participação comunitária, construir relações; comunicar suas funções; planejar e ser perene. Mais que recursos para sobrevivência, os museus desejam ser bem-sucedidos na execução desta proposta ampliada e desafiadora, o que exige estabilidade, previsibilidade e autonomia financeira (LEITE, 2023, p. 15).

Diante desse cenário desafiador para as instituições museais, qual o papel e as perspectivas para os ecomuseus? Há diferenças conceituais sobre a gestão do patrimônio entre os museus convencionais e os museus comunitários. Enquanto que, no museu tradicional, tem-se o trinômio coleção-público-edifício, os museus comunitários, ou também chamados de ecomuseus, trabalham com a noção de patrimônio-comunidade-território (PRIMO, 2008). Além desses aspectos conceituais, os museus comunitários se enquadram na categoria de museus privados, cujo aparecimento é fenômeno relativamente recente no Brasil, dada a tradição no Brasil de museus vinculados ao Estado.

Ainda que a importância dos ecomuseus esteja relacionada à salvaguarda da memória e dos modos de vida de uma determinada comunidade ou a conservação de uma dada paisagem, mas, sem uma perspectiva de sustentabilidade financeira, todo esse trabalho poderá ser ameaçado, porque a manutenção dos ecomuseus exige recursos para a conservação do patrimônio cultural, manutenção predial, pagamento de funcionários, custos permanentes (água, luz, telefone, internet, etc.) e outras despesas.

Portanto, de forma geral, museus e ecomuseus estão inseridos em um contexto mais amplo, o das políticas culturais. Historicamente, as políticas públicas voltadas para a cultura no Brasil são relativamente recentes. A criação das primeiras instituições de fomento a cultura a nível federal ocorreu durante o período Vargas (1930-1945). As primeiras instituições a serem criadas com o objetivo de incentivar a cultura foram o Serviço Nacional do Patrimônio Cultural (SPHAN), o Instituto de Cinema Educativo (Ince) e o Instituto Nacional do Livro (INL) (LEITE, 2023).

Após o golpe militar de 1964, o Estado brasileiro passou a financiar com mais intensidade as atividades culturais, desenvolvendo planos culturais que abrangiam o financiamento e a promoção de atividades artísticas e culturais, como o Plano de Ação Cultural e o Plano Nacional de Cultura, além da criação de fundações, autarquias e outras instituições do setor, como o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Obviamente, isso ocorreu porque o Estado desejava exercer um maior controle sobre a produção cultural.

Portanto, não podemos esquecer que o Brasil estava num regime de exceção e que a Ditadura Militar tinha diversos interesses em controlar e cercear determinadas expressões culturais, ao mesmo tempo em que o governo militar tentava vender uma imagem de modernização do Estado, como se pode ver no trecho a seguir:

Assim, é possível identificar três frentes de atuação governamental no âmbito da cultura no período da ditadura: uma, de censura a determinado tipo de produção cultural considerada de oposição ao governo ou nociva à cultura nacional; outra, de investimento em infraestrutura em telecomunicações – ações que se coadunam com o projeto de modernização do país e com as políticas de integração e segurança nacional, mas que também favoreceram a consolidação da indústria cultural no país; e a terceira, de criação de órgãos governamentais destinados a planejar e implementar a política cultural oficial (FERNANDES, 2023, p. 174).

Com o processo de democratização do Estado brasileiro, ocorrido durante o governo José Sarney, foi instituída a primeira lei de incentivo à cultura, conhecida por Lei Sarney (Lei

7505/86), sendo considerada hoje uma precursora da Lei Rouanet. A Lei Sarney trazia algumas novidades no financiamento da cultura, como o abatimento do Imposto de Renda nas doações patrocínios e nos investimentos em cultura, considerado um avanço para época e uma forma de incentivo ao financiamento da cultura em parceria com a iniciativa privada, por meio de um modelo de renúncia fiscal.

Um dos grandes marcos legais desse período foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, cujo Artigo 215 (BRASIL, 1988), entre outras coisas, trazia definições do que são manifestações culturais. Além de definir o papel do Estado de apoiador e incentivador da cultura, apresentava o que é patrimônio cultural e as formas de proteção dos patrimônios e das manifestações culturais, embora sua regulação e o detalhamento se deem apenas em 2012, com a criação do sistema Nacional de Cultura e, respectivamente, do Plano Nacional de Cultura.

O início dos anos 1990 foi marcado pela posse do presidente eleito Fernando Collor de Melo. Seu projeto de governo trazia uma plataforma econômica neoliberal, o que significou uma redução da atuação do Estado na economia, atingindo fortemente o setor cultural, a partir do desmonte das políticas públicas e das formas de financiamento, com a revogação da Lei Sarney, além da extinção da Fundação Pró-Memória e do SPHAN, transformada no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Contudo, em 1991, foi promulgada a Lei Rouanet (Lei 8.313) e instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC (LEITE, 2023), retomando um pouco as políticas públicas culturais.

No entanto, durante os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ocorreu outra redução nos investimentos públicos na área cultural, transferindo-se parte do financiamento cultural para a iniciativa privada. Nesse período, ainda sob a ótica econômica neoliberal, surgiram novos modelos de financiamento cultural, destacando-se algumas formas de parceria público-privado, com o fortalecimento e o protagonismo das organizações Terceiro Setor, ou Organizações Não Governamentais. Também se firmaram, nesse período, as parcerias do o poder público com as Organizações Sociais (OS) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (LEITE, 2023).

Durante o primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), o financiamento estatal das políticas culturais foi retomado e intensificado. Na gestão do Ministro da Cultura Gilberto Gil (2003-2008), houve uma ampliação do conceito de cultura, deixando de ser voltada essencialmente para a cultura erudita, acadêmica ou pertencente ao patrimônio edificado, vinculado a visão e cultura elitistas, predominante das classes dominantes brasileiras. Nesse

período, houve uma valorização de elementos e manifestações da cultura popular, destacando-se o fortalecimento da cultura afro-brasileira, indígena e, por extensão, da arte e das culturas periféricas. Nesse sentido, a promulgação da Lei 10.639/03, que trata da inclusão da História e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar, foi um fator importante para democratização da cultura, com a inclusão dos elementos que compunham a cultura popular na produção e no financiamento cultural, matéria-prima dos museus comunitários e ecomuseus.

É necessária, assim, uma análise, mesmo que superficial, sobre o impacto da Lei 10.639/03 na educação, por conseguinte, na cultura e, de forma mais específica, na museologia. A promulgação da Lei 10.639/03, que trata da inclusão e obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, foi mais do que uma política de reparação do direito à memória e à história da população negra no Brasil, pois, em termos gerais, representou a inclusão no currículo da temática afro-brasileira e africana, permitindo o reconhecimento histórico da contribuição dessa população na luta contra a escravidão, o etnocídio, o racismo e a aculturação imposta pela sociedade brasileira mesmo após o fim da escravidão no Brasil.

Dessa forma, pode-se apontar que, além da inclusão no currículo escolar da temática supracitada e do reconhecimento histórico dessa população, houve a valorização iminente da cultura popular que está diretamente relacionada a esse segmento populacional, o combate ao racismo, a promoção da igualdade, a capacitação dos professores do ensino fundamental e médio, e a produção de materiais específicos para a temática, bem como o empoderamento das comunidades afro-brasileiras e a ampliação do acesso à cultura a essas comunidades.

Embora a Lei 10639/03 não trate especificamente da criação de museus, indiretamente influenciou tanto na abertura dos museus tradicionais para a temática da cultura afro-brasileira, quanto na criação dos museus comunitários e ecomuseus. Ao valorizar a cultura afro-brasileira nas escolas, intensificaram-se ações para preservar e valorizar esse patrimônio. Nesse sentido, os museus tradicionais tiveram que repensar suas abordagens para atender a essa temática, porque parte significativa dos museus tem as visitas guiadas de escolas e universidades como uma de suas principais atividades.

Por outro lado, comunidades e organizações sociais vinculadas à luta pela história e memória dos afrodescendentes foram estimuladas a criar os próprios espaços de memória, seja em comunidades quilombolas, seja nas periferias de grandes cidades. Atualmente, podemos encontrar ecomuseus e museus comunitários em várias dessas comunidades. Esse empoderamento cultural, além da criação de espaços de memória, gerou parcerias com

universidades, que, por meio de projetos de extensão, desenvolveram pesquisas e ajudaram a fortalecer ações culturais comunitárias.

Hoje, em função da reorganização dos movimentos sociais, da consolidação do Ecomuseu de Maranguape como um importante agente protagonista da cultura e em razão dos editais de financiamento da cultura tanto do governo federal quanto do estadual, a criação de novos museus comunitários, como o Ecomuseu Natural do Mangue, na comunidade da Sabiaguaba, em Fortaleza, ou do recém-inaugurado Museu Comunitário Território da Sapupara, no distrito do mesmo nome, em Maranguape, tornou-se possível. No Museu Comunitário Território da Sapupara, as ações culturais e a pesquisa sobre memória e identidade já ocorrem há algum tempo de forma voluntária, porém, com a institucionalização do Museu, a comunidade poderá desenvolver ações culturais, educacionais e pesquisas sobre sua comunidade e realidade com possibilidade de financiamento pelos meios legais disponíveis.

O Ecomuseu de Maranguape, em seus 18 anos de fundação e atividades, vem atuando em consonância com seus princípios basilares que são a Educação Patrimonial, Difusão Científica, Territórios Educativos, Luta Política pela Memória e Emancipação Social. No decorrer dessa pesquisa, serão analisadas as principais ações e os projetos educacionais e culturais dessa instituição desde a sua fundação, em 2006, até o seu principal projeto, o Projeto CONSIGO: Juventude e Patrimônio Cultural, que se tornou grandioso em razão da abrangência e dos resultados. Também será analisada a parceria entre o Ecomuseu e a Escola Municipal José de Moura, escola-piloto dos principais projetos e de onde o Ecomuseu capacita os jovens estudantes para atuar nos programas e projetos desenvolvidos.

De acordo com a cronologia de ações desenvolvidas pelo Ecomuseu de Maranguape, que servirá como base temporal para a análise das ações ao longo de sua existência, temos, por ordem de implementação, as seguintes ações/programas: Pesquisa e Exposição fotográfica sobre Paisagens Culturais de Maranguape (2007), Ponto de Cultura (2008), Rede de Tecnologias Sociais de Maranguape (Difusão Científica/2010), Festival do Minuto (Duas edições, 2011 e 2012), Rede Juntos pela Educação Integral (2013), Comunidade Educadora de Cachoeira (2015), IV Jornada de Formação em Museologia Comunitária (ABREMC/2016), Curadoria Educativa (2019), Sem Fronteiras pela Museologia e Educação Integral (Encontros formativos, presencias e online/2019), Cursos em ambiente virtual no formato *podcast*: PODCAST: N° 01 – Conservação Preventiva para Ecomuseus e Museus Comunitários (2020), Projeto CONSIGO: Juventude e Patrimônio Cultural (2020). (ALMEIDA, 2020c).

O primeiro projeto/ação organizado coletivamente foi a Pesquisa e Exposição Fotográfica sobre Paisagens Culturais de Maranguape, em 2007, sem financiamento externo. Tratou-se de uma ação emblemática por ter sido a primeira realizada pelo Ecomuseu, trazendo uma temática pouco explorada na época: o conceito de paisagens culturais. Segundo o IPHAN (2009), “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

Ainda houve o registro das paisagens culturais de Maranguape, cidade marcada pela transição entre a serra, o vale e a caatinga, e, devido a essa particularidade geográfica, pelos estilos de vida típicos do semiárido, como o sertanejo e sua relação com a caatinga, o vaqueiro e sua lida diária com o gado no sertão, o morador das serras e seu modo de vida próprio desse ecossistema, incluindo, nesse espectro, a própria paisagem cultural do Casarão da Cachoeira, o açude, a capela, a casa de farinha, a vista da serra da Jubaia, além das manifestações culturais, como a festa do Feijão Verde, a farinhada e as novenas.

Contudo, a ação que inseriu, de forma mais consolidada, o Ecomuseu na temática de Educação Patrimonial foi a seleção para conversão em Ponto de Cultura do Ministério da Cultura. Segundo informações contidas no *site* do Ibercultura Viva, o Ponto de Cultura foi inicialmente um programa criado em 2004, durante o primeiro governo Lula, na gestão de Gilberto Gil, no Ministério da Cultura. Como parte do Programa Cultura Viva, tinha como objetivo “[...] promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a (*sic*) construção de novos valores de cooperação e solidariedade.” (Portaria MINC Nº 156, de 6 de julho 2004).

Durante o período em que o Ecomuseu foi um Ponto de Cultura, foi desenvolvido o Programa de Formação de Agentes Jovens do Patrimônio Cultural, que, segundo Nádia Almeida, museóloga do Ecomuseu, foi efetivamente o primeiro programa de educação patrimonial desenvolvido pela instituição. Nesse período foram capacitados 50 jovens, entre 15 e 19 anos, da comunidade local para atuar profissionalmente nos projetos do Ecomuseu e em outras instituições. A partir desse projeto, inicia-se a parceria entre o Ecomuseu de Maranguape e a Escola Municipal José de Moura, transformando essa ação em piloto de vários programas e projetos da instituição (ALMEIDA, 2020).

Como resultado do Programa de Formação de Agentes Jovens do Patrimônio Cultural, as crianças e os adolescentes, estudantes da Escola Municipal José de Moura, matriculados no

6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, desenvolvem atividades culturais e participam de projetos educacionais e das visitas monitoradas. Esse ciclo dura três anos, período em que novamente são selecionados outros estudantes para participarem do programa, sempre obedecendo esse ciclo temporal desde 2011.

Dessa forma, o programa tanto mantém uma continuidade, algo extremamente desafiador para instituições museais e culturais de um modo geral, quanto possibilita oportunidades para os jovens se capacitarem, ampliarem suas experiências acadêmicas e, certamente, desenvolverem determinadas habilidades. Além disso, permite, a partir do contato com os campos de saberes ligados a História, Geografia, Museologia, a ampliação de possibilidades de aprendizagem, ofertando oportunidades de crescimento pessoal para uma comunidade pobre, sem oportunidades, encravada no interior do município, dentro do semiárido.

Essa parceria entre o Ecomuseu de Maranguape e a EMEIF José de Moura surge de forma quase espontânea e natural, pois a escola fica distante uns 500 metros da sede do Ecomuseu, seus estudantes moram na comunidade da Cachoeira, alguns professores e funcionários da escola fizeram parte da fundação do Ecomuseu e hoje parte do corpo da coordenação do Ecomuseus são ex-estudantes ou antigos funcionários da escola municipal. Essa relação se retroalimenta e se complementa, ampliando o alcance das ações do Ecomuseu e permitindo a construção de pontes de diálogo com outras instituições escolares e com a própria Secretaria de Educação do município.

Se, por um lado, o Ecomuseu desenvolve projetos e ações educacionais e museológicos, cuja finalidade é desenvolver a Educação Patrimonial, Difusão Científica, Territórios Educativos, Luta Política pela Memória e Emancipação Social, por outro a Escola José de Moura, que materializa esses objetivos, referencia os programas do Ecomuseu e serve como parâmetro e, de certa forma, como laboratório dessas experiências, ao tempo em que capacita seus estudantes, desenvolve habilidades cognitivas e permite a possibilidade de construção de um ensino inovador, crítico e participativo.

No ano de 2010, o Ecomuseu de Maranguape foi selecionado para o Edital “Oi Novos Brasis”, mantido pelo Oi Futuro, instituto de responsabilidade social da Oi, empresa de telefonia

e internet, que atuava fortemente no Nordeste. Segundo informações contidas no *site* da Oi Futuro, o Edital do Oi Novos Brasis⁷ (2014) tinha estas duas linhas de atuação:

[...] desenvolvimento comunitário e ambiente e biodiversidade. No desenvolvimento comunitário, o apoio se destina a iniciativas que valorizem a inclusão social, a acessibilidade e a diversidade, por meio da formação cidadã, qualificação profissional ou atitudes empreendedoras. Em ambiente e biodiversidade, o Oi Futuro vai selecionar *ações* em meio urbano ou rural, considerando a importância do uso e preservação da água, da energia, e da gestão de resíduos (Oi Futuro, 2014).

O projeto do Ecomuseu selecionado pelo Edital Oi Novos Brasis, em 2010, foi o Rede de Tecnologias Sociais de Maranguape⁸. Segundo a museóloga Nádia Almeida, esse projeto foi o primeiro a permitir ao Ecomuseu desenvolver um projeto de difusão científica a partir de uma tecnologia social. Segundo o ITS (2004), entende-se por tecnologia social um “Conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida.”.

O projeto Rede de Tecnologias Sociais de Maranguape ampliou a atuação do Ecomuseu de Maranguape, permitiu a troca de experiências com outras unidades escolares e durante os dois anos de aplicação do projeto, atuou em 07 escolas públicas municipais de Ensino Fundamental, atingindo diretamente 750 estudantes e 140 professores (ALMEIDA, 2020). Como resultado desse projeto, o Ecomuseu obteve o seguinte resultado:

Dentre as principais atividades de identificação, catalogação e fruição de tecnologias sociais com educandos e educadores das Escolas, o Ecomuseu de Maranguape realizou duas edições da Feira de Ciências no Ecomuseu de Maranguape. Concomitante, realizou-se por dois anos consecutivos o “Festival de Cinema do Minuto”, vídeos produzidos pelos educandos com 60 segundos de duração sobre as tecnologias sociais pesquisadas. (ALMEIDA, 2020, p. 03).

Pode-se observar, a partir dessa ação, que os dirigentes do Ecomuseu começam a perceber a necessidade em ampliar o alcance de suas ações pedagógicas e museológicas, desenvolvendo projetos que busquem impactar o maior número de estudantes e escolas, tanto no sentido de necessidade de implementar mudanças curriculares quanto no alcance dos

⁷ Edital presente no *site* Oi Futuro. Disponível em: <https://oifuturo.org.br/historias/oi-futuro-celebra-10-anos-do-programa-oi-novos-brasis-com-o-lancamento-do-edital-de-selecao-2014-para-projetos-socioambientais/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

⁸ Resultado do Edital Oi Novos Brasis, de 2014. Disponível em: <https://oifuturo.org.br/wp-content/uploads/2018/11/OI-NOVOS-BRASIL-%E2%80%93-SELECIONADOS-2010.pdf>. Acesso em: 02 out. 2024.

projetos e na elaboração de um “produto” educacional, social ou cultural, sempre focados na pesquisa e difusão científica, quanto na perspectiva de qualificação para a geração de emprego e renda.

A Rede de Tecnologias Sociais de Maranguape é o primeiro projeto em que o Ecomuseu desenvolve uma tecnologia social, cuja abrangência alcança instituições e territórios fora do espaço geográfico do Ecomuseu, ou seja, as ações desenvolvidas pela rede atingiram tanto o público do distrito da Cachoeira, especificamente da EMEIF José de Moura, quanto outras escolas, inicialmente dos distritos, posteriormente, de outras escolas da rede municipal, devido à articulação com a Secretaria de Educação e à mobilização dela.

De fato, o ponto de inflexão nos projetos do Ecomuseu de Maranguape vai ocorrer com o projeto Rede Juntos pela Educação Integral, desenvolvido pelo Ecomuseu de Maranguape em parceria com a Escola Municipal José de Moura, entre 2011 e 2013. Esse projeto foi financiado pelo Fundo Juntos Pela Educação, e, como o nome sugere, é um fundo de investimentos em projetos educacionais inovadores, mantido pelo Instituto Arcor Brasil, pelo Instituto C&A e pela VITAE Apoio à Cultura.

Nesse programa, foram desenvolvidas ações que promoviam a jornada ampliada das escolas parceiras financiadas, além de financiamento a projetos educacionais e culturais de articulação em rede. Dessa forma, em razão dessa experiência educacional, o Ecomuseu implementou, em parceria com a Escola Municipal José de Moura, um programa de educação integral:

(...) o Ecomuseu de Maranguape em parceria com a Escola pública local desenvolveu um programa em educação integral com base na educação patrimonial, que culminou em 2015 com a formulação de uma tecnologia social (certificada pela Fundação Banco do Brasil) para criação de comunidades educadores. (...) Este projeto, durante seus 03 anos de desenvolvimento, conseguiu alinhar tempos e espaços de aprendizagem da Escola e assim fomentar profundas mudanças nas dinâmicas pedagógicas da Escola, ainda hoje registradas em seu PPP (Projeto Político e Pedagógico) (ALMEIDA, 2020, p. 03).

Como fruto dessa experiência educacional, foi desenvolvida uma Comunidade Educadora, que consistia na elaboração de uma Tecnologia Social (TS) baseada na Educação Patrimonial e na experiência da museologia comunitária chamada de Cidade Educadora, que consistia em:

A TS de cocriação de Cidades e/ou comunidades educadoras, pode ser descrita como um tipo de arranjo educativo local, de grande potencial transformador e com múltiplas estratégias de polinização de processos colaborativos de aprendizagem, para uma cultura comunitária autônoma e solidaria, capaz de mobilizar o capital social na busca e na implementação de soluções simples e efetivas, frente aos desafios socioambientais no nível local. (FUNDAÇÃO BB, 2024)⁹.

Os processos educacionais desenvolvidos pelo Ecomuseu de Maranguape em relação ao Projeto Cidade Educadora envolveram, além da ampliação da jornada escolar da escola parceira, métodos educacionais inovadores, articulação em rede. Destacam-se também as práticas museológicas e a Educação Patrimonial. São esses dois pontos que dialogam com as temáticas da Memória, do ensino de História e da produção de História Local.

Um dos pontos principais do projeto Rede Juntos pela Educação Integral foi a possibilidade de o Ecomuseu trabalhar com a noção de educação patrimonial presente no Programa Mais Educação. Segundo análise da museóloga Nádia Almeida, a importância do programa residiu no fato do amplo alcance do programa e no incentivo ao campo da museologia escolar:

No Brasil, a promoção de uma educação patrimonial popular e popularizada, enquanto uma política pública de valorização dos saberes e fazeres locais, teve início com programa do Ministério da Educação (MEC) para uma educação em tempo integral nas escolas públicas brasileiras, o Programa MAIS EDUCAÇÃO. Tal contributo para o campo da museologia ainda é pouco explorado e reconhecido, se pensarmos que esta pode ter sido uma das maiores iniciativas já vistas para o campo de uma museologia para as crianças e jovens da classe trabalhadora, grosso modo, alicerçadas nas comunidades locais (ALMEIDA, 2020, p.04).

Ao analisar as ações, os programas e os projetos do Ecomuseu de Maranguape desde sua fundação, em 2006, pode-se perceber uma coerência programática em relação aos objetivos do Ecomuseu. As ações analisadas até o presente momento estão relacionadas a atividades culturais, educação patrimonial, práticas museológicas, educação integral e desenvolvimento local.

Um aspecto a ser destacado em relação a equipe pedagógica do Ecomuseu é o seu *timing* em relação às temáticas e às metodologias trabalhadas tanto nas ações específicas do Ecomuseu, quanto nos projetos direcionados para EMEIF José de Moura. O estímulo ao protagonismo estudantil, o foco no desenvolvimento local, a divulgação científica, a educação

⁹ Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/ecomuseus-e-escolas-cocriando-comunidades-educadoras-sustentaveis>. Acesso em: 05 ago. 2024.

patrimonial como metodologia, além das temáticas ligadas à questão da identidade cultural, memória e história, são temas trabalhados pelo Ecomuseu em seus projetos. Mesmo com o avanço em termos de legislação, poucas escolas atualmente se utilizam desses campos do conhecimento para trabalhar ou desenvolver projetos que envolvam essas temáticas.

Um exemplo representativo dessa sensibilização pedagógica é o trabalho em Educação Patrimonial desenvolvido pelo Ecomuseu. A Educação Patrimonial foi uma conquista do campo cultural e museológico, inserido na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 215, que, entre outras ações, previu a criação do Plano Nacional de Cultura (PNC), com a sanção da Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010)

Ao tratar da Educação Patrimonial, a PNC, no Capítulo II, determina-se que os agentes públicos devem “Promover ações de educação para o patrimônio, voltadas para a compreensão e o significado do patrimônio e da memória coletiva, em suas diversas manifestações como fundamento da cidadania, da identidade e da diversidade cultural” (BRASIL, 2010). Entretanto, como ocorre em outros campos de conhecimento, a promoção da Educação Patrimonial não está relacionada somente a uma disciplina específica, mas também a um trabalho transversal, semelhante ao que orienta os Parâmetros Curriculares Nacionais, pois o Patrimônio Cultural contém conceitos e elementos teóricos oriundos da História, Geografia, Sociologia, Artes. Essa abordagem é defendida também pelo IPHAN (2004), que orienta este modelo:

É preciso considerar o Patrimônio Cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Embora tenha ficado patente que o processo educacional é mais amplo que a escolarização – inserindo-se em contextos culturais nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo, não se pode prescindir do envolvimento de estabelecimentos de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e de convênios.

Além do projeto Rede Juntos pela Educação Integral, o Ecomuseu de Maranguape também desenvolveu outro projeto de Educação Patrimonial, dessa vez vinculado a um programa federal de promoção e experiências em jornada ampliada do tempo escolar para o ensino fundamental, intermediado pelo Programa Mais Educação. O programa pode ser definido como:

(...) estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. (BRASIL, s.d)

A Participação do Ecomuseu de Maranguape no Programa Mais Educação, em parceria com a Escola Municipal José de Moura, efetivamente lançou bases para um importante projeto desenvolvido pelo Ecomuseu chamado Projeto CONSIGO, que foi premiado e deu destaque ao Ecomuseu e às suas metodologias de trabalho.

Além disso, segundo a museóloga Nádia Almeida, o Programa Mais Educação representou um avanço na área de implementação da Educação em Tempo Integral, presente no Plano Nacional de Educação (PNE), pois permitiu o cumprimento da Meta 6, do PNE, isto é, garantiu a oferta de matrículas de tempo integral na perspectiva da Educação Integral, com no mínimo 7 horas diárias ou 35 horas semanais. Ainda segundo Nádia Almeida (2020), a importância do Programa Mais Educação para a educação patrimonial e para a museologia é inequívoca, pois:

No Brasil, a promoção de uma educação patrimonial popular e popularizada, enquanto uma política pública de valorização dos saberes e fazeres locais, teve início com programa do Ministério da Educação (MEC) para uma educação em tempo integral nas escolas públicas brasileiras, o Programa MAIS EDUCAÇÃO. Tal contributo para o campo da museologia ainda é pouco explorado e reconhecido, se pensarmos que esta pode ter sido uma das maiores iniciativas já vistas para o campo de uma museologia para as crianças e jovens da classe trabalhadora, grosso modo, alicerçadas nas comunidades locais. (ALMEIDA, 2020, p. 02).

De forma mais objetiva, o Programa Mais Educação possuía, em suas possibilidades de atividades pedagógicas, a inclusão de atividades de Educação Patrimonial e de museologia nos currículos escolares e as parcerias com os museus comunitários, como no caso do Ecomuseu de Maranguape. Em relação ao Ecomuseu, a realização de projetos interdisciplinares envolvendo História Local, Educação Patrimonial e museologia representou o foco de suas ações.

Entre as atividades que poderiam ser desenvolvidas, especificamente temos a formação continuada dos professores com foco em Educação Patrimonial e museologia. Também, poderíamos possibilitar o desenvolvimento de material didático específico sobre Educação Patrimonial e museologia comunitária, a promoção de eventos culturais que

promovam cultura e saberes locais, os projetos que envolvam a comunidade local, já articulada com a proposta de criação de eventos culturais que envolvam tanto os estudantes, quanto os membros da comunidade. Pode-se perceber, portanto, ao acompanhar as ações do Ecomuseu, que parte das atividades que ele desenvolve estão dentro dessas perspectivas.

Como resultado do trabalho desenvolvido pelo Ecomuseu, no Projeto Rede Juntos pela Educação Integral, a instituição foi convidada a participar da coordenação de elaboração do Plano Municipal de Educação de Maranguape (PME), tendo como Coordenadora do PME a senhora Maria das Graças Farias Timbó, professora do município de Maranguape e uma das coordenadoras do Ecomuseu de Maranguape. Conforme Nádia Almeida (2020, p. 03), “[...] foi possível garantir neste documento que condensa as diretrizes decenais para educação municipal, a formulação e a execução de um programa de educação patrimonial para todas as escolas da rede pública”.

A primeira atuação do Ecomuseu no Plano Municipal de Educação foi levar para dentro do debate e do próprio PME a perspectiva conceitual de Cidade Educadora. O termo está relacionado à criação da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), no ano de 1994. Segundo *site* da própria entidade, seus princípios são baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em demais pactos e convenções ligados aos princípios dos Direitos Humanos.

O conceito de Cidades Educadoras está presente na Carta das Cidades Educadoras (1994), que, resumidamente, entende as cidades como sendo territórios educativos permanentes; assim, ruas, praças, parques e museus tornam-se importantes elementos para a formação integral dos seus habitantes, segundo definição presente na própria Carta:

A cidade deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo. Uma educação que deverá combater toda a forma de discriminação. Deverá favorecer a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo em condições de igualdade. Deverá acolher tanto as iniciativas inovadoras como as da cultura popular, independentemente da sua origem. (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 1994, p. 02).

Percebe-se, então, que o Ecomuseu trouxe o debate sobre Cidades Educadoras para dentro do Plano Municipal de Educação. Esse debate ocorreu em razão da vivência do Ecomuseu na Rede Juntos Pela Educação integral, cujo principal trabalho desenvolvido foi a Comunidade Educadora de Cachoeira, tecnologia social implementada no ano de 2015.

Membro da Fundação do Trabalho Educacional com Recursos Renováveis e Arte (Fundação Terra) e um dos primeiros parceiros do Ecomuseu de Maranguape, Márcio

Domingues Carvalho de Moura, idealizador e parceiro do Ecomuseu de Maranguape, foi o primeiro a descrever a Comunidade Educadora de Cachoeira como uma tecnologia social cuja:

(...) metodologia consiste em coletivamente e colaborativamente com as comunidades do local, identificar, mapear, qualificar e mobilizar os tempos, espaços e ativos de aprendizagem em um determinado território, onde uma determinada Escola está localizada, com vista à reconfigurar este território pelo tripé socioambiental: educação, cultura e meio ambiente, com a lente da educação patrimonial, das tecnologias sociais e Permacultura, e da educação integral (FUNDAÇÃO BB, 2024).

Ao trazer para o PME a perspectiva metodológica das Cidades Educadoras, cujas experiências atualmente somam mais de 480 cidades em 30 países, o Ecomuseu entende que tanto o território das cidades, com suas comunidades, quanto as instituições, as paisagens, os patrimônios culturais, os saberes populares são espaços de aprendizagem permanente. Nesses espaços de aprendizagem, devem-se ser valorizados os princípios democráticos, a igualdade de oportunidades, a justiça social, a participação popular e o desenvolvimento local.

Importante ressaltar que a Comunidade Educadora da Cachoeira, no ano de 2007, foi certificada pela Fundação Banco do Brasil como uma Tecnologia Social para a Organização e Fortalecimento Comunitário. Em 2009, foi semifinalista do Prêmio Itaú-Unicef, que é dado a Organizações Não governamentais pelo desenvolvimento de ações socioeducativas para o fortalecimento da escola pública. O projeto, ainda, recebeu menção honrosa do III Prêmio Ibero-Americano de Educação e Museus, em 2013.

A atuação da equipe pedagógica do Ecomuseu de Maranguape no PME conseguiu inserir uma proposta que orienta o poder público municipal a desenvolver políticas públicas voltadas para a autonomia pedagógica das comunidades educativas e que coloca a comunidade como protagonista para propor soluções educacionais e culturais a fim de garantir uma educação de qualidade, como podemos ver no item a seguir:

4.10 Estabelecer estratégias intersetoriais na gestão pública municipal que respeitem, incentivem, apoiem e valorizem a autonomia das comunidades educativas das escolas, previstos em seus Projetos Políticos Pedagógicos, na busca de suas próprias soluções locais com vistas à promoção de uma Educação Integral para uma cidade educadora (PME, 2015, p. 72).

De forma complementar à inclusão dos princípios da Comunidade Educadora, a equipe pedagógica do Ecomuseu inseriu no Plano Municipal de Educação a perspectiva de Educação Patrimonial. A proposta está na Meta 04, que trata da Educação Integral, na alínea 4.11, que

determina ao município de Maranguape “Promover, a partir de 2016, a elaboração de proposta curricular para as escolas da rede pública municipal que inclua a educação patrimonial para a qualificação dos distritos do município em territórios educativos.” (PME, 2015, p. 72). Tal medida reforça o protagonismo dos distritos, que possuem importante patrimônio histórico e arquitetônico, a exemplo do próprio território da Cachoeira, sede do Ecomuseu de Maranguape.

O Ecomuseu de Maranguape garantiu a inclusão no Plano Municipal de Educação da Educação Patrimonial, junto à valorização do patrimônio cultural dos distritos, anteriormente restrito à sede, na zona urbana. Essa estratégia garante a promoção da perspectiva da identidade cultural das crianças e dos adolescentes do município, um vez que Maranguape até meados dos anos 1990 possuía 27% da população vivendo na zona rural¹⁰. Ao integrar a educação patrimonial ao Plano Municipal de Educação, o município assegura que as gerações futuras terão consciência do seu legado cultural, aprendendo a valorizar, preservar e transmitir esse patrimônio.

Do ponto de vista das políticas públicas, a inclusão da temática de Educação Patrimonial no PME se relaciona diretamente com um dos três eixos de atuação do IPHAN, que trata da inserção do tema Patrimônio Cultural na educação formal, tendo como principal meio de atuação o Programa Mais Educação, e na ampliação progressiva da jornada escolar ou da educação integral:

É de essencial importância levar a reflexão sobre a preservação do patrimônio à rede formal de ensino. Assim, duas principais estratégias vêm sendo utilizadas por meio de parceria com o Ministério da Educação: no âmbito da educação básica, o Programa Mais Educação possibilitou a incorporação da atividade de Educação Patrimonial na perspectiva da educação integral (...) (IPHAN, 2005, p. 29).

A inclusão da Educação Patrimonial no PME também permitiu as bases para a ampliação dessa temática para todas as escolas municipais de Maranguape, ao tempo em que o Ecomuseu de Maranguape ia aprimorando suas práticas em Educação Patrimonial, tornando-se uma das referências dessa temática no município e no Ceará, servindo de base para a implementação de outros projetos, que culminaram na maior experiência de Educação Patrimonial do Ecomuseu, o Projeto CONSIGO.

¹⁰ Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Maranguape_2012.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

Apesar dos avanços a nível municipal em relação à Educação Patrimonial, o ano de 2016 foi marcado pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e, como consequência, durante o governo Michel Temer, as pautas neoliberais na educação avançaram trazendo, como resultado, a redução dos investimentos na educação, também ocasionou a interrupção de alguns projetos e programas do Ministério da Educação, e a inviabilização da implementação de muitas ações do Plano Municipal de Educação, como o Programa Mais Educação, que foi reformulado, e o da Educação Integral.

Apesar desse retrocesso nas políticas educacionais a nível do Ministério da Educação, o Ecomuseu participou, em 2016, da IV Jornada de Formação em Museologia Comunitária. A proposta da jornada era a implantação, a criação e o desenvolvimento de Ecomuseus, Museus Comunitários e Grupos Comunitários, com o apoio da Secretaria de Cultura do Ceará (SECULT).

A jornada contou com a participação da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (Abremc) e com organização da Via de Comunicação e Cultura, em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). A jornada ocorreu em Aquiraz, Maranguape e Pacoti (SECULT 2016). Envolveu três instituições museais, o Ecomuseu de Maranguape, o Ecomuseu de Pacoti e o Museu Indígena Jenipapo-Kanindé. Segundo informações no site da SECULT¹¹, o objetivo dessa jornada era:

(...) proporcionar um intercâmbio cultural, recebendo no encontro convidados de vários estados brasileiros e de outros países; disseminar os conceitos da Nova Museologia, como ecomuseu, museus comunitários, cidade/comunidade educadora, patrimônio material e imaterial; reconhecer e compartilhar experiências locais de ecomuseus e museus comunitários nas cidades que sediarão o evento; e fomentar a formação para a área de museus e de patrimônio, a partir da convivência durante a programação da Jornada, estimulando a troca de saberes entre profissionais de várias áreas, multiplicando os conceitos e ideias acerca do tema (SECULT, 2016).

Com relação ao Programa de Formação de Agentes Jovens do Patrimônio Cultural, o Ecomuseu de Maranguape desenvolveu-o desde a primeira edição, de forma permanente, com apoio financeiro, como Ponto de Cultura, em 2008; mas, depois, quando o próprio Ecomuseu ficou responsável pela manutenção financeira, passou a ser de forma regular. O Programa acontece em paralelo à execução de algum projeto ou programa específico, e, inicialmente

¹¹ Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2016/11/23/com-apoio-da-secult-a-iv-jornada-de-formacao-em-museologia-comunitaria-comeca-nesta-quinta-2411-em-maranguape-pacoti-e-aquiraz/>. Acesso em: 10 ago. 2024

capacitava jovens de 15 a 19 anos; posteriormente, passou a priorizar crianças e adolescentes do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental II da Escola Municipal José de Moura. Esses estudantes permanecem no programa trienalmente, abrindo espaço para que outros possam também ingressar nele.

Esses jovens participantes passam a atuar profissionalmente nos projetos e programas do Ecomuseu, especialmente da Curadoria Educativa. Segundo a museóloga Nádia Almeida, esse programa atende às ações educativas do Ecomuseu, principalmente devido às visitas monitoradas aos usuários das escolas públicas e às visitas em geral:

O projeto denominado “Curadoria Educativa” fundamentou-se na concepção participativa de visitas personalizadas, ou seja, em contatos prévios com os núcleos gestores das escolas que agendavam suas visitas, planejavam-se em conjunto, os diferentes momentos e os dispositivos de aprendizagem que seriam disponibilizados durante a permanência do grupo escolar no Ecomuseu. (ALMEIDA, 2021, p.05)

O projeto Curadoria Educativa, que está na sua quarta edição, é responsável pela formação dos Agentes Jovens do Patrimônio Cultural. Os encontros formativos são semanais, durante os turnos das aulas, atendendo exclusivamente os estudantes da EMEIF José de Moura. Nesse sentido, o Projeto desenvolve atividades interdisciplinares em Educação Patrimonial, cujas visitas são personalizadas, discutidas de forma participativa com o Núcleo Gestor das escolas atendidas, observando as particularidades de aprendizagem de cada escola:

Desta forma, a curadoria educativa de modo interdisciplinar, desenvolve dispositivos de aprendizagem significativa de acordo com os tipos de públicos e de objetivos da visitação. Em 2019, começou-se a utilizar plataformas virtuais visando ampliar e incluir outros públicos e, realizamos de modo presencial e online encontros temáticos sobre a relação museu/escola – museologia/educação. (ALMEIDA, 2020, p. 04).

Embora baseado num sistema híbrido com acessos a plataformas virtuais, por razões de acesso e qualidade da internet no distrito da Cachoeira, priorizou-se o formato presencial. Contudo, a Curadoria Educativa manteve-se como um programa permanente, tendo como resultado a qualificação profissional dos jovens participantes. Importante ressaltar essa preocupação com a formação acadêmica e profissional dos jovens que participam desse programa de formação, coerente com a perspectiva da sustentabilidade. Muitos desses jovens tiveram acesso à universidade e estão atuando no mercado de trabalho, outros são colaboradores em setores do Ecomuseu de Maranguape.

Além do fortalecimento e da valorização do Patrimônio Cultural, o Ecomuseu também reforça seu compromisso com o desenvolvimento local, principalmente, da comunidade da Cachoeira. O trabalho de formação de Agentes Jovens do Patrimônio Cultural permite a capacitação dos participantes do projeto, favorecendo que crianças e adolescentes sejam transformados em guardiões da memória coletiva da comunidade, garantindo, assim, a democratização do conhecimento, bem como a preservação da história e da memória local.

Com a redução do financiamento educacional, após a mudança no Programa Mais Educação, substituído pelo Programa Novo Mais Educação, em 2017, somada à descontinuidade dos projetos provocada pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, pela mudança de diretrizes na educação pública durante o Governo Michel Temer e pelo aprofundamento da crise na educação causado pelo Governo Bolsonaro, os projetos e programas vinculados à educação e à cultura sofreram duro golpe, pois houve uma redução drástica do financiamento estatal para a área cultural. Essa redução tanto foi ocasionada pelas razões já citadas, quanto foi reflexo da ideologia neoliberal, com sua proposta de diminuir o Papel do Estado e de intensificar a educação como treinamento para o mercado de trabalho.

Somado a esses fatores, um ponto de inflexão no setor museológico, em destaque nos ecomuseus e museus comunitários, foi a pandemia de COVID-19, pois provocou o fechamento temporário dos museus, a redução dos visitantes, a perda de receita, o impacto nas comunidades locais. Isso tudo associado aos riscos para preservação do patrimônio, provocados tanto pela redução de receitas quanto pelo tempo sem manutenção em que as instituições tiveram seu patrimônio e acervo ameaçados, fez o Ecomuseu de Maranguape – observando o potencial pedagógico da Curadoria Educativa – adaptar esse projeto para ampliar o modelo digital das suas atividades. Desse modo, a partir de maio de 2020, realizou as atividades de modo remoto em comemoração ao “Dia Internacional dos Museus”, como podemos observar em:

Com efeito, a partir desta data, as atividades no ambiente digital do Ecomuseu de Maranguape ampliaram-se e considerando o potencial educativo da “curadoria educativa”, o Ecomuseu de Maranguape retoma uma mobilização local pela implementação do Plano Municipal de Educação (PME, 2014), nomeadamente pela efetivação da diretriz aprovada para o desenvolvimento do “Programa de Educação Patrimonial” para as escolas da rede municipal de educação de Maranguape. (ALMEIDA. 2021, p. 04)

Devido às restrições provocadas pela pandemia, as atividades do Ecomuseu retomaram de forma remota, tendo sido organizado pela sua equipe o *webinar* comemorativo do “Dia Internacional da Juventude, em agosto, e a 2ª Conferência Juventude e Patrimônio Cultural de

Maranguape, em outubro. (ALMEIDA, 2021). No entanto, o *insight* foi a reformulação do projeto Curadoria Educativa a fim de inscrevê-lo no edital do 11º Prêmio Ibermuseus de Educação para o fomento de práticas em Educação Patrimonial em ambiente digital.

CAPÍTULO 3: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

A pandemia de Covid19 provocou um profundo impacto na educação e na cultura. Museus, ecomuseus, centros culturais e outros setores da cultura tiveram que encerrar provisoriamente seus atendimentos ou fechar suas portas, viram seus recursos serem reduzidos drasticamente e tiveram seu patrimônio material e seus acervos ameaçados em razão dos cortes orçamentários. Além desse evento extraordinário, o Governo do Presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) travou uma batalha de cunho ideológico, com corte de recursos financeiros aos setores culturais e educacionais. Em razão dessa externalidade, muitos equipamentos culturais tiveram que encerrar suas atividades ou passaram por dificuldades financeiras, com impactos diretos nas suas atividades, nos acervos e no seu patrimônio edificado. A reação a essa situação de excepcionalidade dependeu de diversos fatores, como capacidade de articulação da instituição, fontes de financiamento, parcerias instituídas, conjuntura política e econômica, tipo de instituição (se público ou privado), entre outros fatores.

Mesmo que, durante o período pandêmico, alguns editais de financiamento tivessem sido lançados, especialmente para que as instituições culturais e museais pudessem desenvolver atividades remotas, foi somente com a Lei Paulo Gustavo, aprovada com muita dificuldade, em julho de 2022, que o setor começou a se recuperar. Contudo, essa resolução não conseguiu suprir os danos ocasionados pela pandemia, pois muitos equipamentos culturais foram fechados ou tiveram suas atividades e seus acervos duramente atingidos.

A situação de crise também atingiu o Ecomuseu de Maranguape, pois as restrições sanitárias impossibilitaram a realização de visitas, a continuidade na formação dos estudantes da Curadoria Educativa e a manutenção do conjunto arquitetônico. Mesmo com essas limitações, o Ecomuseu ainda manteve suas atividades por meio de criação de, por exemplo, três campanhas: a Rede de Amigos do Ecomuseu de Maranguape, o trabalho voluntário para manutenção das salas do Ecomuseu e a campanha Assinatura Solidária do Ecomuseu de Maranguape.

No período da pandemia em 2020, também foram realizadas algumas ações de forma virtual, como o *webinar* comemorativo do “Dia Internacional da Juventude”, o encontro virtual do “Dia Internacional dos Museus”, a Mesa Redonda Virtual do Ecomuseu de Maranguape, a 2ª Conferência Juventude e Patrimônio Cultural de Maranguape, a *webinar* “Escola, Juventude

e Patrimônio Cultural". A capacidade de articulação e resiliência da comunidade local e da equipe do Ecomuseu foi determinante para a manutenção de suas atividades e para a busca de alternativas para a continuidade de suas ações e mobilização comunitária.

Importante salientar que a base legal e documental que fornecerá a análise das ações do Ecomuseu é relacionada ao Ensino Fundamental I e II, etapas de responsabilidade do município. Os projetos do Ecomuseu envolvem a própria Escola Municipal José de Moura, que oferta o Fundamental I e II, e as demais escolas parcerias, todas vinculadas ao município, ofertando, portanto, somente o Ensino Fundamental.

O principal documento que trata do Patrimônio Cultural no Brasil é a Constituição Federal. Em seu Artigo 215 (BRASIL, 1988), é definido o que costumamos chamar de direitos culturais e determina que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Já o seu Artigo 216 (BRASIL, 1988) detalha o que é o Patrimônio Cultural, as suas formas de manifestação, até a definição e organização do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Sistema Nacional de Cultura (SNC), como podemos observar:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1996)

Especificamente em relação à Educação Patrimonial na escolarização formal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), define, em seu Artigo 26 (BRASIL, 1996), a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, valorizando as manifestações culturais e o patrimônio histórico-cultural. É evidente que a diversidade cultural brasileira e a valorização do patrimônio cultural material e imaterial são ressaltadas como elementos a serem integrados ao processo educacional:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, o Brasil e, especificamente, o Nordeste, têm uma população marcada pela miscigenação; reconhecer, portanto, e valorizar as lutas, as conquistas e as influências dessas populações na construção dos modos de vida do semiárido, além de ser uma reparação histórica, permite que se valorizem as inúmeras e riquíssimas manifestações populares, bastante comuns nessa região, como as festas religiosas, as festas de colheita, as festas juninas, a cultura dos vaqueiros, a música (forró, repente, coco e maracatu), as rezadeiras e outros costumes tradicionais.

O PNE, apesar de não tratar especificamente da temática de Educação Patrimonial, apresenta possibilidades de atuação da escola em relação ao Patrimônio Cultural. Por exemplo, na Meta 2, Estratégia 2.8 (PNE, 2014) podemos observar como orientação “promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, entre outros fundamentos e princípios acerca dos conceitos de cultura, apontam para algumas perspectivas de trabalhos pedagógicos nas escolas envolvendo a temática, como, por exemplo, em seus princípios, no Artigo 6º (BRASIL, 2010), que trata “da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plurais e solidárias” (BRASIL, 2010).

Um dos documentos sobre Ensino Fundamental que trata especificamente da Educação Patrimonial é Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, quando, no momento em que aborda sobre as ações educativas de combate ao racismo e às discriminações apresenta este trecho: “educação patrimonial, aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando a preservá-lo e a difundi-lo;” (BRASIL, 2013).

Com o fim do Programa Mais Educação, em 2016, o governo interino de Michel Temer implementou a reformulação do programa, renomeado de Programa Novo Mais Educação, que, nas suas atividades complementares, no campo Cultura e Artes, inseriu o subitem Educação

Patrimonial, que visava a “Promover ações educativas para a identificação de referências culturais e fortalecimento dos vínculos das comunidades com seu patrimônio cultural e natural, com a perspectiva de ampliar o entendimento sobre a diversidade cultural.” (PNME, 2016). Importante ressaltar que o programa era por adesão, portanto não sendo obrigatório e não tendo força de lei ou mesmo de diretrizes.

Apesar da importância e da atualidade da temática Educação Patrimonial, não existe uma legislação específica ou um programa inerente à temática no Brasil. Os motivos para essa situação podem ser explicados por vários fatores, como questões políticas, culturais e sociais. Para uma análise mais acurada, podem-se elencar algumas condições que podem explicar por que a Educação Patrimonial enfrenta alguns obstáculos na sua implementação.

Inicialmente, pode-se analisar o problema curricular mais comum: a priorização das disciplinas tradicionais. No Brasil, a legislação educacional prioriza as disciplinas mais tradicionais, como Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. A Educação Patrimonial está relacionada a questões de preservação do patrimônio histórico-cultural, ligadas às Ciências Humanas, muitas vezes vista como disciplinas secundárias. Na mesma perspectiva, pode-se evidenciar a falta de clareza na definição do que seja Educação Patrimonial, cujo conceito poderá variar de acordo com o campo de conhecimento. História e Geografia, por exemplo, têm abordagens distintas sobre essa mesma temática.

Um fator também preponderante é a pouca articulação entre os campos da cultura e da educação. Tradicionalmente, no Brasil, a gestão do patrimônio histórico-cultural está vinculada a órgãos culturais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Existe pouca articulação entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, impedindo, dessa forma, a criação de leis educacionais mais amplas, envolvendo a Educação Patrimonial.

Outro aspecto importante é o currículo escolar fragmentado e denso, que gera uma sobrecarga e dificuldades no cumprimento das disciplinas do currículo obrigatório ou da base. A inclusão de novos temas e a ausência de formação específica para os professores podem ser vistas como aumento da carga de trabalho, já bastante intensa, provocando nos professores uma maior resistência ao tema.

Ainda que exista esse contexto desafiador, o Ecomuseu de Maranguape resolveu apostar tanto na construção de um espaço voltado para a Educação Patrimonial, quanto na luta pela inclusão da temática no Plano Municipal de Educação. Também investiu em projetos e em

mobilização social que permitem a inclusão da temática nos currículos escolares do Ensino Fundamental de Maranguape.

Como analisado anteriormente, as principais legislações educacionais do período não tratavam diretamente da Educação Patrimonial, e sim exploravam os conceitos de Patrimônio Cultural. Somente após a Convenção Para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, a qual o Brasil ratificou, em 2006, a ideia de Educação Patrimonial passou a existir, pois, no documento há um artigo específico sobre o papel da educação, o artigo 14 (UNESCO, 2003), cujo subtítulo é “Educação, conscientização e fortalecimento de capacidades”.

De forma resumida, podemos destacar alguns aspectos do artigo 14 que influenciaram a implementação da Educação Patrimonial no Brasil, são eles: a promoção da educação sobre o patrimônio imaterial; o fortalecimento da conscientização da sociedade, em especial dos mais jovens, sobre a importância da salvaguarda do patrimônio imaterial; o apoio ao desenvolvimento das comunidades locais, ajudando na preservação de suas tradições.

No Brasil, a Educação Patrimonial advém de órgãos ligados à cultura, como o IPHAN, os museus e as graduações na área de Ciências Humanas (História, Museologia, Geografia). Como dito anteriormente, a promulgação de duas leis na área da cultura, o Estatuto dos Museus e o Plano Nacional de Cultura, foram responsáveis pelo início do desenvolvimento da Educação Patrimonial.

A síntese dessa perspectiva dos museus como instituições educativas está presente no Estatuto dos Museus, em seu Artigo 29, passando a orientar que “Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.” (BRASIL, 2009).

Outra inovação na área da Educação Patrimonial brasileira foi o Estatuto dos Museus. O Estatuto permitiu a sociedade entender que os acervos dos museus brasileiros podem colaborar na apreensão do conhecimento, ao tempo em que podem desenvolver nos estudantes das escolas públicas a consciência crítica, a preservação dos lugares da memória, como podemos ver no seguinte trecho: “Estimular e consolidar a apropriação, pelas redes públicas de ensino, do potencial pedagógico dos acervos dos museus brasileiros, contribuindo para fortalecer o processo de ensino-aprendizagem em escolas públicas” (BRASIL, 2009).

Contudo, o documento de maior importância para a estruturação da Educação Patrimonial no Brasil e para a vinculação entre educação e cultura é a Lei 12.343, de 02 de

dezembro de 2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) (BRASIL, 2010). De forma resumida, podemos apontar alguns avanços instituídos a partir do PNC como a articulação entre as diversas políticas públicas das diferentes áreas e a própria cultura, diminuindo, assim, o isolamento e a falta de diálogo entre as áreas.

Além disso, a construção de uma agenda intersetorial entre os órgãos da cultura e a educação nos três níveis federativos e a transformação da escola em centro de produção cultural para a comunidade representam algumas das funções da Educação Patrimonial. Assim, de forma direta, na área de ensino e pesquisa, sobretudo na área de Ciências Humanas, podemos comprovar sua importância na seguinte afirmação, presente no PNC (BRASIL, 2010): “Incentivar pesquisas e elaboração de materiais didáticos e de difusão referentes a conteúdos multiculturais, étnicos e de educação patrimonial”.

Também é perceptível no PNC a valorização da nossa diversidade cultural e a perspectiva de reconhecer a cultura popular e sua contribuição para fortalecimento da ideia de patrimônio cultural, além da inserção de ações de educação para o patrimônio na construção de alguns conceitos, como podemos observar no seguinte inciso do PNC (BRASIL, 2010): “Promover ações de educação para o patrimônio, voltadas para a compreensão e o significado do patrimônio e da memória coletiva, em suas diversas manifestações como fundamento da cidadania, da identidade e da diversidade cultural”.

A inserção do patrimônio cultural no ensino formal foi outra contribuição do PNC, que, dentro dos parâmetros legais, preencheu algumas lacunas apontadas anteriormente como condições que impediam a inserção da Educação Patrimonial nos currículos escolares, de forma interdisciplinar. Entretanto, como currículo escolar brasileiro é bastante adensado, não seria interessante a escola desenvolver especificamente uma disciplina isolada nesses moldes.

Portanto, tanto o Estatuto dos Museus quanto o Plano Nacional de Cultura prevêem que as instituições parceiras, como escolas, centros culturais e espaços de memória sejam elementos que ajudem a contar a história das cidades, além de estimular a apropriação por parte das escolas públicas dos acervos dessas instituições como um elemento facilitador do ensino-aprendizagem, entre outras abordagens.

Entretanto, a partir do edital do 11º Prêmio Ibermuseus de Educação, surgiu a oportunidade de reformular o Programa de Curadoria Educativa e adequá-lo às exigências do edital. Nessa reformulação, o programa passou a se chamar Projeto “CONSIGO” e, com esse

nome, foi inscrito no Prêmio Ibero-museus. Segundo informações do *site* da instituição¹², o Ibero-museus é:

(...) o principal programa de cooperação para os museus da Ibero-América, que tem o objetivo de promover o fortalecimento das mais de dez mil instituições existentes na região. Desde 2007, trabalhamos juntos para fortalecer os museus ibero-americanos por meio da valorização do patrimônio museológico; da qualificação e mobilidade dos profissionais dessas instituições; da produção, circulação e troca de conhecimento e pela articulação e criação de redes para a promoção de políticas públicas para o setor. (Ibero-museus, 2018)

4.1 O Projeto CONSIGO

O objetivo pedagógico do Ecomuseu de Maranguape com o Projeto “CONSIGO” foi uma forma de implementar o “Programa de Educação Patrimonial”, previsto no “Plano Municipal de Educação de Maranguape.” A escolha do Ecomuseu de trabalhar com a Educação Patrimonial está alinhada com orientações principalmente relacionadas ao papel dos museus como instituições educativas. Nesse sentido, temos a Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto dos Museus e a Lei 12.343, de 02 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura –(PNC) e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) como documentos orientadores (BRASIL, 2010).

Em uma análise inicial sobre o contexto da elaboração do Projeto CONSIGO, podemos perceber quatro fatores que foram preponderantes na elaboração desse projeto: a parceria entre a Escola Municipal José de Moura, a experiência do Ecomuseu de Maranguape com o Programa Mais Educação, a experiência positiva das visitas monitoradas do programa Curadoria Educativa e os impactos da Covid19 no campo da cultura, especificamente nos museus populares (Ecomuseus, Museu de Vizinhança, Museus de Território, museus comunitários).

O CONSIGO foi elaborado a partir de algumas vivências, práticas e experiências pedagógicas exitosas do Ecomuseu de Maranguape. Inicialmente, pode-se ressaltar a parceria entre o Ecomuseu e a EMEIF José de Moura Cavalcante. Tal parceria permite ao Ecomuseu ter um público cativo, que é beneficiário das ações, dos projetos e dos programas do Ecomuseu.

¹² Informação retirada no *site* da Ibero-museus. Disponível em: <https://www.ibermuseos.org/pt/sobre/nosso-papel-no-setor/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

Da parte do Ecomuseu, trabalhar com estudantes de uma escola pública permite ter um “laboratório” permanente de práticas e experiências pedagógicas, sendo mais fácil e acessível a correção de rotas de qualquer projeto. Essa interação é um diferencial do Ecomuseu para outras instituições similares, pois a escola fica a 500 metros da sede da instituição, sendo que alguns professores e funcionários da escola também fazem parte do Ecomuseu.

Como foi analisado anteriormente, nos anos de 2018 e 2019, o Ecomuseu em parceria com Associação Brasileira de Ecomuseu e Museu Comunitário (ABREMEC), desenvolveu a Curadoria Educativa, cuja ideia central era realizar uma visita guiada personalizada, elaborada a partir de um contato prévio entre a escola visitante e o Ecomuseu, para a construção de um programa de visita fundamentado na realidade da própria escola e com atividades devolutivas alicerçadas na realidade social e cultural da comunidade escolar.

Com o início da pandemia de COVID19, em 2020, escolas e museus tiveram que migrar suas ações para o mundo virtual, em razão das medidas sanitárias adotadas naquele momento. Na ocasião, a equipe do Ecomuseus de Maranguape reformulou o programa Curadoria Educativa, objetivando inscrevê-lo no Prêmio Ibermuseus. De modo geral, o Projeto CONSIGO foi organizado da seguinte forma:

1) aplicação para dispositivos móveis para difusão científica e salvaguarda do patrimônio cultural de Maranguape (ferramenta pedagógica para os estudantes e professores); 2) inventário etnográfico; 3) encontros formativos temáticos; 4) mapeamento dos significados para o patrimônio cultural dos 17 (dezesete) distritos de Maranguape. (ALMEIDA, 2024, p. 09).

Inicialmente, pode-se perceber que o Projeto CONSIGO ampliou o raio de ação das experiências de Educação Patrimonial desenvolvidas nos programas e projetos anteriormente apresentados pelo Ecomuseu. Depois dessa reformulação, os programas Mais Educação e Curadoria Educativa, que antes dialogavam só com o patrimônio cultural do distrito da Cachoeira, onde se encontra a sede do Ecomuseu, passou a abranger o patrimônio cultural dos 17 distritos de Maranguape, todos localizados na zona rural.

Um dos aspectos inovadores do Projeto CONSIGO foi colocar a zona rural de Maranguape como protagonista na história do município. Rompeu, assim, com um papel secundário atribuído ao interior/sertão na história e memória da consolidação da ocupação da cidade e na construção de suas relações de poder. Ao mesmo tempo em que estimula a participação dos estudantes na elaboração de um inventário das manifestações culturais locais,

estimulando, assim, o protagonismo dos estudantes, colocou-os como agentes ativos na salvaguarda do patrimônio cultural e da memória das classes populares dos distritos.

Foi influenciado em termos teóricos e metodológicos por diversos autores das áreas de educação, história, antropologia e museologia. Alguns dessas contribuições são: i. a ideia de Aprendizagem Significativa, de David Ausubel; ii. a Antropologia Simbólica, do antropólogo Clifford Geertz; iii. a abordagem centrada na participação comunitária e na educação libertadora, de Paulo Freire; iv. os trabalhos sobre Patrimônio Cultural, de Sandra Pelegrini; v. o principal teórico sobre os museus comunitários/Ecomuseu, de Hugue de Varine; vi. o trabalho em Museologia Comunitária, de Nádia Almeida.

Em aspectos gerais, o Projeto CONSIGO tem como objetivo geral fomentar uma política museológica e, de modo específico, um programa de Educação Patrimonial interdisciplinar para as escolas públicas do município de Maranguape. Importante mencionar que o município de Maranguape possui 82 escolas municipais de Ensino Fundamental e 07 escolas estaduais de Ensino Médio, sendo que o projeto atende, no momento, 25 escolas de Ensino Fundamental. Foi iniciado um primeiro contato, ainda em 2022, com a EEMTI CAIC Senador Carlos Jereissati para ampliar o Projeto CONSIGO, de forma experimental, para as escolas de Ensino Médio. Entretanto, a parceria não se consolidou e o CONSIGO atende essencialmente escolas do Ensino Fundamental II.

O Projeto CONSIGO foi implementado inicialmente entre janeiro e junho de 2021, em 25 escolas públicas localizadas nos 17 distritos do município de Maranguape, envolvendo 25 coordenadores pedagógicos, 25 professores e 2500 estudantes do Ensino Fundamental II. O projeto metodologicamente segue 04 passos, que foram replicados nas 25 escolas participantes.

Uma das estratégias do Ecomuseu de Maranguape para desenvolver suas atividades e garantir uma certa integralização na replicação do projeto foi formalizar, ou seja, incluir como atividade curricular o Inventário Etnográfico sobre as categorias do patrimônio cultural local. O projeto foi acompanhado e registrado nos chamados “Diários de Campo”, instrumento de coleta de dados das pesquisas sobre patrimônio realizadas pelos estudantes.

De forma complementar, ocorriam os Encontros Formativos com estudantes e professores, em que eram trabalhados e desenvolvidos temas relacionados à Educação Patrimonial e à museologia comunitária. Um aspecto sempre presente nos projetos do Ecomuseu de Maranguape é a participação comunitária e democrática. No caso do Projeto

CONSIGO, havia uma “Coordenação Geral” formada por oito membros do Ecomuseu e, em cada escola, foi também formado um “Núcleo de Mediação” assim definido:

Os “Núcleos de Mediação” das escolas foram compostos por 02 (dois) estudantes, 01 professor, 01 coordenador pedagógico, 01 secretária adjunta municipal de educação, 01 técnica do conselho municipal de educação de cada uma das 25 (vinte cinco) escolas integrantes do projeto, perfazendo um total de 109 (cento e nove) participantes. (ALMEIDA, 2024, p. 11).

Com relação à museologia comunitária, em um breve adendo, nasceu na América Latina se fortaleceu com a Conferência Eco 92, segundo Nádia Almeida (2024). Os museus comunitários não possuem necessariamente um acervo físico, pois resulta em um custo permanente para abrigar e conservar um acervo. Podem possuir salas temáticas, exposições ou mesmo um acervo mais convencional. Contudo, existem as práticas museais e as de acervo que os museus comunitários desenvolvem e que não se enquadram em um espaço físico, como um acervo convencional.

Desse modo, seu acervo pode ser seu território, uma paisagem, a cultura material ou imaterial de uma região. A base de um museu comunitário é o território e um coletivo de pessoas atuantes na região ou comunidade. Outras condições determinantes são a participação comunitária, as decisões democráticas, a sustentabilidade local e a gestão compartilhada, entre outras práticas participativas.

O Projeto CONSIGO se diferenciou com houve a elaboração e implementação de um aplicativo (APP) homônimo. A ideia do APP surgiu em razão das restrições sanitárias durante a epidemia de Covid-19, quando os encontros presenciais foram temporariamente suprimidos e as atividades eram realizadas via aplicativos de videoconferência e aplicativos de armazenamento *on-line*, como o *Google Drive*, com o propósito de não interromper as atividades museológicas. O funcionamento do APP CONSIGO é baseado em uma espécie de banco de dados de todas as pesquisas, os inventários, as análises e a interpretação de dados, ficando o acesso disponível aos membros das comunidades escolares das 25 escolas participantes do projeto.

O grupo de escolas municipais participantes foi bastante heterogênea. Embora todas as escolas fossem da rede municipal de educação, havia escolas com perfis socioeconômicos bastante diversificados, bem como a localização geográfica. Participaram do projeto escolas tanto da zona rural, quanto da região central ou das periferias de Maranguape. Escolas com

bons Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e aprendizagem mais consolidada, bem como escolas cujos estudantes estavam em vulnerabilidade.

Para efeito de pesquisa e organização do Projeto CONSIGO, os estudantes das escolas envolvidas no projeto fizeram um levantamento do patrimônio cultural dos territórios das comunidades em que eles e suas escolas estavam inseridos. Com o aplicativo *Google Maps*, que permite construção e edição de mapas para seus usuários, os estudantes desenvolveram o “Inventário Etnográfico”. Para isso, dividiram Maranguape em 05 regiões e agruparam os distritos por proximidade geográfica, como pode ser visto na Figura 6.

Figura 6 – Mapa da regionalização do Patrimônio Cultural de Maranguape



Fonte: Blog do Ecomuseu de Maranguape¹³.

Nota: O interessante desse mapa é que pela primeira vez se inclui os distritos da zona rural num mapa cultural. O segundo aspecto a ser observado é que as regiões criadas envolvem tanto as escolas situadas naquela região, quanto sua divisão geográfica que poderá também classificar por zonas de cultura ou manifestações culturais mais específicas por localidade. Nessa divisão foram incluídas algumas temáticas como segurança hídrica e a importância desses corpos d'água na paisagem cultural.

¹³ Imagem presente no blog do Ecomuseu de Maranguape. Disponível em: <https://ecomuseudemaranguape.blogspot.com/p/amigosas-do-ecomuseu-de-maranguape.html>. Acesso em 10/10/2024.

Atualmente, o aplicativo CONSIGO não está mais disponível para *downloads*, pois o servidor cobra pela hospedagem do APP e, como o Ecomuseu de Maranguape executou o projeto, não há mais o financiamento pelo Ibermuseus, pois o contrato da premiação tinha um prazo de execução delimitado, de janeiro a junho de 2021. Também não há recursos por parte do Ecomuseu para manter o APP ativo e acessível.

Ainda que esteja inativo, algumas funcionalidades interessantes do APP são importantes destacar, como a acessibilidade à plataforma com seu banco de dados, a produção dos estudantes em relação ao patrimônio cultural de suas comunidades, o acesso ao material audiovisual produzido pelos estudantes, os *links* para outros museus para realização de visitas virtuais, os *podcasts* e as anotações dos Diários de Campo.

Ademais, as práticas e a metodologia desenvolvidas no projeto, os produtos gerados – como o inventário etnográfico – e a potencialidade educativa – devido a sua perspectiva interdisciplinar – permitem o diálogo, por exemplo, com a História, a Geografia e a Sociologia, e fortalecem a aprendizagem, a cidadania e o senso crítico dos estudantes, por proporcionar uma análise de suas realidades locais.

De modo específico, o Projeto CONSIGO construiu, a partir dos Diários de Campo, o seu Inventário Etnográfico. Embora exista um levantamento feito, no início dos anos 2000, pelo IPHAN, acerca do patrimônio histórico edificado de Maranguape, contemplando basicamente os imóveis localizados no Centro da cidade, exceto pela presença do Casarão da Cachoeira, o novo inventário representa o maior e talvez o único banco de dados sobre o patrimônio cultural de Maranguape. Esse levantamento é inédito, com amplo alcance cultural, e possui outro diferencial importante, o inventário etnográfico dos distritos e das comunidades localizadas na zona rural de Maranguape.

O Inventário Etnográfico não permite apenas reconhecer a importância histórica, econômica e política do interior de Maranguape, mas também coloca o sertão como protagonista cultural do município. Nesse aspecto, é um resultado do trabalho de Educação Patrimonial do Ecomuseu de Maranguape, das produções culturais e da mudança de paradigmas realizados ao longo dos anos pelos diversos projetos.

Hoje, a principal referência de Educação Patrimonial e trabalho museológico do município está situada no distrito da Cachoeira e está diretamente relacionada à atuação do Ecomuseu. Embora o município conte com o Museu da Cidade e a Biblioteca Pública Capistrano de Abreu, ambos situados em dois imóveis de interesse histórico e arquitetônico,

localizados no Centro da cidade, sua produção cultural e sua mobilização com as escolas públicas ainda é incipiente.

Apesar de a Educação Patrimonial estar prevista no Plano Municipal de Educação, coube ao Ecomuseu de Maranguape realizar a mobilização para inserir a temática no PME e, efetivamente, desenvolver projetos e ações para fortalecer e implementar a Educação Patrimonial nas escolas do município, expandido as ações antes circunscritas às atividades na sede do Ecomuseu, no Casarão da Cachoeira e na EMEIF José de Moura para 25 escolas municipais, por meio do Projeto CONSIGO. Formou-se, assim, uma rede institucional que produz, forma e organiza ações em Educação Patrimonial no Ensino Fundamental II, mas que possibilita a interação e o diálogo com escolas de Ensino Fundamental I, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Médio.

O Projeto CONSIGO foi incorporado como atividade pedagógica no Projeto Político Pedagógico da EMEIF José de Moura como Projeto Educação Patrimonial – Meu Território Afetivo. Em linhas gerais, as diretrizes do PPP da escola apontam para três objetivos envolvendo a metodologia do CONSIGO.

O primeiro ponto seria integrar a Educação Patrimonial nas escolas, utilizando um inventário etnográfico para a produção de praxis e conhecimentos sobre o patrimônio cultural. Esse processo culminará na publicação física e digital de um livro/manual de Educação Patrimonial, resultante das pesquisas temáticas realizadas pelos estudantes em seus territórios, em conformidade com o Plano Municipal de Educação de Maranguape (EMEIF José de Moura, 2023, p.48).

Um segundo aspecto observado foi a perspectiva de estimular o pensamento crítico e criativo, o senso estético e o interesse dos estudantes por meio da produção de mídias digitais focadas no patrimônio cultural e na difusão científica. O projeto também incentiva o papel cidadão de jovens formadores de opinião, promovendo o uso mais educativo e inteligente dos dispositivos móveis, em especial dos celulares, o que configura mais um recurso didático para educadores (EMEIF José de Moura, 2023, p.48).

Por fim, o Projeto Educação Patrimonial pretende ampliar as ações do Ecomuseu de Maranguape e envolver os jovens como agentes de desenvolvimento local, valorizando os laços entre gerações e promovendo a preservação comunitária do patrimônio cultural local. A proposta é também exercitar práticas para consolidar Maranguape como uma cidade educadora, garantindo acesso à cultura global e à herança histórica (EMEIF José de Moura, 2023, p.48).

Todavia, uma das maiores dificuldades na produção de conteúdo didático de História Local é o tempo efetivamente gasto para fazer a pesquisa documental, as entrevistas, as fotografias do patrimônio histórico edificado ou das manifestações culturais, a compilação e a interpretação dos dados da pesquisa, a capacitação dos professores e a adaptação do conteúdo pesquisado para o público-alvo, entre outras etapas do processo.

Em vista disso, o Projeto CONSIGO permitiu desenvolver parte das etapas de uma pesquisa ao capacitar um grupo de professores, técnicos e centenas de estudantes. Importante ressaltar que não se trata de fazer pesquisa acadêmica, mas, sim, produzir um material didático de Educação Patrimonial, que permita desenvolver algumas competências e habilidades nos estudantes com o fito de construir uma percepção de identidade cultural, de respeito ao patrimônio cultural, bem como proporcionar a integração entre diversas disciplinas, principalmente na área de Ciências Humanas, a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento da comunidade.

Embora o Projeto CONSIGO não esteja em funcionamento em razão do financiamento necessário para a manutenção das suas atividades, como custos da hospedagem do projeto na plataforma, materiais de expediente e demais custos operacionais dado a abrangência territorial do projeto e a quantidade de pessoas envolvidas, o projeto apresentou alguns resultados significativos nas áreas de Educação Patrimonial, como o fortalecimento comunitário, a história e o desenvolvimento local.

O primeiro ponto analisado é a inclusão efetiva da Educação Patrimonial no currículo escolar de 25 escolas municipais, incluindo estudantes, professores, técnicos e membros da comunidade. Isso promoveu uma perspectiva inicial para a salvaguarda do patrimônio cultural e histórico das comunidades em que as escolas e os estudantes estavam inseridos e a tomada de reflexão das comunidades sobre os diversos tipos de patrimônio cultural existentes, entre eles o patrimônio histórico, o patrimônio edificado, o patrimônio imaterial e o patrimônio hídrico (açudes, barragens e riachos), algo extremamente importante no semiárido nordestino.

Do ponto de vista pedagógico, pode-se destacar a perspectiva do trabalho interdisciplinar, porque, para produzir o Diário de Campo, os estudantes tiveram que pesquisar temáticas nas áreas de História (memória, pesquisa documental, entrevistas, patrimônio histórico), Geografia (território, recursos naturais, recursos hídricos, paisagem), Sociologia (aspectos culturais, religiosos, econômicos das comunidades), além de Língua Portuguesa, Artes e outros campos do conhecimento escolar que permitiram a consolidação do projeto.

Do ponto de vista da inovação em tecnologia educacional e museológica, a elaboração do aplicativo CONSIGO foi um diferencial, além de outros fatores que possibilitaram a aprovação do Projeto no Ibermuseus. O APP CONSIGO permitiu hospedar todo o projeto com seu banco de dados em uma plataforma em que estudantes, professores, técnicos e membros das comunidades acessaram a todas as funcionalidades, bastando, para isso, estarem em um lugar com internet.

Essa acessibilidade contribuiu para a democratização do conhecimento de forma horizontal e descentralizada, permitindo, também, a troca de informações e conhecimentos entre os participantes do projeto dentre as 25 escolas, independentemente de sua proximidade territorial. Foi possível, por exemplo, que estudantes da zona rural de Maranguape tivessem contato com estudantes das escolas da sede, momento em que puderam conhecer uma realidade distinta da sua, bem como perceber os traços culturais de cada região.

4.2 O APP CONSIGO e sua utilização na Educação Patrimonial e ensino de História

Para a Educação Patrimonial e o ensino de História Local, as funcionalidades do APP CONSIGO possuem grande potencialidade de aplicação nesses dois campos de conhecimento, que dialogam entre si de forma interdisciplinar. A primeira funcionalidade seria o próprio banco de dados com o levantamento do patrimônio cultural de cada região em que as escolas estão inseridas, incluindo o patrimônio histórico edificado, o patrimônio hídrico (açudes, barragens, rios, chafarizes etc.), paisagem, festas religiosas, festas de colheita, cordelistas, cantadores, artesãos, vaqueiros, rezadeiras.

A possibilidade de disponibilidade e socialização do material armazenado no APP CONSIGO pôde promover a elaboração de projetos colaborativos de memória comunitária, realizando pesquisas, entrevistas e histórias orais dos moradores mais velhos da comunidade, salvaguardando tradições, festas religiosas, festas de colheita e, até mesmo, as memórias sensíveis de cada comunidade, trazendo à tona questões silenciadas, como a memória dos povos indígenas de Maranguape, a memória da escravidão, entre outras possibilidades.

Um outro aspecto a ser considerado é o uso do APP CONSIGO como um instrumento de democratização do conhecimento, de interação entre os membros das comunidades escolares envolvidos no projeto, de troca de materiais de pesquisa – recursos audiovisuais como o mapeamento e a visita virtual ao patrimônio cultural maranguapense – de fontes de pesquisa –

links, podcasts, entrevistas, inventário etnográfico –, entre outras possibilidades de pesquisa, participação e contribuição.

Pensando nas possibilidades de desenvolvimento local para o Projeto CONSIGO, pode-se criar e divulgar roteiros turísticos culturais, valorizando o patrimônio cultural das comunidades e desenvolvendo a economia local, por meio da capacitação de guias de turismo da própria região, ou divulgando eventos culturais e religiosos tradicionais, como a festa do Feijão Verde (Cachoeira), farinhadas, vaquejada (Itapebuçu), festas religiosas (São Miguel, Cosme e Damião, São Sebastião etc.).

Em relação à perspectiva da construção do conhecimento em História Local, o Projeto CONSIGO, ao desenvolver um banco de dados sobre o patrimônio histórico-cultural do município, valoriza o patrimônio cultural do interior de Maranguape, além de permitir o protagonismo a seus moradores e suas famílias. Isso fortalece a memória campesina e toda a sua complexidade cultural, principalmente por ser uma sociedade que, até os anos 1970, compunha em torno de 60% da população do município morando no campo, e ainda hoje tem em torno de 20% de sua população na zona rural (IPECE, 2024).

Por outro lado, constrói uma narrativa que coloca no centro do fazer histórico não só a elite política e econômica local, mas também as camadas populares antes marginalizadas. Além de fazer uma reparação histórica, permite “dar voz a quem não tem voz”, ao tempo em que se edifica uma “História vista de baixo”, em que camponeses, mulheres, crianças, idosos e demais membros das camadas populares podem recontar a História pela sua perspectiva, trazendo à tona às memórias silenciadas daqueles que ficaram à margem do poder.

Do ponto de vista coletivo, as ações de museologia comunitária como o resgate da memória popular, a perspectiva de desenvolvimento local, a salvaguarda do patrimônio histórico-cultural e o fortalecimento dos espaços democráticos são possibilidades que podem ser fomentadas pelo trabalho do Ecomuseu e, especificamente, pelo Projeto CONSIGO, devido à correlação escola-comunidade. Além disso, por meio da interação cultural, permite o surgimento de outros museus comunitários, como o Museu Comunitário do Território da Sapupara, constituído no ano de 2024, no distrito de Tabatinga, em Maranguape.

Para além da importância da Educação Patrimonial, como a preservação e valorização do patrimônio cultural, a conscientização acerca da identidade cultural e a participação social, a contribuição para a história local está entre suas principais contribuições para o campo da História. Dentre os aspectos que podem ser desenvolvidos com as ações de Educação

patrimonial do Ecomuseu de Maranguape, podemos citar a preservação da memória coletiva, o engajamento comunitário, a valorização dos fenômenos históricos locais, a visibilidade de personagens e figuras históricas da cidade ou, até mesmo, de personagens marginalizados ou esquecidos, além de proporcionar o protagonismos de todos esses seres

Em relação à memória coletiva, o Ecomuseu, ao utilizar seus projetos e programas de Educação Patrimonial e museologia, conseguiu mapear e preservar a memória coletiva tanto do distrito da Cachoeira, quanto dos demais distritos e das sedes nas comunidades das escolas parceiras do projeto CONSIGO.

Esse depósito de entrevistas, pesquisas, fotografias, filmagens representam uma forma de preservação da memória coletiva, de suas tradições, história e cultura. Quando o Ecomuseu organiza um projeto de Educação Patrimonial trabalhando com exposições, oficinas e atividades educacionais, os moradores da localidade, do bairro ou da cidade têm a possibilidade de conhecer e valorizar a história local.

Outro aspecto já mencionado nos projetos e nas ações do Ecomuseu é o engajamento comunitário. Ao mobilizar a comunidade local e a comunidade escolar em projetos de preservação ou de Educação Patrimonial, dão protagonismo aos moradores da comunidade e aos próprios estudantes que participam ativamente dessas ações e projetos, tornando-os corresponsáveis pela preservação e salvaguarda dos bens culturais, materiais e imateriais.

A salvaguarda e o resgate das festas religiosas e festas de colheita presentes no calendário do Ecomuseu, como a festa do Feijão Verde e a da Farinhada, permitem que as tradições populares das comunidades sejam transmitidas às gerações futuras, possibilitando que se reconheça a importância das atividades agrícolas na organização social, econômica e cultural da região.

Paralelamente a isso, as festas religiosas estabelecem o papel central do catolicismo nas comunidades rurais de Maranguape como um elemento identitário, permitindo um olhar histórico sobre a ocupação e formação do município, cujas festas ocorrem nos locais históricos onde essas comunidades se estabeleceram, a exemplo da Capela do Casarão da Cachoeira.

Apesar do grande potencial pedagógico das ações museológicas do Ecomuseu de Maranguape, existem desafios e dificuldades para a manutenção da estrutura física do casarão, como ausência de financiamento dos programas e projetos, a descontinuidade de políticas públicas, as mudanças na gestão municipal e no quadro de professores da EMEIF José de Moura, principal parceira do Ecomuseu.

Pode-se, entretanto, afirmar que um dos maiores desafios do Ecomuseu seja a manutenção do conjunto arquitetônico do Casarão da Cachoeira. O casarão possui mais de 150 anos e ocupa uma grande área construída, composta pelo casarão, por uma área coberta usada para eventos e pela capela. Além das manutenções regulares necessárias para a integridade da estrutura centenária, precipuamente em períodos da quadra chuvosa, existem ainda as despesas correntes de água, luz, internet e equipamentos, além de material de expediente e limpeza.

Como o Ecomuseu não cobra ingressos, não possui patrocínio ou recursos da iniciativa privada, nem possui convênio com o governo municipal, estadual ou federal, a instituição depende exclusivamente da participação em editais e campanhas de doação. Vale ressaltar que, apesar do Casarão ter sido tombado a nível municipal, não existem recursos oriundos da prefeitura para a manutenção do prédio, seja por convênios seja por repasses.

Embora o Ecomuseu tenha em seus objetivos a participação comunitária, manter o engajamento com as escolas, os moradores da comunidade, os cursos de graduação e outras instituições que compõem seu público-alvo exige mobilização e uma dinâmica viável e sustentável de Educação Patrimonial a fim de garantir o engajamento e a participação da população pelo Ecomuseu. O risco da perda ou queda de interesse é uma possibilidade constante e exige constante pesquisa e atuação para evitar essa situação.

Como todas as instituições museais no Brasil e no mundo, o Ecomuseu necessita capacitar seus colaboradores e desenvolver tecnologias que permitam a promoção do seu acervo e de suas atividades museológicas e educacionais. Apesar do Projeto CONSIGO ter desenvolvido uma metodologia baseada em uma plataforma *on-line* e apresentar diversas funcionalidades no APP para alcançar um alto nível de interatividade, essa plataforma encontra-se parada devido à falta de recursos para pagamento da hospedagem.

Outro problema observado é o avanço da urbanização do distrito da Cachoeira, que poderá vir a comprometer a paisagem natural e os hábitos culturais da comunidade, seja pela ocupação desordenada do território, que pode oferecer impactos ao entorno natural e cultural da região, seja pelo processo de aculturação, seja pela descaracterização da própria paisagem natural e cultural da região.

Um problema referente à aplicação dos princípios e das ações do Ecomuseu na EMEIF José de Moura, relatado por um dos coordenadores do Ecomuseu, professor da escola e ex-bolsista do Ecomuseu, Dalisson Cavalcante, é a grande rotatividade de professores do AEL (Arranjo de Estudos Locais):

E também, uma dificuldade é a questão das mudanças que a gente teve em relação ao quadro de professores do município em geral. Porque como eles vão mudando a cada ano, a cada dois anos, a gente precisa novamente fazer um ciclo de formação para que os professores entendam o que é o projeto, para repassar para os estudantes, então a gente acaba tendo essa dificuldade também. (CAVALCANTE, Informação verbal¹⁴).

Embora a escola seja um locus privilegiado das ações do Ecomuseu, os resultados de aprendizado em Língua Portuguesa e Matemática referentes ao Sistema de Avaliação de Educação Básica (SAEB), de 2017 e 2019, apontam para uma baixa aprendizagem dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental II. Esse é um desafio que deve ser superado coletivamente, incluindo a escola, as famílias e o Ecomuseu por meio da elaboração de estratégias de aprendizagem.

Segundo dados da plataforma Qedu¹⁵, mantido pelo Instituto Alfa e Beto, que compila dados das principais avaliações externas no Brasil, entre elas o SAEB, IDEB e Prova Brasil, aponta que em 2017 os índices de aprendizado adequado em Língua Portuguesa eram de 15%, em 2017, subindo para 32%, em 2019. Em Matemática a taxa de aprendizagem adequada era de 7%, em 2017, aumentando para 16%, em 2019.

É fulcral entender que outros fatores podem interferir na aprendizagem, como condições socioeconômicas dos estudantes, estrutura física da escola, formação dos professores, escolaridade dos pais, entre outros fatores. Contudo, por se tratar de uma escola pequena, com uma condição pedagógica diferenciada e uma participação comunitária, é possível ter engajamento dos pais e responsáveis na aprendizagem dos filhos e soluções para melhorar a aprendizagem dos alunos.

A plataforma Qedu¹⁶, em relação ao Nível SocioEconômico (INSE), que analisa a escolaridade, a ocupação e a renda das famílias dos estudantes avaliados, indica que a EMEIF José de Moura está na categoria como NSE 3, que significa que os seus estudantes não se encontram num nível social de vulnerabilidade, embora com condições socioeconômicas um pouco abaixo da média em relação aos estratos medianos:

¹⁴ Conversa informal do docente Dalisson Cavalcante, concedida no dia 7 de setembro de 2024.

¹⁵ Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/23082291-jose-de-moura-emeief/aprendizado>. Acesso em: 1º out. 2024.

¹⁶ Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/23082291-jose-de-moura-emeief/aprendizado>. Acesso em: 1º out 2024.

Neste nível, os estudantes estão entre meio e um desvio-padrão abaixo da média nacional do Inse. Considerando a maioria dos estudantes, a mãe/responsável e o pai/responsável têm o ensino fundamental incompleto ou completo e/ou ensino médio completo. A maioria possui uma geladeira, um ou dois quartos, uma televisão, um banheiro, wi-fi e máquina de lavar roupas, mas não possui computador, carro, garagem e aspirador de pó. Parte dos estudantes passa a ter também freezer e forno de micro-ondas (INSE, 2021).

Embora os resultados positivos de aprendizagem dos estudantes da EMEIF José de Moura que participaram dos projetos e ações do Ecomuseu sejam inegáveis, com vários deles ingressando no curso superior, e alguns voltando para atuar como professores da escola ou como colaboradores do Ecomuseu, há ainda um grande desafio: melhorar os índices de aprendizagens nas avaliações externas para todos os estudantes, principalmente para as séries finais do Ensino Fundamental, pois do total de 183 matrículas de estudantes em 2023 da Escola José de Moura, 94 dessas matrículas estavam nas séries finais, que formam o público atendido pelo Ecomuseu.

Mesmo compreendendo que os objetivos da parceria do Ecomuseu de Maranguape com a EMEIF José de Moura não seja especificamente a melhoria dos dados de proficiência do SPAECE ou da Prova Brasil, a melhoria da aprendizagem dos estudantes nas disciplinas críticas (Português e Matemática) poderia representar um ganho colateral para a imagem institucional do Ecomuseu e para sua metodologia, uma vez que seus objetivos – promoção da Educação Patrimonial, Difusão Científica, Territórios Educativos, Luta Política pela Memória e Emancipação Social – tem uma relação direta com a aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES

Mesmo com uma história rica e complexa e um patrimônio cultural significativo, o município de Maranguape não possui um programa de educação patrimonial consistente, apesar do Plano Municipal de Educação (PME) prever, desde o ano de 2015, a inclusão dessa temática no currículo escolar, cuja inserção se deveu à luta política dos membros do Ecomuseu de Maranguape.

Portanto, há uma base legal para se desenvolver a Educação Patrimonial no município; entretanto, não há um programa permanente que permita estudantes das escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental e Médio realizarem atividades de pesquisa cultural ou aulas de campo no Centro histórico. Apesar da inclusão da temática no PME, não há nenhuma formação ou política pública específica e permanente para desenvolver tais atividades entre os professores da rede municipal. Contudo, coube também ao Ecomuseu de Maranguape, além de inserir essa demanda da educação patrimonial no PME, capacitar os professores de História das 25 escolas municipais participantes do Projeto CONSIGO. Apesar dessa ação exitosa e perfeitamente aplicável, não houve uma replicação da metodologia nas demais escolas do município.

Cabe ressaltar que, apesar da situação preocupante do patrimônio cultural de Maranguape, o ano de 2024 foi positivo em relação à produção de História Local, devido a dois lançamentos editoriais. O primeiro foi o livro *Política, Economia e Sociedade na Cidade de Maranguape*, de Luiz Alberto de Andrade Júnior, que trata da história política de Maranguape nas décadas de 1950 a 1970.

O segundo lançamento foi o livro *Maranguape – Cidade da Gente*, cuja publicação foi importante para os estudos regionais e pode preencher uma lacuna referente a História Local e a Educação Patrimonial para as escolas de Ensino Fundamental do município, fornecendo subsídios tanto para a compreensão do processo de ocupação e colonização do território maranguapense, quanto para a história, a geografia local, o meio ambiente e o patrimônio cultural.

Entretanto, mesmo representando um importante instrumento didático para a compreensão dos processos históricos, percebe-se que existem dois limitantes a serem observados. O primeiro é que essas obras são destinadas às séries finais do Ensino Fundamental II, ficando de fora o Ensino Fundamental I e o Ensino Médio. Outra situação observada é que,

mesmo com um livro didático que trate da temática da História Local e Patrimônio Cultural, será necessário que a Secretaria de Educação de Maranguape capacite os professores para o uso didático adequado do livro e que efetivamente esse material seja mais um instrumento para a implementação de fato da Educação Patrimonial nas escolas municipais.

Mesmo considerando a importância histórica e metodológica dessa publicação, muitos temas não foram abordados ou mesmo aprofundados, como a questão da escravidão, temática que é extremamente importante para o debate público, por envolver questões como racismo, discriminação e memória da escravidão.

Outras temáticas de História Local precisam ser tratadas com urgência também pelas escolas e pelos professores das redes municipais e estadual, como a questão abolicionista em Maranguape, o movimento feminista e sufragista, as relações de poder durante o Brasil Império e a República em Maranguape, a invisibilidade das populações negra e indígena no município.

Quanto à questão dos povos indígenas e remanescentes de quilombolas, chama a atenção o fato de municípios vizinhos, como Maracanaú, Caucaia e Aquiraz possuírem comunidades indígenas, porém Maranguape não possuir nenhuma comunidade autodeclarada indígena. A mesma situação é observada em relação aos remanescentes dos quilombolas, encontrando-se comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombolas em Caucaia, município vizinho a Maranguape.

Além de um patrimônio histórico edificado relativamente conservado, Maranguape apresenta uma paisagem natural vasta e rica, como as serras do Pirapora, do Gavião e Aratanha, que formam também uma bacia hidrográfica importante, a do Rio Ceará, que nasce na Serra de Maranguape e deságua na Barra do Ceará, em Fortaleza, um dos primeiros pontos de ocupação do solo cearense.

Sua importância histórica remonta à colonização da região metropolitana, às primeiras atividades econômicas voltadas para a agricultura comercial, além da importância turística e ecológica, haja vista essas serras abrigarem importantes ecossistemas e bacias hidrográficas, cujo alcance e influência atingem a quase todos os municípios da região Metropolitana de Fortaleza.

Em razão dessas questões levantadas, esse trabalho se propõe a ampliar o debate sobre Educação Patrimonial e História Local em Maranguape, permitindo que professores, estudantes, gestores escolares, técnicos da Secretaria de Educação, pesquisadores da História Local e Patrimônio Cultural intensifiquem suas ações e pesquisas, contribuindo para que essas

temáticas possam ajudar a construir uma perspectiva de pertencimento, identidade cultural respeito à memória daqueles que foram excluídos e aliçados do processo de crescimento da cidade.

Considerando os avanços na temática de Educação Patrimonial e História local, sobretudo com as produções desenvolvidas em 2024, faz-se necessário ampliar a produção cultural e histórica do município, de modo que professores e estudantes das escolas municipais e estaduais possam se familiarizar com a pesquisa enquanto ferramenta pedagógica e de aprendizagem permanente, bem como um instrumento que permita a salvaguarda do rico patrimônio cultural de Maranguape.

Para tanto, pensamos que algumas ações podem ser desenvolvidas e fortalecidas, por meio da articulação comunitária e intersetorial com o poder público, como fortalecimento da Educação Patrimonial, incremento do turismo cultural e do turismo ecológico. Ressaltamos que, apesar do avanço no campo de Educação Patrimonial e História Local promovido pelo Ecomuseu de Maranguape, o poder público municipal tem o dever e a responsabilidade de agir para garantir que o patrimônio cultural do município não seja abandonado ou esquecido em detrimento de uma noção de progresso massificadora e excludente.

Entendemos que tanto o Ecomuseu de Maranguape, o Museu Comunitário do Território da Sapupara quanto o Museu da Cidade, além da Secretaria de Educação e as escolas municipais, estaduais, privadas e o Instituto Federal são os atores possíveis e legítimos para preservar a memória e, portanto, a história e a cultura locais. Compreendemos que o currículo das escolas de tempo integral do município e do estado podem promover inovações na Educação Patrimonial com ofertas de disciplinas opcionais, chamadas de eletivas, que contam com um campo aberto e sólido potencial de pesquisa e produção de conteúdo histórico, além de democratizar e estimular a participação e o protagonismo estudantil e comunitário.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Nádia Helena Oliveira. Museologia Comunitária à Luz do Pensamento de Paulo Freire: um estudo exploratório sobre o projeto CONSIGO de educação patrimonial interdisciplinar do Ecomuseu de Maranguape, Ceará, Brasil. V. 4 N. 4. **Anais do V Seminário Formação Docente**. Intersecção entre universidade e escola. Paulo Freire: contribuições para a educação pública. 2021. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/seminarioformacaodocente/article/view/7466>. Acesso em: 02 jun. 2023.

_____. Árabes e UNICEF. Um príncipe, um governador e a primeira-dama do Ceará em Cachoeira, Maranguape. **Blog do Ecomuseu de Maranguape**. 21. jul. 2020a. Disponível em <https://ecomuseudemaranguape.blogspot.com/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

_____. Ecomuseu de Maranguape. Luta Pela Memória. **Blog Ecomuseu de Maranguape**, Maranguape, 19 jul. 2020b. Disponível em: <https://ecomuseudemaranguape.blogspot.com/2020/07/ecomuseu-de-maranguape-uma-luta-pela.html>. Acesso em: 22 jul. de 2024.

_____. Ecomuseu de Maranguape. **Mesa Redonda Virtual**: Juventude e Patrimônio Cultural. 12 ago. 2020c. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344258797_Ecomuseu_de_Maranguape_Uma_Museologia_de_Praxis_Comunitaria. Acesso em: 10 jan. 2025.

ALMEIDA, Nádia Helena Oliveira *et. al.* Museologia e Educação. Um estudo exploratório sobre o Projeto CONSIGO: Educação Patrimonial Interdisciplinar no Ecomuseu de Maranguape, Ceará, Brasil. *In: Diálogos e Perspectivas Interventivas*. Serrinha, Bahia. Brasil, v.5, n2.e20692, p.02-24, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/dialogos/article/view/20692/13896>. Acesso em 05/09/2024.

ALVES, Luiz. CARVALHO, Paulo. Ecomuseus e desenvolvimento local: o caso do Ecomuseu. Tradições do Xisto. Serra da Lousã. **Revista DELOS**. Sostenible. Vol 7. N° 20. Junio 2014. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/delos/20/>. Acesso em 1º out. 2022.

ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. **Escravidão em Fortaleza**: Um Estudo a Partir dos inventários post-mortem (1850-1884). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS. **Carta das Cidades Educadoras**. Disponível em: <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf>. Acesso em: 10/09/2024.

BARROS, José D'Asunção. **O Lugar da História Local**. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321111136_O_Lugar_da_Historia_Local. Acesso em: 16 nov. 2022.

BELLAIGUE, Mathilde. Uma nova visão do passado. **Memória**. São Paulo, ano V, n. 19, p.74-77, jul-ago.1993 (entrevista a Heloisa Barbuy).

BIBLIOTECA NACIONAL. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Almanak Laemert, 1916.

Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=maranguape&pagfis=40786>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 abr. 2024.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. In: _____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI. p. 496-513.

_____. Estatuto dos Museus. **Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Saeb 2019: indicador de nível socioeconômico do Saeb 2019: nota técnica**. Brasília, DF: Inep, 2021.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/indicador_nivel_socioeconomico_saeb_2019_nota_tecnica.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dicionário do Patrimônio Cultural**. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>. Acesso em: 10 nov. 2022.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em:

<https://antigo.mma.gov.br/perguntasfrequentes.html?catid=32#:~:text=Agenda%2021%20pode%20ser%20definida,24.02>. Acesso em: 09 abr. 2023.

_____. Ministério da Educação. Programa Mais Brasil. **Portal Dados Abertos**. s.d. Disponível em: <https://dadosabertos.mec.gov.br/pme>. Acesso em: 09 abr. 2023

_____. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao?id=16689>. Acesso em: 15 jul. 2024.

_____. Plano Nacional de Cultura. **Lei 12.343, de 02 de dezembro de 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2007/2010/2010/Lei/L12343.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

_____. Programa Novo Mais Educação. **Documento Orientador**. Adesão. Versão I. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Coordenação Geral de Ensino Fundamental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2016-pdf/53061-novo-mais-educacao-documento-orientador-pdf/file>. Acesso em: 25 ago. 2024.

_____. **Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004**. Cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. Cultura Viva. Disponível em: https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/biblioteca-cultura-viva/normativos/Portarian156_06.07.2004ProgramaCulturaViva.pdf. Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Ed. Fac.sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Os Primórdios do Museu: da elaboração conceitual a instituição pública. **Projeto História, Trabalhos da Memória**. v 17, jul/dez, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11178/8189>. Acesso em: 26 set. 2022.

BRULON, Bruno. **A invenção do Ecomuseu**: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines e a prática da museologia experimental. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/6h57ScQ68skw5dZVV6fLBxQ/?lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2023.

CAMPOS, Eduardo. **Revelação da Condição de Vida dos Cativos do Ceará**. Secretaria da Cultura e Desporto. Fortaleza, 1982.

CARVALHO, Virgínia Adélia Rodrigues. **A Agenda 21 no Município de Maranguape**: Acertos e Dificuldades. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará. 2009.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. Editora Iluminuras. São Paulo, 1997.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Um caminho com múltiplos olhares**. As Estratégias e as Reflexões sobre a Participação do ICOM Brasil na Nova Definição de Museu. Disponível em: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2024/04/ICOMBR_MultiplosOlhares_FINAL.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

CUNHA FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior**. 9 out. 1863. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms&item_id=3118#?c=4&m=36&s=0&cv=0. Acesso em: 15 set. 2024.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC. **Princípios de Base de uma Nova Museologia**. Quebec, Canadá, 1984. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/4894-1984-declaracao-de-quebec.html>. Acesso em: 02 out. 2022.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO. **Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais**. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Cidade do México, 1985. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2022.

DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François. **Conceitos chaves de Museologia**. Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Ecomuseu reúne matrizes brasileiras**. 21 de maio de 2016. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/ecomuseu-reune-matrizes-brasileiras-1.1553173>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ECOMUSEU DE MARANGUAPE. **Luta pela memória**. 19 de julho de 2020. Disponível em: <https://ecomuseudemaranguape.blogspot.com/search?q=hist%C3%B3rico>. Acesso em 02-10/2022.

EMEIF JOSÉ DE MOURA. **Projeto Político Pedagógico**. Maranguape, Ceará, 2023.

FERNANDES, Natália Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar. Contemporânea. **Revista de Sociologia da UFScar**. v. 3, n. 1 p. 173-192. jan.–jun. 2013.

FUNDAÇÃO BB. **Ecomuseus e Escolas, Cocriando Comunidades Educadoras Sustentáveis**. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/ecomuseus-e-escolas-cocriando-comunidades-educadoras-sustentaveis>. Acesso em: 05 agos. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia a Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIRÃO, Raimundo. **Palestina, uma Agulha e as Saudades**. (Reminiscências). Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1972.

GOUBERT, Pierre. História Local. Trad. Maria M. Lago. **Revista Arrabaldes**, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, ano 1, n. 9, maio/ago. 1988. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/goubert-pierre-historia-localpdf-pdf-free.html>. Acesso em: 10 nov. 2022.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 29: 11–24, jan., 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>. Acesso em: 07 jul. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *et. al.* **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Museu Imperial / DEPRON - IPHAN – MINC. Petrópolis/RJ, Brasília/DF, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf. Acesso em: 05 out 2022.

IBERMUSEUS. **Blog Museus Iberoamericanos**. Disponível em: <https://www.bermuseos.org/pt/sobre/nosso-papel-no-setor/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Biblioteca IBGE**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=3484&view=detalhes>. Acesso em: 05 ago. 2024.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Política Nacional de Museus. **Relatório de gestão 2003-2010**. Ministério da Cultura. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/Relatorio-de-Gestao-2010.pdf>. Acesso 25 de agosto de 2024

IBRAM. **Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo**: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972. (F. Nascimento, T. J., & S. A, Eds.) Brasília: Ibram, 2012.

IPEC – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Disponível em: <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-municipal.xhtml>. Acesso em: 02 out. 2022.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional. **Educação Patrimonial: Construção e Contextos**. In: *Educação Patrimonial: Memória e Cidadania*. Brasília: IPHAN, 2005.

_____. **Educação Patrimonial**: Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 1º ago. 2024.

_____. **Paisagem Cultural**. Livreto, 2009, http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

ITS – Instituto de Tecnologia Social. **Caderno de Debate**. Tecnologia Social no Brasil. São Paulo: ITS. 2004: -

https://repositorio.mcti.gov.br/bitstream/mctic/5172/1/2004_caderno_de_debate_tecnologia_social_no_brasil.pdf). Acesso em: 10 out. 2024.

LEITE, Débora Balthazar. **A sustentabilidade financeira dos museus brasileiros: uma análise das principais estratégias de financiamento**. Dissertação de Mestrado Profissional em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Paulo, 2023.

MACIEL, Dhenis Silva. **“Valei-me, São Sebastião”**: A Epidemia de Cólera Morbo na Vila de Maranguape(1862-1863). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

MARQUES, Alfredo. **Maranguape**: sua Gente sua História, uma Cronologia. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2006.

MATOS, Pedro Gomes de. Maranguape: Ceará. Aspectos Histórico-Geográfico. **Revista do Instituto do Ceará**. Ano LXXVII. 1963. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1963/1963-MaranguapeAspectosHistoricoGeograficos.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MEDEIROS, Helder Alexandre Medeiros de. Como se constrói uma história local: aspectos da produção e da utilização no ensino de história. In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira *et al.* (Org.) **Reflexões sobre História Local e produção de material didático**. Natal: EDUFRN, 2017.

MOURA, Marcio Domingos Carvalhal de. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/ecomuseus-e-escolas-cocriando-comunidades-educadoras-sustentaveis>. Acesso em: 10 jun. 2024.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. Triom: São Paulo, 1999.

OI FUTURO. **Edital do Programa Oi Novos Brasis**. 5 jun. 2014. Disponível em: <https://oifuturo.org.br/historias/oi-futuro-celebra-10-anos-do-programa-oi-novos-brasis-com-o-lancamento-do-edital-de-selecao-2014-para-projetos-socioambientais/>. Acesso em: 02 set. 2024.

PME. Maranguape. **Plano Municipal de Educação 2015-2024**. 2015. Disponível em <https://edu.maranguape.ce.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/PME-de-Maranguape-19-6-2015.pdf>. Acesso em: 10 de Setembro de 2024.

PEREIRA, Nereu do Vale. NORA, Maria Cristina Dalla. **Breve Contextualização acerca de Ecomuseu**. 1º Seminário Brasileiro de Museologia. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

PETRUS, Júlia Kátia Borgneth & PEREIRA JUNIOR, Magno Vasconcelos. **A influência da confiança individual e política no desenvolvimento**: Um caso em uma comunidade rural no Nordeste do Brasil. *Espacios*. Vol. 35 (Nº 6) Año 2014. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a14v35n06/14350617.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PINTO, Estevão. **Os Indígenas do Nordeste**. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série V, Brasiliana, Vol. XLIV. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1935. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local—files/biblio%3Apinto-1935-indigenas/Pinto_1935_OsIndigenasDoNordeste_t1.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia *et.al.* **Documentos para a História Indígena do Nordeste**. FAPESP, São Paulo, 1994.

PRIMO, Judite Santos. Museus Locais e ecomuseologia. Estudo do projeto para o Ecomuseu de Murtosa. **Cadernos de Sociomuseologia n° 30**. 2008. Disponível em: https://recil.ensinolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/4481/1/sociomuseologia_n30.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

QEDU. Nível Socioeconômico. **QEdU Conteúdos**. 2021. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/23082291-jose-de-moura-emeief>. Acesso em 10/09/2024.

RUSEN, Jorn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência Moral. In: SCHMIDT, M. A *et.al.* (Orgs.). **Jorn Rusen e o ensino de História**. Curitiba, UFPR, 2010 Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1172513/mod_resource/content/1/Jorn%20Rusen%20e%20o%20Ensino%20de%20Hist%C3%B3ria.pdf. Acesso em 01/12/2022.

SANTOS JÚNIOR, Roberto Fernandes dos; BRITTO, Clóvis Carvalho. **Hugues de Varine e os museus comunitários no Brasil**. *Museologia & Interdisciplinaridade*. 8 (15), 323–327. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/museologia.v8i15.24973>. Acesso em: 04 out. 2022.

SANTOS, Suzy da Silva. **Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil**: Estudo Exploratório de Possibilidades Museológicas. Orientadora: Marília Xavier Cury. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

SCHEINER, Tereza Cristina. **Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012.

SECULT. Secretaria de Cultura do Ceará. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2016/11/23/com-apoio-da-secult-a-iv-jornada-de-formacao-em-museologia-comunitaria-comeca-nesta-quinta-2411-em-maranguape-pacoti-e-aquiraz/>. Acesso em: 10 ago. de 2024.

SILVA, Marcos. (Org). **República em Migalhas, História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVEIRA, Sandra Halfen. **Um dilema conceitual**: a (im)precisão das definições de “ecomuseu”. 2010. 42f. Monografia (graduação) – Curso de Bacharelado em Museologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.

SIVIERO, Fernando Pascuote. Patrimônio cultural e educação: perspectivas cidadãs para outra esfera pública. In: TOLENTINO, Átila Bezerra *et. al.* (Orgs.) Educação patrimonial:

diálogos entre escola, museu e cidade. **Caderno Temático Nº 4**. João Pessoa: Iphan, 2014. pp. 32-41. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_de_educacao_patrimonial_nr_04.pdf. Acesso em: 10 ago. de 2024.

SOUSA, Simone de. GONÇALVES, Adelaide. (Orgs.) **Uma Nova História do Ceará**. 4ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

UNESCO. **Convenção Para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 17 de outubro de 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2024.

VARINE, Hugues de. O museu comunitário como processo continuado. *In: Cadernos do CEOM*. Ano 27, n. 41. Museologia Social. Chapecó: Unochapecó, 2014a. Disponível em: <https://museuscomunitarios.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/01/o-museu-comunitario-como-processo-continuado.pdf>. Acesso em: 10 ago. de 2024.

_____. O Museu comunitário é herético? **Blog Rede Cearense de Museus Comunitários**. Fortaleza, 30 abr. 2014b. Disponível em: <https://museuscomunitarios.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/01/o-museu-comunitario-c3a9-heretico.pdf>. Acesso em: 10 ago. de 2024.



Autor: Carlos Virgílio Cavalcante Freitas

Orientador: Drº Valdeci dos Santos Júnior

ROTEIRO HISTÓRICO E CULTURAL DO CENTRO DE MARANGUAPE

Mossoró, RN

2024

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	115
1. Contexto histórico de Maranguape	115
2. Análise Histórica dos Monumentos e Espaços Públicos	118
2.1 Roteiro do bloco A.....	119
2.1.1 Rua Major Agostinho	119
2.1.2 Museu da Cidade (Antiga Cadeia Pública).....	119
2.1.3 Biblioteca Pública (Solar Bonifácio Câmara)	120
2.1.4 Sociedade Artística Maranguapense.....	122
2.2 Roteiro do bloco B.....	123
2.2.1 Praça Capistrano de Abreu	123
2.2.2 Coreto	124
2.2.3 Solar dos Correias.....	126
2.2.4 Padaria Luzitana	127
2.3 Roteiro do bloco C.....	128
2.3.1 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha	128
2.3.2 Praça Francisco Colares: Escola Vicentina e Casario Histórico	129
2.4 Roteiro do bloco D.....	130
2.4.2 Solar da Família Sombra:	132
2.4.3 Paço Municipal (antiga Intendência) de Maranguape.	133
3.1 Produção Textual e Reflexiva	134
3.2 Debate sobre Patrimônio e Identidade.....	134
3.3 Caça ao Tesouro Cultural	134

INTRODUÇÃO

Este roteiro histórico-cultural é voltado para estudantes do Ensino Fundamental e Médio, com o objetivo de proporcionar uma vivência educativa e investigativa sobre a história de Maranguape. Por meio do estudo de seus monumentos, praças, prédios históricos, festas religiosas e civis, buscou-se não apenas transmitir conhecimento, mas também sensibilizar os jovens para a importância da preservação do patrimônio e da identidade cultural da cidade. Este roteiro se divide em visitas a locais históricos em conjunto com atividades práticas de reflexão e análise.

A aula de campo em Maranguape proporciona aos estudantes uma oportunidade única de conhecer a história local, associando o aprendizado teórico à vivência prática. Por meio deste roteiro, que abrange desde o contexto histórico até a preservação do patrimônio, os alunos não apenas se familiarizarão com a importância histórica de Maranguape, mas também desenvolverão habilidades críticas e reflexivas, indispensáveis para sua formação cidadã.

Maranguape, situada na Região Metropolitana de Fortaleza, foi fundada em 1851 e possui uma história marcada pelo desenvolvimento agrícola e econômico. A cidade é conhecida por seu patrimônio histórico e arquitetônico, em que monumentos, praças e casarios refletem o desenvolvimento urbano e social do século XIX ao presente. Originalmente, ocupada por povos indígenas, especialmente da etnia Potiguar, Maranguape tornou-se um centro de importância colonial pela agricultura do açúcar e pela posição estratégica no comércio local.

1. Contexto histórico de Maranguape

A cidade de Maranguape ocupa uma posição de destaque na História do Ceará, possuindo uma história Pré-Colonial e Colonial rica e complexa. No período Pré-Colonial essa região, por conter vários rios, serras e ser uma área de transição entre o litoral e o sertão, foi ocupada por algumas etnias indígenas, sendo a principal delas os Pitaguaris (Potiguaras), que, inicialmente, ofereceram resistência à colonização portuguesa. Entretanto, nas regiões vizinhas habitavam outras etnias, entre elas podem-se citar os Payakus ou Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz, e os Anacé, em Caucaia (IPECE, 2006).

No período Colonial, após a expulsão dos holandeses, em 1654, do Forte Schoonenborck (Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção), o território de Maranguape foi

progressivamente ocupado por militares portugueses, motivados tanto pela proximidade com a fortaleza, quanto pela fertilidade de suas terras. Essa ocupação não foi pacífica, tendo havido alguns conflitos entre os portugueses e os pitaguaris (LANCELOT, 2021).

A ocupação portuguesa ocorreu efetivamente a partir do século XVIII, com a doação das primeiras sesmarias, em 1707. O distrito de Maranguape foi criado pela Provisão de 1º de setembro de 1760 (IBGE, 2024). No período foi introduzida a criação de gado e o cultivo da cana-de-açúcar, sendo as primeiras atividades econômicas da região. O processo de ocupação do território maranguapense foi lento e irregular, consolidando-se somente a partir da primeira metade do século XIX, com a expansão da lavoura canavieira e a introdução da cafeicultura de sombra nas suas serras. Nesse momento histórico, começam os primeiros conflitos documentados entre colonos e povos indígenas (PORTO ALEGRE; DANTAS; GÓIS, 1994).

Maranguape se destacou tanto pelo seu pioneirismo na produção de café sombreado no Ceará, quanto pela produção de cana-de-açúcar e de algodão, culturas que lançaram a vila definitivamente na economia capitalista e que permitiram seu desenvolvimento urbano na segunda metade do século XIX. Essas atividades econômicas atraíram colonos e consolidaram a cidade como um importante polo de produção no Ceará. É nesse período que ocorrem várias mudanças urbanas, como a construção de casarões e de sobrados no Centro, e sua consolidação como principal região política, administrativa e econômica. O advogado e historiador Raimundo Girão, de Morada Nova, cuja família fixou residência em Maranguape, no final do Século XIX, nos deu uma das melhores descrições de Maranguape no início do século XX, ainda no auge da produção algodoeira, canavieira e extrativista:

A cidade está no sopé, a maior parte na planície, o vale rodeado de canaviais, a tal ponto que muitos engenhos de cana se situavam na própria área urbana. O dos Batistas Vieiras, depois do Cel. Afonso Braga, ajudando a formar a praça, com o mercado a leste e o majestoso solar da família Sombra, todo o vasto edifício em estilo ogival sustentado por elegantes e fortes colunas dóricas, o do Cel. Antônio Correia, o “engenho do Ipu”, bem ao lado da Matriz (...) Casas em geral térreas, entre as quais afloram alguns sobrados, a cidade contava com poucas ruas mais importantes, como a do Major Agostinho, a do Bagaço, a do Comércio (GIRÃO, 1972, p. 56).

Devido ao rápido desenvolvimento econômico, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha foi construída em 4 de agosto de 1849. Em 17 de novembro de 1851, Maranguape foi elevada à categoria de Vila. A condição de cidade com a denominação de Maranguape só veio com a Lei Provincial n.º 1.282, de 28 setembro de 1869, consolidando, assim, seu desenvolvimento político e econômico. Em 1875, foi inaugurado o ramal da Estrada de Ferro

de Baturité, conectando os centros produtores de café e cana-de-açúcar do maciço de Baturité à cidade de Fortaleza.

Paralelamente ao desenvolvimento econômico do município, alguns temas sensíveis foram silenciados ou sofreram tentativas de apagamento. Um desses episódios foi a rebelião indígena de 1822, a primeira amplamente documentada no Ceará (COSTA, 2019). Outro ponto importante é a questão da escravidão. Em 1860, mais de 2.400 pessoas escravizadas viviam em Maranguape, representando 12% da população total da época. Como ocorreu com outras populações marginalizadas, as pessoas escravizadas em Maranguape não foram lembradas, nem suas memórias respeitadas nas ruas, nos monumentos e nas praças do município. A única referência à escravidão no município é a Rua 13 de Maio, que separa o Centro do bairro Guabiraba.

Um fato marcante para a história de Maranguape foi a epidemia de cólera morbus em 1862, que vitimou 2850 pessoas (MACIEL, 2011). Como consequência dessa tragédia epidemiológica ocorreu o endurecimento dos códigos de postura em relação a determinadas práticas consideradas insalubres no município, com restrições sobre o uso das águas do rio Pirapora, a obrigatoriedade dos munícipes de dar destinação aos seus esgotos e de impedir que a água na entrada das casas ou vilas fiquem empoçadas, além de outras determinações.

No ano de 1877, ocorreu uma grave seca no Ceará, provocado por uma confluência de fatores climáticos. Como resultado, milhares de sertanejos foram obrigados a migrar para Fortaleza e regiões vizinhas; Maranguape foi um dos refúgios, na época uma próspera vila. Esses retirantes, ou flagelados da seca, como eram conhecidos popularmente no período, serviram de mão de obra para a construção de açudes (MARQUES, 2006) e de alguns edifícios públicos de Maranguape (LANCELOT, 2021).

Outro elemento importante de desenvolvimento regional foi a implantação do ramal da estrada de Ferro de Baturité, em Maranguape. A estrada de ferro conectou Maranguape a Fortaleza e consolidou o escoamento da produção algodoeira, gerando riquezas que foram responsáveis pela remodelação urbana da cidade. Também foi responsável pela intensificação da agricultura comercial, inserindo o município no circuito capitalista, permitindo, inclusive, sua industrialização, ainda que de forma incipiente, com o exemplo da Fábrica Gradvhol e de pequenas fábricas de processamento do algodão. Essas fábricas transformaram Maranguape em um importante polo têxtil, sobretudo com a implementação do Plano Diretor do primeiro Distrito Industrial, em 1966, que, em conjunto com a implantação da energia elétrica da

Hidrelétrica de Paulo Afonso e com a inauguração, em 1972, da CEASA, permitiu o desenvolvimento e a emancipação do distrito de Maracanaú, transformando-o em cidade em 1984, já contando com o um dos maiores PIB do Ceará (MONTENEGRO, 2023).

Uma presença marcante no patrimônio histórico de Maranguape é a arquitetura religiosa, como visto na imponência da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha, um dos marcos de ocupação do Centro da cidade. Ao redor desse edifício, também foram instaladas irmandades, escolas, espaços de caridade, transformando a atual rua Domingos Façanha, popularmente conhecida como Rua da Igreja, na rua cuja vida social era determinada pela igreja católica. A Igreja era responsável não só pela vida espiritual, pela caridade, mas também pelo assistencialismo aos pobres, pela educação e até pela organização operária (MATOS, 1963).

Como uma cidade desenvolvida para os padrões regionais, Maranguape vivenciou importantes transformações políticas e econômicas entre os séculos XIX e XX. Essas transformações estão marcadas no patrimônio histórico e cultural do município, cujos monumentos e patrimônios históricos contam parte de sua história, com suas riquezas, exploração, silenciamento, opulência e decadência.

2. Análise Histórica dos Monumentos e Espaços Públicos

Para fins didáticos, os monumentos, os prédios públicos e o casario foram divididos em blocos de acordo com a rua, a localização geográfica ou o conjunto arquitetônico. Dessa forma, o(a) professor(a) poderá dividir suas aulas de acordo com o tipo de abordagem que pretenda trabalhar ou a temática escolhida, como a produção algodoeira, a influência da estrada de ferro na dinâmica econômica e social, a religiosidade, a arte e cultura, a história do cotidiano. Cada bloco possui breve relato das características do imóvel ou monumento, fotos, bibliografia e sugestão de atividades.

Foram divididos assim:

- Bloco A: Rua Major Agostinho, iniciando no Museu da Cidade (antiga Cadeia Pública), Biblioteca Pública (Solar Bonifácio Câmara), Artística Maranguapense e casario histórico presente no entorno do Solar Bonifácio Câmara, erguidos no período econômico do café e da cana de açúcar;
- Bloco B: Praça Capistrano de Abreu, Coreto, Estátua Capistrano de Abreu, solar das Correias e Padaria Luzitana;

- Bloco C: Conjunto Arquitetônico da Praça da Matriz, Igreja Matriz N.Sra. Da Penha, Praça Francisco Colares, Escola Vicentina;
- Bloco D: Rua Antônio Botelho, Mercado Público Municipal, na Rua José Fernandes Vieira, o Solar da Família Sombra, o Solar da família Fernandes Vieira, a Residência da Família Herbster; Rua Coronel Manoel Paula, com antigo Paço Municipal, residência da família Lima Lopes e demais casarios (Cel. Manoel Paula, Família Gondim, residência do Sinfrônio Nascimento).

2.1 Roteiro do bloco A

2.1.1 Rua Major Agostinho

Esta rua é um importante eixo do centro histórico de Maranguape e abriga edifícios significativos que remontam ao século XIX. A rua conecta o Centro a bairros como Guabiraba, serra e Alto do Cemitério, além de no século XX constituir-se num importante “corredor” cultural. Importantes casarões do período da produção cafeeira se encontram por lá. Há também os prédios públicos e a residência de importantes famílias, cuja diversidade arquitetônica sinaliza os diversos períodos econômicos do município.

2.1.2 Museu da Cidade (Antiga Cadeia Pública)

Construído na segunda metade do século XIX, este edifício representa a estrutura prisional colonial (Figura 1), representando um dos símbolos do poder local e do controle social sobre as pessoas insubmissas ou transgressores, funcionando nesse local até início da década de 1980. Posteriormente foi adaptada para fins culturais como o Museu da Cidade. O museu expõe objetos que contam a história da cidade, das atividades econômicas à vida cotidiana de diferentes períodos.

Figura 1 – Antiga cadeia pública



Fonte: Arquivo pessoal.

Nota: A antiga Cadeia Pública, localizada na Rua Major Agostinho, no Centro de Maranguape, é um marco do sistema prisional colonial. Funcionou até a década de 1980, desempenhando não apenas a função de prisão, mas também de local para a realização de autópsias de vítimas de assassinatos e acidentes, conduzidas pelo médico Dr. Argeu Gurgel Braga Herbster. Há registros de práticas de tortura no local, especialmente relacionadas ao uso de um tanque de água, que servia tanto para a limpeza do prédio quanto para o banho dos presos. No início dos anos 2000, durante a gestão de Marcelo Silva (1997-2005), o edifício foi restaurado e transformado no Museu da Cidade.

Atividade Educativa:

- 1) Os estudantes podem explorar os artefatos históricos, debatendo em grupos sobre como o sistema prisional e as leis refletiam o contexto social e político da época.
- 2) Em grupos, os estudantes devem observar as celas e a estrutura, debatendo como era o sistema prisional da época e como o prédio pode contar histórias de justiça e segurança pública de Maranguape.

2.1.3 Biblioteca Pública (Solar Bonifácio Câmara)

O solar localizado à Rua Major Agostinho, foi construído em meados do século XIX por uma família de grande influência na então vila, servindo, em seu auge, até mesmo como hospedagem para o bispo diocesano. Com uma arquitetura sóbria, constituído por térreo e um andar superior, contornado por janelas e portas, demonstra a opulência do período algodoeiro na cidade. Situado num quadrilátero formado por outros 3 imóveis de grande importância histórica e arquitetônica do município, composto pela Sociedade Artística maranguapense, pela casa do fotógrafo Mourinha e pela casa da família Matos. Na sua lateral se encontram 03 casas

estilo coloniais, com arcos ogivados, revestidas por azulejos portugueses, atribuída ao período da economia cafeeira na região.

Com o passar do tempo, o prédio abrigou os descendentes da família Bonifácio Câmara, e, após passar por dois outros proprietários, foi adquirido pelo município. Atualmente, o imóvel tombado por lei municipal foi restaurado e adaptado para fins culturais e educacionais, incluindo a instalação de um Núcleo de Artes, Educação e Cultura. Este núcleo abriga a Biblioteca Pública Capistrano de Abreu (Figura 2).

Figura 2 – Solar Bonifácio Câmara (2024)



Fonte: Arquivo pessoal.

Nota: O Solar Bonifácio Câmara, localizado na Rua Major Agostinho, no Centro de Maranguape, é um dos mais imponentes sobrados da cidade. Construído na segunda metade do século XIX, reflete o enriquecimento advindo dos ciclos econômicos do café e do algodão. Integra um relevante conjunto arquitetônico composto por edificações de significativo interesse histórico e cultural, formando um importante corredor cultural no município. Nesse espaço, encontra-se a Biblioteca Pública Capistrano de Abreu, situada na mesma rua da Sociedade Artística Maranguapense, do Cineteatro Pedro Gomes de Matos e da FITEC – Fundação Viva Maranguape de Turismo, Esporte e Cultura. No início dos anos 2000, o imóvel foi adquirido pela prefeitura, restaurado e adaptado para abrigar a Biblioteca Pública durante a gestão de Marcelo Silva. (1997-2005).

Atividade Educativa:

- 1) Os estudantes investigam o acervo da biblioteca, buscando livros sobre a história do Ceará e produzindo uma lista de obras literárias que tratem da identidade e cultura do Estado e do município. Refletir sobre como as bibliotecas contribuem para o conhecimento coletivo.
- 2) Os estudantes devem pesquisar se existe no acervo da biblioteca livros de autores maranguapenses. Enumerar esses livros e pesquisar sobre do que trata a obra e quem foi o autor.

2.1.4 Sociedade Artística Maranguapense

O prédio foi construído entre os anos de 1877, com mão de obra dos flagelados da seca de 1877. Entre 1877-1879 serviu como ponto de apoio para os retirantes. No início do século XX, precisamente em 1919, foi sede da Sociedade Artística Maranguapense, que desenvolveu saraus, peças de teatro e uma banda de música própria (Figura 9). Nesse local foi criado o teatro São José, com o palco construído em 1926 e o Cine São José. Um fato marcante nas dependências da Sociedade Artística foi a apresentação da Legião Cearense do Trabalho - LCT, movimento proto integralista fundado por Severino Sombra, membro de uma rica e influente família local. A LCT foi incorporada à Ação Integralista Brasileira em 1933.

Figura 3 – Sociedade Artística Maranguapense



Fonte: Arquivo pessoal

Nota: Sociedade Artística Maranguapense. Prédio sóbrio e compacto, construído em 1878 pelos migrantes da seca, servindo de apoio para os “flagelados da seca”. Foi transformado em espaço cultural em 1919, com o nome de Sociedade Artística Maranguapense. Funcionou um teatro e um cinema. Foi restaurado no início dos anos 2000, funcionando como teatro e como local de ensaio da banda de música municipal. Atualmente se mantém praticamente sem atividades.

Atividade Educativa

- 1) Os estudantes podem entrevistar os artistas locais (caso disponíveis) e criar um mural sobre a importância das artes para a identidade de Maranguape.
- 2) Os estudantes podem visitar a Biblioteca Capistrano de Abreu e pesquisar sobre artistas e intelectuais reconhecidos de Maranguape.

2.2 Roteiro do bloco B

2.2.1 Praça Capistrano de Abreu

Maranguape se caracteriza pelo grande número de praças, principalmente no Centro da cidade. Entre essas praças, podemos citar Praça Capistrano de Abreu (Figura 4), Praça Francisco Colares, Praça Pontes Vieira, Praça João Campos Paiva. Importantes espaços de sociabilidade, as praças de Maranguape, permitem o descanso e a contemplação do centro comercial; são espaços para debates e atividades políticas e cívicas. Raimundo Girão (1972, p. 57) confirma essa peculiaridade ao descrever o centro de Maranguape por volta de 1913:

(...) Muitas praças. A da matriz, onde se levantam, ao sul, o velho sobrado dos Correias e a casa residencial do dr. Antunes Alencar. Fechando-a ao nascente, o sobrado do Cel. Afonso Braga, e na outra esquina a padaria do português Teófilo das Neves; (...) A praça central, com sua antiga avenida em linha reta de norte a sul, da rua do Bagaço a Major Agostinho. A do mercado, e mais à nascente a da prefeitura, enquadrado pelo velho prédio desta, pela rua do Bagaço, rua do Cotovelo e Rua do Comércio.

Figura 4 – Praça Capistrano de Abreu



Fonte: Maranguape Fotos¹⁷.

Nota: A Praça Capistrano de Abreu, é um dos principais cartões-postais de Maranguape, e representa um dos mais vivos e antigos costumes dos maranguapenses, o de se encontrar para conversar nos bancos da praça, sobretudo após a missa de domingo a noite. Local de sociabilidade há quase 100 anos, a Praça Capistrano de Abreu tem intensa vida cultural e social. Na foto tirada provavelmente na década de 1930, pode-se perceber o passeio, os bancos, os postes de iluminação e o coreto, construído em 1931, além de alguns homens conversando. Em segundo plano, pode-se perceber as casas de parte da elite local, algumas com características coloniais e outras com platibandas, já adotando um estilo eclético. Inicialmente a praça chamava-se Dr. João Pessoa, posteriormente passou a se chamar Capistrano de Abreu, em homenagem ao historiador maranguapense. Nesse período ainda não havia sido construída a estátua de Capistrano de Abreu. Ao fundo, a imponência da serra, que permitiu o surgimento da cidade e o desenvolvimento de algumas atividades econômicas que a moldaram.

¹⁷ Disponível em: <http://maranguapefotos.blogspot.com/>. Acesso em: 02 nov. 2024.

A praça Capistrano de Abreu é um marco de sociabilidade da cidade e uma homenagem ao historiador Capistrano de Abreu. Sua construção data do início da década de 1930, sua posição privilegiada de se situar entre três importantes conjuntos arquitetônicos, religiosos e culturais do Centro, como a Igreja Matriz e confluência das ruas Cel. Manoel de Paula e Cel. Major Agostinho, lhe confere uma posição estratégica, transformando-a num espaço vivo e de ocupação permanente da população. Possui dois monumentos de importância histórica, que é a própria estátua do historiador Capistrano de Abreu, construída em 1947 e o Coreto, local de encontro e reunião de várias gerações nesses quase 100 anos de existência.

2.2.2 Coreto

O coreto (Figura 5), por sua vez, representa um espaço social e cultural da década de 1930, onde festividades e encontros comunitários ocorriam regularmente. Um dos poucos coretos preservados no Ceará, tem o formato de uma lira e no seu interior possui uma plataforma em três níveis, ocupados por três bancos, onde ficavam os músicos. Construído em 1931, na gestão do prefeito João Augusto Bezerra, tinha como objetivo sediar as retretas e apresentações da banda de música. Entretanto, no cotidiano era utilizado pela população para encontros, debates, jogos de tabuleiros e cartas.

Figura 5 – Coreto



Fonte: Neide Nunes, 2017¹⁸.

Nota: O coreto da praça Capistrano de Abreu é um dos poucos existentes no Ceará. Inaugurado em 1931, tinha por finalidade sediar as apresentações da banda de música municipal. Espaço utilizado pelos jovens para conversar, jogar ou interagir, representa uma das mais persistentes formas de sociabilidade do município.

¹⁸ ¹⁸ Disponível em: <https://neidenunes.wordpress.com/2021/10/17/o-coreto-historico-da-praca-capistrano-de-abreu/>. Acesso em: 1º out. 2024.

Capistrano de Abreu foi um historiador especialista em História colonial. Nascido na localidade de Columinjuba, interior de Maranguape. Considerado o príncipe dos historiadores brasileiros, sua obra ainda é referência sobre os estudos coloniais no Brasil. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1927.

Sua estátua ocupa o centro da praça homônima (Figura 6). Inaugurada em 1947, no topo está a estátua propriamente dita de Capistrano de Abreu, apoiado numa estante representando suas obras publicadas. Possui uma base escalonada, cujo topo é formado por um pedestal de quatro lados. Num dos lados está a reprodução das ruínas da casa onde nasceu, nos outros dois lados laterais estão uma homenagem aos bandeirantes, romantizada, formado por dois indivíduos de barba, botas e carregando bacamartes e facões. Na outra face está uma homenagem a catequese, onde se vê um padre com um crucifixo, num plano superior, e um indígena, representado num plano mais baixo que o padre, numa posição de admiração, trazendo numa das mãos um roedor.

Figura 6 – Estátua Capistrano de Abreu



Fonte: Neide Nunes, 2017¹⁹.

Nota: Inaugurada em 1947, junto com a mudança de nome de praça, que antes se chamava Dr. João Pessoa, a estátua é uma homenagem a um dos mais importantes historiadores de história colonial do Brasil. Nascido na localidade de Columinjuba, em Maranguape, Capistrano de Abreu se destacou em suas pesquisas sobre história colonial do Brasil, sobretudo a partir de sua obra *Capítulos de História Colonial* (1907), considerada um marco da moderna historiografia brasileira.

¹⁹ Disponível em: <https://neidenunes.wordpress.com/2021/10/17/o-coreto-historico-da-praca-capistrano-de-abreu/>. Acesso em: 1º out. 2024.

Atividade Educativa:

- 1) Os alunos leem uma breve biografia de Capistrano de Abreu e discutem em roda de conversa o valor de sua contribuição para o estudo da história.
- 2) Observem a base da estátua de Capistrano de Abreu, descreva as esculturas dos Bandeirantes e da A Catequese. O que essas esculturas significam?
- 3) Debata sobre o lazer ao longo do tempo, tentando perceber como mudaram as diversas formas de sociabilidade em Maranguape.

2.2.3 Solar dos Correias

O Solar das Correias (Figura 7) é uma construção de estilo colonial que serve como testemunho da elite econômica de Maranguape na segunda metade do século XIX. Provavelmente serviu como comércio e residência, tendo sido construído pela família Correia. Abrigou também a Agência Postal de Correios e Telégrafos (1886). Funcionou o primeiro Grupo Escolar do município, em 1916, chamado de Grupo Escolar Benjamim Barroso. Apresenta grande potencial histórico, arquitetônico, visual e turístico, devido tanto a sua localização, quanto seu porte e beleza arquitetônica. Atualmente funcionam alguns comércios na parte térrea e uma pousada no andar superior.

Figura 7 – Solar dos Correios (2024)



Fonte: Arquivo pessoal.

Nota: Construído no início da segunda metade do Século XIX, é um dos mais representativos sobrados em estilo colonial de Maranguape. Sua localização privilegiada, próximo a Igreja Matriz, entre a Praça Capistrano de Abreu e a Praça Francisco Colares, representa a força política e econômica de seu proprietário, o comendador João Correia de Mélo, imigrante português que fez fortuna com café e com o comércio. O sobrado se destaca pelo seu porte e beleza, mantendo suas características originais. A tradição relata que foi usado como casa de repouso para tuberculosos, já no final do século XIX. Nesse edifício funcionaram também o primeiro grupo escolar, a sede dos Correios e Telégrafos e outras repartições públicas. Apresenta razoável estado de conservação.

2.2.4 Padaria Luzitana

A Padaria Luzitana foi fundada pelo imigrante português Joaquim Frutuoso, no início do século XX. Posteriormente vendida para outro português, Teophilo Teixeira das Neves, ex-funcionário da padaria, ficando na sua família por 3 gerações, tendo sido fechada em 2006. Durante os quase um século de atividades, a Padaria Luzitana abasteceu as famílias do Centro de Maranguape. Tornou-se um local de sociabilidade dos maranguapenses, sobretudo após a missa de Domingo. Quando as festas do Maranguape Clube se prolongavam até o final da madrugada, a padaria era um ponto de encontro para o café da manhã dos brincantes. Atualmente, funciona como depósito, mas o local manteve a fachada original (Figura 8), datada do início do século XX.

Figura 8 – Fachada original da Padaria Luzitana (2024)



Fonte: Arquivo pessoal.

Nota: Padaria Luzitana é um marco histórico e afetivo de Maranguape. Fundada no início do século XX, tem localização privilegiada, ficando de frente para a Igreja Matriz e para a Praça Capistrano de Abreu. Representa também um marco na panificação em Maranguape, representa também a imigração portuguesa na cidade, com um fluxo pequeno, mas contínuo, do período que vai da segunda metade do século XIX até início do século XX. A padaria foi tombada como patrimônio municipal em 2003. Encerrou suas atividades em 2006, tendo sido adquirida por uma grande loja, servindo atualmente como depósito. Sua arquitetura continua original e está bem preservada.

Atividade Educativa:

- 1) Propor que os estudantes elaborem uma linha do tempo dos estabelecimentos comerciais mais antigos de Maranguape e investiguem como esses comércios contribuíram para o crescimento urbano da cidade.
- 2) Observando os prédios ao redor da praça e comparando com a descrição dos textos, o que mudou no entorno da praça?

2.3 Roteiro do bloco C

2.3.1 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha

Em 1834, com a doação do terreno pelo latifundiário e escravocrata português Joaquim Lopes de Abreu, foi construída a Capela de Nossa Senhora da Penha (Figuras 9 e 10). Em 4 de agosto de 1849, a capela foi elevada à categoria de Matriz pela Lei Provincial nº 485. Nesse período, surgiu a possibilidade de construção de um novo templo, o que desencadeou uma disputa entre os moradores do Alto da Vila (atual bairro de Outra Banda), região considerada o marco inicial da ocupação de Maranguape, e os novos moradores do que viria a se consolidar como o Centro da cidade.

Os habitantes do Alto da Vila, que desejavam a construção da Matriz em sua região dedicada a São Sebastião, enfrentaram a hegemonia da nova elite econômica, enriquecida pelo cultivo de café, cana-de-açúcar e pelo comércio. Apesar da resistência, a capela do Alto da Vila foi demolida, e a construção de uma nova igreja naquele local não ultrapassou a fase dos alicerces. Prevaleceu a influência dos moradores do Centro, que determinaram a edificação da matriz do outro lado do Rio Pirapora, no atual bairro Centro (MATOS, 1963).

Figura 9 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha



Fonte: Arquivo pessoal.

Nota: Está localizada na entrada da cidade, é um símbolo cultural e o mais significativo prédio histórico do município. Em 2024 a paróquia completou 175 anos de existência, se consolidando como símbolo do início da colonização e ocupação de Maranguape.

Figura 10 – Igreja Matriz na década de 1930



Fonte: Falconeri, 1997, p. 06.

Nota: A igreja Matriz de Maranguape foi o epicentro da força política e social no município no século XIX, marcando o crescimento econômico de Maranguape e sua progressiva influência política. Do ponto de vista arquitetônico, representa o marco visual, afetivo e institucional para o resto da cidade (FALCONERI, 1997, p. 06). O badalar dos sinos da igreja marcava o tempo no Maranguape antigo, bem como suas festividades marcavam a vida social e religiosa da população.

Atividade Educativa:

- 1) Em grupo, os estudantes podem realizar um debate abordando o papel da Igreja Católica na formação social e cultural das cidades brasileiras coloniais.
- 2) Fazer uma representação gráfica da igreja e debater a importância da religiosidade para a fundação da cidade.

2.3.2 Praça Francisco Colares: Escola Vicentina e Casario Histórico

O casario da região apresenta características arquitetônicas coloniais e ecléticas, como grandes janelas e varandas, que indicam a vida cotidiana e o estilo residencial da época. A Escola Vicentina (Figura 11) exemplifica o investimento religioso na educação formal de Maranguape até a segunda metade do século XX. Destaca-se o Casarão da família Mesquita, a Casa Paroquial, entre outros prédios.

Figura 11 – Escola Vicentina



Fonte: Arquivo pessoal

Nota: O casario situado ao redor da Praça Francisco Colares forma um dos principais conjuntos arquitetônicos de Maranguape, apresentando grande potencial histórico, turístico e urbanístico. Entre seus mais representativos prédios se encontram a Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha, a Escola Vicentina, o Solar dos Correias, o Casarão dos Mesquitas, além de algumas residências em estilo colonial e eclético.

Atividade Educativa:

- 1) Dividir os estudantes em grupos para observarem as fachadas e desenharem as casas. Em seguida, debater sobre a diferença entre as residências históricas e as construções modernas.
- 2) Desenhar ou fotografar a praça e discutir como esses espaços públicos moldam o sentido de comunidade e memória coletiva.

2.4 Roteiro do bloco D

2.4.1 Mercado Público Municipal:

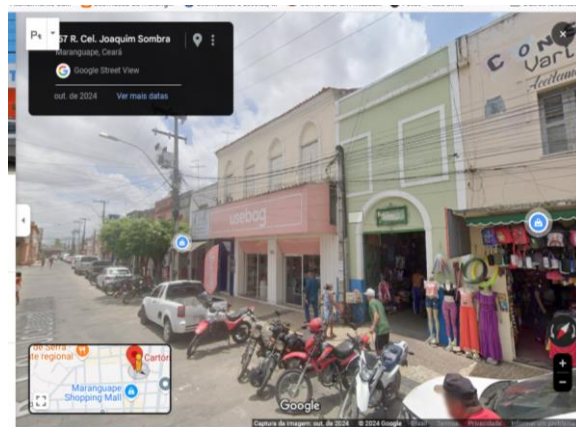
O Mercado Público (Figuras 12 e 13), no coração da cidade, é um espaço de interação e economia que ainda hoje reúne a população local. Já há registros de seu funcionamento no Código de Posturas de Maranguape de 1863. É provável que a feira funcionasse nessa região em meados dos anos 1840. Raimundo Girão descreve assim o mercado na primeira década do século XX:

O mercado, à semelhança dos mercados das cidades do interior, compunha-se de dois galpões cobertos de zinco, um para venda de frutas e outro para carnes e peixes; estava circundado de pequenos estabelecimentos de comércio, com a fachada para fora e os fundos, em alpendre, para o pátio interior calçado de pedra tosca. Comércio de todo feitio: lojas de fazenda, mercearias, sapatarias, objetos de palha, cafés, garapeiras, barbearias (...) quando em 1910 irrompeu na cidade a peste bubônica (...) foi preciso queimar totalmente os galpões centrais para liquidar com a ratazana perigosa, levantando-se no lugar outros mais decentes. (GIRÃO, 1972 p. 57).

Figura 12 – Mercado Público (1950)



Figura 13 – Mercado Público (2019)



Fonte: Neide Nunes²⁰.

Fonte: Neide Nunes²¹

Nota: Entrada do mercado voltado para a Figura 7. Vista do cruzamento da Rua Antônio Botelho com a Rua Cel. Joaquim Sombra. O mercado público de Maranguape foi um importante marco do comércio local. Em suas instalações eram vendidas as frutas e legumes produzidos na serra e nos vales, além de produtos artesanais. Ponto de encontro de uma parte da população, o Mercado Público carrega os cheiros e gostos das comidas regionais, das ervas medicinais cuja herança da cultura indígena e negra pode ser percebida até hoje. Em relação à sua fachada, houve uma profunda descaracterização, provocada principalmente pela poluição visual de letreiros e descaracterização do seu aspecto arquitetônico.

Atividade Educativa:

- 1) Propor uma atividade de pesquisa, onde os estudantes entrevistem os vendedores para entender a evolução do mercado ao longo dos anos, relacionando com a economia e os hábitos de consumo locais.
- 2) A partir da descrição de Raimundo Girão sobre o mercado e sobre o tipo de comércio que existia em relação ao comércio atual, o que mudou e o que permaneceu de semelhança?

²⁰ Disponível em: <https://neidenunes.wordpress.com/2019/03/23/2659/>. Acesso em: 1º out. 2024.

²¹ Idem.

2.4.2 Solar da Família Sombra:

Casarão pertencente à família Sombra, construído pelo comerciante, médico, farmacêutico e político Cel. Joaquim José de Souza Sombra. O Cel. Joaquim Sombra exerceu grande influência política em Maranguape e no Ceará. Foi vereador, intendente (1859-1892), deputado estadual (1874-1877). Sua residência é uma das construções do século XIX mais imponentes de Maranguape do período.

A casa ocupa um vasto terreno de esquina, sua frente é formada por um alpendre, separado da rua por 10 arcos, com colunas em estilo dórico. As portas de acesso ao solar são de grande tamanho, encimada por arcos ogivais (Figuras 14 e 15). Além de reuniões políticas e literárias, nas quais frequentaram intelectuais como Capistrano de Abreu e José de Alencar, a casa também abrigou o Primeiro Congresso Abolicionista Cearense, sendo também o primeiro congresso abolicionista do Brasil.

Figura 14 – Casarão dos Sombras (1970)



Fonte: Maranguape Fotos²².

Nota: O Solar dos Sombras é um dos casarões mais antigos de Maranguape, sua construção data provavelmente da década de 1860. Para além do símbolo do patriarcado urbano, o casarão é uma construção imponente e austera, um dos marcos visuais do Centro de Maranguape. Segundo Falconeri: “O edifício pode ser classificado como um dos maiores marcos de Maranguape, no entanto é fácil perceber que esta sua força visual está obstaculada por alguns equipamentos que dificultam a vista de sua fachada. [...] outro problema para a edificação é o tráfego intenso ao seu redor [...]” (FALCONERI, 1997, pág. 05).

Figura 15 – Casarão dos Sombras (2024)



Fonte: Arquivo pessoal

²² Disponível em: <http://maranguapefotos.blogspot.com/2014/11/familia-sombra.html>. Acesso em: 1º out. 2024.

2.4.3 Paço Municipal (antiga Intendência) de Maranguape.

O edifício começou a ser construído em 1877 e foi concluído em 1878, conforme inscrição na sua fachada. A mão de obra utilizada foi de migrantes da seca, os chamados flagelados da seca. Sua arquitetura lembra o do prédio da Sociedade Artística Maranguapense, que também foi construído utilizando a mão de obra dos migrantes da seca. É um prédio simples, composto por uma porta central e diversas janelas com arcos ogivais circulando o edifício. Tal característica permitia a entrada da luz natural e da ventilação (Figuras 16 e 17).

A prefeitura funcionou nesse prédio até os anos 1990, quando foi construído o Centro Administrativo, tendo funcionado diversas secretarias e órgãos da prefeitura nesse prédio. Um detalhe interessante é que de frente para o prédio do Paço Municipal fica a casa da Família Lima Lopes, que elegeu dois prefeitos no início do século XX, Napoleão Lima Çopes e Walter Lopes. Vizinho à residência da família Lima Lopes foi construída a casa do Cel. Manoel Paula, também ex-prefeito de Maranguape.

Figura 16 – Intendência (s.d.)



Figura 17 – Intendência (2024)



Fonte: Maranguape Fotos²³.

Fonte: Arquivo pessoal

Nota: Símbolo do poder local, o Paço municipal, antiga Intendência, é um edifício datado de 1878, assim como o prédio da Sociedade Artística Maranguapense, a edificação foi construída nas frentes de serviço que utilizaram mão-de-obra dos migrantes da grande seca de 1877. Está em bom estado de conservação. Voltou a abrigar o gabinete do prefeito na gestão Átila Câmara (2021-2024).

Atividade Educativa:

- 1) Os alunos podem criar desenhos dessas residências e apresentar suas conclusões sobre como esses edifícios mostram as distinções entre as classes sociais no século XIX.

²³ Disponível em: <http://maranguapefotos.blogspot.com/2015/07/a-intendencia-e-os-prefeitos-de.html>. Acesso em: 1º out. 2024.

- 2) O Paço Municipal representa simbolicamente o poder simbólico do município. Que outros símbolos de poder estão presentes na cidade e que podem ser observados ainda hoje?

3 Atividades Pós-Visita e Educação Patrimonial

3.1 Produção Textual e Reflexiva

Após a aula de campo, cada aluno redigirá uma breve crônica ou artigo sobre a experiência e a importância do patrimônio cultural de Maranguape. Essa atividade visa consolidar o aprendizado e fomentar o senso crítico.

Escrever um texto reflexivo ou uma crônica sobre Maranguape, relacionando o patrimônio material visitado com a história social e cultural da cidade. Podem, ainda, criar um blog ou um mural digital onde compartilhem o que aprenderam.

3.2 Debate sobre Patrimônio e Identidade

Em roda de conversa, os alunos debaterão sobre a importância de preservar os monumentos e prédios históricos pensando na herança cultural que esses espaços representam para as gerações futuras.

3.3 Caça ao Tesouro Cultural

Divididos em equipes, os estudantes receberão pistas para localizar informações adicionais sobre algum dos locais visitados. Este exercício promove o trabalho em equipe e a curiosidade investigativa

REFERÊNCIA

COSTA, João paulo Peixoto. Não Deixem de suspirar Pela sua liberdade: Motins de Índios no Ceará e a Formação do Estado No Brasil. **Almanack**. Guarulhos, n. 21, p. 484-528, abr. 2019.

FALCONERI, Artur Elísio de Sousa. **Reestruturação do Espaço Urbano Central de Maranguape**. Trabalho final de graduação. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1997.

GIRÃO, Raimundo. **Palestina, uma Agulha e as Saudades**. (Reminiscências). Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1972.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Marco Referencial dos Povos Indígenas do Estado do Ceará**. Fortaleza, 2006. Disponível em: <https://adelco.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Marco-Referencial-dos-Povos-Ind%C3%Adgenas-do-estado-do-cear%C3%A1.-IPECE.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

LANCELOT, Samuel (Coord.). Maranguape: Cidade da Gente. **Estudos Regionais**. Didática Editora, Fortaleza, 2021.

MACIEL, Dhenis Silva. **“Valei-me, São Sebastião”**: A Epidemia de Cólera Morbo na Vila de Maranguape (1862-1863). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

MARQUES, Alfredo. **Maranguape**: sua Gente sua História, uma Cronologia. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2006.

MATOS, Pedro Gomes de. Maranguape (Aspectos Históricos-geográficos). **Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará**. Fortaleza, 1963. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1963/1963-MaranguapeAspectosHistoricoGeograficos.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

MONTENEGRO, Seridião Correia. Perfil histórico, geográfico e antropológico dos municípios do Ceará. **Tomo II**. Livro eletrônico. Fortaleza: INESP, 2023. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/arquivos/Livros/PERFIL%20HIST%3%93RICO%2C%20GEOGR%3%81FICO%20E%20ANTROPOL%3%93GICO%20DOS%20MUNIC%3%8DPIOS%20DO%20CEAR%3%81%20-%20TOMO%202%20-%20INESP%20-%20AL ECE.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia *et.al*. **Documentos para a História Indígena no Nordeste – Ceará**, Rio Grande do Norte e Sergipe. SECULT/CE. NH II – USP. FAPESP: São Paulo, 1994.